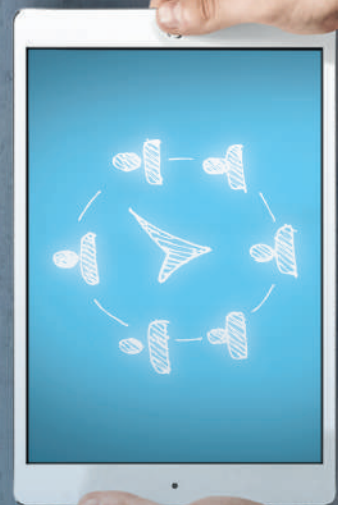


ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER



Custos aplicados ao setor público: a percepção de gestores de uma instituição federal de ensino

Por Tatiane Hlatchuk Stolf e Kátia Regina Hopfer

Academia

Abracicon: solenidade de posse dos novos acadêmicos

Exclusiva Abracicon

Teoria da Divulgação: um estudo com as empresas beneficiadas com os incentivos promovidos pela Lei do Bem

Perfil

Lucilene Viana



XII Encontro Nacional da Mulher Contabilista

11 a 13.9.2019 • Porto de Galinhas (PE)

Inscrições e programação: enmc.cfc.org.br

Hospedagem

PACOTE 3 NOITES 11 a 14 de Setembro 2019 Por apartamento		
Solteiro	Duplo	Triplo
R\$ 1.956	R\$ 2.610	R\$ 3.393
NOITE EXTRA (Por apartamento)		
Solteiro	Duplo	Triplo
R\$ 652	R\$ 870	R\$ 1.131

4º lote - últimas vagas

Nº Lote	Vagas	Profissionais
4º Lote	250	R\$ 1.000,00

Forma de pagamento

A vista através de depósito bancário, como garantia da reserva.

eventos@pontestur.com.br
81 3302-4516 / 3302-4505

- Tarifas válidas apenas para o período do evento;
- Tarifas sujeitas a alteração sem prévio aviso;
- Noites extras serão sujeitas
- Diárias com allinclusive.



Realização:



Organização:



Apoio:



EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
EDIÇÃO Nº 26 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
(Abracicon)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º andar, CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453
abraciconsaber@abracicon.org.br

I. DIRETORIA DA ABRACICON**Presidente**

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretor de Administração e Finanças

José Antonio de França (DF)

Diretor Operacional

Antônio Carlos Nasi (RS)

Diretora de Ensino e Pesquisa

Gardênia Maria Braga de Carvalho (PI)

II. CONSELHO FISCAL**Membros efetivos**

Washington Maia Fernandes (MG)
Presidente
Jucileide Ferreira Leitão (RN)
Irineu De Mula (SP)

Membros suplentes

Alcedino Gomes Barbosa (GO)
Roberta Carvalho de Alencar (CE)
José Corrêa de Menezes (AM)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Dra. Gardênia Maria Braga de Carvalho

Conselho Editorial

Clovis Belbute Peres
Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.
Acadêmico José Antonio de França - Dr.
Acadêmico José Eustáquio Giovannini - Ms.
Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.

Revisão: Maria do Carmo Nóbrega

Colaboradoras: Fernanda da Silva Costa e
Luciana Martins da Silva Sousa

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação

CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

Fotos: Ceditas pelas Academias Regionais e
Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição n.º 26

Virada a página do calendário de 2018, chegamos ao início de 2019 com a certeza de termos cumprido, com muita responsabilidade, toda a agenda proposta pela nossa Abracicon, com o fechamento do exercício no azul e com a realização de ações além daquelas que nos foram propostas.

Portanto, neste início de ano, convém refletirmos com muita serenidade sobre os novos planos, tendo sempre em mente que estamos trabalhando, enquanto entidades contábeis, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da classe contábil brasileira.

Neste ano de novo cenário político-governamental, iremos, com muito entusiasmo, continuar abraçando nossas causas maiores e mantendo o nosso incansável trabalho em torno da construção de um novo pensar contábil, com a valorização das inúmeras contribuições científicas, o incentivo à juventude acadêmica e ao corpo docente, o apoio aos empreendedores contábeis e o resgate dos fatos e feitos dos honrosos colaboradores da Contabilidade brasileira.

Nesta edição da Revista Abracicon, trazemos um tema em nosso Artigo Prime que é do maior interesse dos profissionais, que é a questão da transparência dos gastos, desta vez em uma IES pública.

Pegando carona no tema Transparência, estamos a todo vapor com o Projeto Abraçando o Controle Social em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que percorreu no ano passado nove cidades brasileiras (Brasília, Alagoas, Campo Grande, Rio de Janeiro, Paraíba, Porto Alegre, Cuiabá, Salvador e Teresina), realizando seminários com o objetivo de levar a disseminação do conhecimento à sociedade acerca do papel fundamental de cada um dos mecanismos de controle social para o combate à corrupção, garantindo o bom funcionamento da máquina pública. O projeto continua na pauta da Abracicon em 2019.

A Abracicon também realizou mais uma edição do projeto Quintas do Saber, no mês de dezembro, que trouxe o tema Reforma Tributária. Além disso, deu posse a cinco novos acadêmicos e realizou a Assembleia Geral e a Reunião de Diretoria.

Nossas academias trabalharam com afinco durante os 365 dias do ano, realizando inúmeros eventos e solenidades de posse; lançando livros; premiando profissionais; e, acima de tudo, abrindo novos canais para promover as Ciências Contábeis e, dessa forma, disseminar o amplo conhecimento filo-



Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da Abracicon

sófico-científico à classe contábil do País. No que compete às Academias Regionais, a Amacic deu posse a novos acadêmicos e a Apiccon e a Accerj realizaram a posse de seus novos presidentes. Parabéns a todos e sejam bem-vindos. Tenho a mais plena certeza de que todos vieram somar e dar o seu melhor contributo ao saber científico.

Já a Acadernc e o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRCRN) realizaram, em parceria, o XIV Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis e a II Convenção Contábil Potiguar. Registro as minhas felicitações à APC, que fechou o ano de 2018 com resultados positivos em diversas atividades; à ASSC, que celebrou 41 anos de história; e ao acadêmico Elias Garcia, da ACCPR, que nos presenteia com o lançamento do livro "O fenômeno da ambiguidade lexical na informação contábil".

Com o foco na realização do 12º Encontro Nacional da Mulher Contabilista, em Porto de Galinhas (PE), no mês de setembro, a Apecicon participará como organizadora do evento. Aproveito para formalizar os meus sinceros agradecimentos ao professor Francisco de Assis Galvão pelo empenho e dedicação.

Os nossos tradicionais artigos versam, neste número, sobre inúmeros assuntos, entre eles a importância da profissão contábil, Lei do Bem e inserção de pessoas com deficiência em escritórios de contabilidade. Na coluna Mural do Acadêmico, homenageamos o mineiro Walter Roosevelt Coutinho, que deixou sua marca nas Ciências Contábeis brasileiras. Já as colunas Conversa Afinada e Perfil, contamos com as participações do presidente da Apiccon, Francisco de Assis Galvão Barreto, e da vice-presidente de Controle Interno do CFC e acadêmica da Abracicon, Lucilene Florêncio Viana, respectivamente.

Boa leitura.

Matéria de Capa

33

Custos aplicados ao setor público: a percepção de gestores de uma instituição federal de ensino



Regionais



5 | Amaciz realizou posse de novos acadêmicos

Academia



9 | Projeto Abraçando o Controle Social percorreu Porto Alegre, Teresina e Bahia

Jovem Profissional



12 | A importância da profissão contábil

Especializando-se



16 | A Contabilidade Transformando Vidas

Boas Práticas de Ensino



19 | Praticando a Teoria x Teorizando a Prática

Perfil



76 | Lucilene Florêncio Viana

Exclusiva Abracicon

44

Teoria da Divulgação: um estudo com as empresas beneficiadas com os incentivos fiscais promovidos pela Lei do Bem



Indicações



78 | Livros

Amacic dá posse de novos acadêmicos

No dia 9 de novembro de 2018, foi realizada, pela Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Amacic), a posse de seis novos acadêmicos. No dia 12 de dezembro de 2018, também aconteceu a posse

de outros três acadêmicos. Na ocasião, participaram Evandro Benedito dos Santos, vice-diretor de administração; Jovane Marconi Zago, diretor de administração; Sílvia Mara Leite Cavalcante, conselheira do CFC; Ivan Echeverria, presidente da

Academia; Aloisio Rodrigues da Silva, vice-presidente e conselheiro do CFC; Luiz Gonzaga Warmling, diretor de finanças; Ney Mussa de Moraes, diretor operacional; e Sirio Pinheiro da Silva, presidente do Conselho Fiscal.



Acaderncic promove Encontros e Convenção em Natal



O XIV Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis e a II Convenção Contábil Potiguar, aconteceram em Natal, no período de 15 a 17 de outubro de 2018. A realização e a organização dos eventos ficaram por conta do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte

(CRCRN) e da Acaderncic. Paralelamente realizou-se também o II Encontro das Academias Nordestinas de Ciências Contábeis. O evento contou com a participação dos acadêmicos e da presidente da Acaderncic, contadora Juicleide Ferreira Leitão; a presidente da Abracicon, contadora Maria Clara

Cavalcante Bugarim; o presidente da Apicicon, contador Elias Dib Caddah Neto; o presidente da Apcern, o contador José Jeová Soares; a presidente do CRCPB, Vilma Pereira de Souza; o contador Adeildo Osório de Oliveira, presidente da FBC e Abacicon, além de convidados da área contábil e afins.

APC fechou 2018 com balanço positivo em atividades diversas

A Academia Paulista de Contabilidade (APC) realizou, ao longo de 2018, entre várias atividades, sete edições do Encontro com Acadêmicos, projeto idealizado em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP) e que já se consagrou em um grande sucesso de público e de participação dos profissionais, empresários, estudantes de Contabilidade e áreas afins. Em janeiro, a nova Diretoria eleita para o triênio 2018-2020 e mais 10 novos Acadêmicos tomaram posse, completando o quadro das 50 cadeiras que compõem a APC. Ainda em 2018, a entidade conquistou o reconhecimento da sociedade e da classe ao ser integrada oficialmente ao time das Entidades Congraçadas da Contabilidade do Estado de São Paulo. "A Academia Paulista de Contabilidade cumpriu seu papel de estimular e compartilhar conhecimento por meio de suas ações, debater a ética no ambiente empresarial, bem como apontar as expectativas para o cenário político e econômico que se avizinha no Brasil", declarou o presidente Domingos Orestes Chiomento.



ASCC celebra 41 anos de história

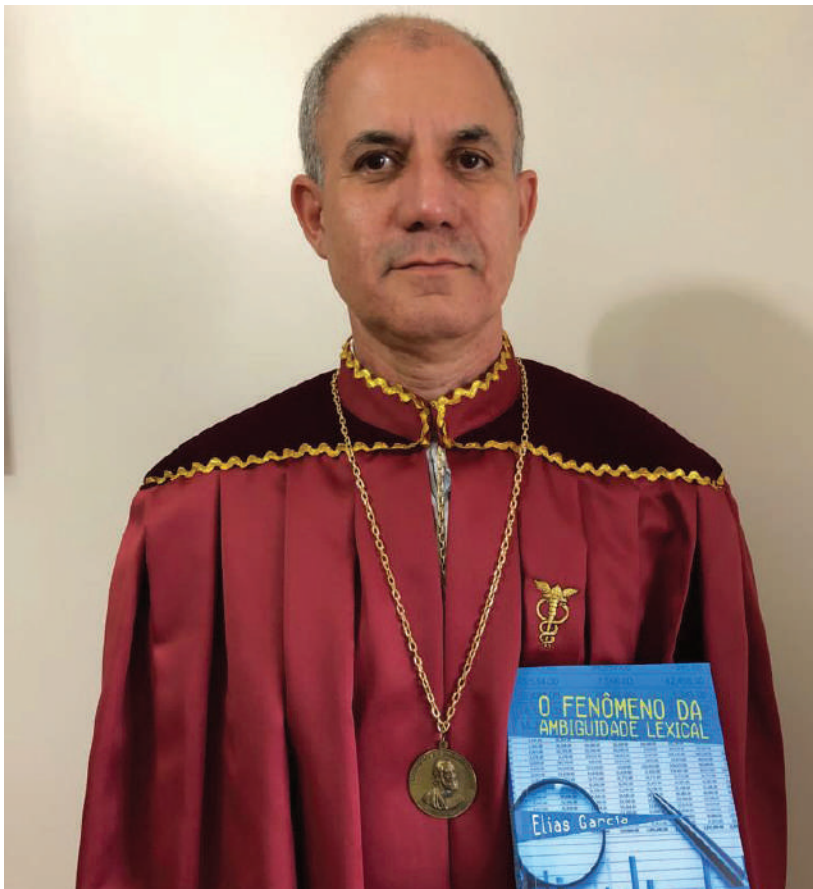
A Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC) completou 41 anos de fundação no dia 8 de novembro de 2018. Para celebrar essa data, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária – Sessão Pública, conduzida pela atual presidente, contadora Erenita Sousa. Durante o evento, aconteceu a posse dos novos contadores Acadêmicos Titulares e Academistas, em que a presidente homenageou personalidades sergipanas no Grau de Comendador, Contador Emérito e Contador do Ano. Todos receberam medalha e diploma de Honra



ao Mérito da Ciência Contábil Acadêmico José Amado. A presidente encerrou a cerimônia parabenizando os novos

membros e agradecendo a presença de todos os que fazem parte dos 41 anos de história da ASCC.

Acadêmico da ACCPR lançou livro contábil



O acadêmico Elias Garcia, ocupante da Cadeira de n.º 07 da Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR), lançou o livro "O fenômeno da ambiguidade lexical na informação contábil", que ficará compondo o acervo da biblioteca da Academia. Elias Garcia é doutor em Letras/Linguística pela Unioeste e em Ciências Empresariais pela UMSA (Buenos Aires/ARG). Mestre em Contabilidade pela UNCS, é graduado em Ciências Contábeis também pela Unioeste. Na apresentação do livro, o autor destacou que "o fenômeno da ambiguidade lexical incomoda veementemente os pesquisadores da área da linguística, principalmente no tocante aos processos de ensino e aprendizagem", concluindo que o objetivo do livro foi abrir mais uma discussão no tocante à importância da informação contábil para o usuário.

Accerj tem novo presidente

A Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro (Accerj) realizou, no dia 1.º de dezembro de 2018,

a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na qual foi eleito o acadêmico Aroldo José Planz à presidência para o mandato de 1º

de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020. A Accerj foi presidida até dezembro de 2018 pela contadora Diva Maria de Oliveira Gesualdi.



Apecicon participará de organização do XII Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC)

A Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon), representada pelo seu presidente, o contador e professor Francisco de Assis Galvão, participará como organizadora do XII Encontro

Nacional da Mulher Contabilista (ENMC). Os responsáveis pela realização desta edição do evento são o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE). O presidente

da Apecicon participou do lançamento do ENMC, que aconteceu no dia 19 de outubro, em Porto de Galinhas. O evento será realizado de 11 a 13 de setembro de 2019, no Enotel Resort & SPA, em Porto de Galinhas, Ipojuca.



Apicicon empossou nova presidente

A Academia Piauiense de Ciências Contábeis (Apicicon) tem nova presidente: Francyslene Abreu Costa Magalhães. Acadêmica fundadora, patrona e ocupante da Cátedra n.º 2, Francyslene é membro da Academia Longaense de Letras, Cultura, História e Ecologia e da Academia de Letras da Região de Sete Cidades. A nova presidente também é bacharel e mestra em Ciências Contábeis, professora da UFPI, auditora fiscal do Tesouro Estadual do Piauí aposentada, autora de diversas publicações e vice-presidente de Fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRCPI). Seu mandato ocorrerá durante o triênio 2019-2021. O ex-presidente, Elias Dib Caddah Neto, que também é um dos fundadores da Apicicon, esteve à frente da Academia no triênio 2016-2018.



Francyslene Magalhães comandará a Apicicon no triênio 2019-2021



A nova presidente da Apicicon é acadêmica fundadora, patrona e ocupante da Cátedra nº 2. No registro, Francyslene Magalhães está ao lado do ex-presidente Elias Caddah

Projeto Abraçando o Controle Social percorreu as cidades de Porto Alegre, Teresina e Bahia



O projeto Abraçando o Controle Social, realizou, ao fim do ano de 2018, diversas palestras promovendo o conhecimento na cidade de Porto Alegre (RS), Salvador (BA) e Teresina (PI). Entre as principais ações do Projeto Abraçando o Controle Social, estão a realização de seminários e campanhas que visem à disseminação de conhecimento sobre o tema, cursos de capacitação, intercâmbio de informações, métodos e técnicas que visam o aperfeiçoamento dos sistemas de controle, transparência e fiscalização.

PORTO ALEGRE

O projeto Abraçando o Controle Social foi promovido em terras gaúchas no dia 19 de novembro de 2018. Em seu discurso, o presidente do CFC, Zulmir Breda, lembrou que o Rio Grande do Sul é protagonista na prática do controle social, sendo que o Observatório Social de Porto Alegre teve sua modelagem de formação utilizada em outros observatórios sociais pelo Brasil. Com mais de 140 observatórios pelo País,

o projeto já economizou mais de R\$3 bilhões aos cofres municipais. "A cada dez observatórios sociais instalados, em nove possuímos a presença dos profissionais da contabilidade de Porto Alegre. E um dos bons exemplos desta iniciativa é a realização de inúmeras intervenções em relação a licitações e contratos da gestão pública da cidade", disse.

Para a presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), Ana Tércia L. Rodrigues, é importante que seja realizada uma mudança cultural com o incentivo à educação em temas como economia fiscal e sustentável. "Precisamos gerar confiança nas pessoas para que as coisas possam mudar. Para que possamos contribuir com o controle social, é necessário ter o controle pessoal, que passa pelo entendimento e prática da ética e que só vem com consciência e educação". Na ocasião, o CFC e o CRCRS, homenagearam a Controladoria e Auditoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (Cage), pelos 70 anos de história.

Criada em 1948, ela é um dos mais antigos órgãos institucionais de controle de gestão pública existentes no País.

A entidade é responsável pelo sistema de controle interno do Estado do Rio Grande do Sul e atua nos três poderes e nos órgãos autônomos como o Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado.

“ A entidade é responsável pelo sistema de controle interno do Estado do Rio Grande do Sul e atua nos três poderes e nos órgãos autônomos como o Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado. ”

SALVADOR

No dia 11 de dezembro foi a vez de Salvador receber o projeto Abraçando o Controle Social. Para o presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA), Antonio Carlos Ribeiro da Silva, receber o projeto no Estado da Bahia é gratificante e traz motivação à classe para realizar parcerias com órgãos institucionais e com a sociedade rumo ao controle social e, principalmente, à transparência das contas públicas. “É possível ser honesto. Eu não posso acreditar que está em nosso DNA brasileiro ser corrupto. Que possamos disseminar essa ideia e contribuir para uma nova sociedade, pois acreditamos em um Brasil diferente”, afirmou.

Já o presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), Adeildo Osório de Oliveira, acredita que a fé na mudança deve ser o fomento ao projeto. “Precisamos seguir sem medo e com muita confiança na regeneração do nosso País e na construção de dias melhores”, disse.

O chefe de gabinete da Ouvidoria-Geral da União, Marcos Gerhardt Lindenmayer, reforçou a necessidade de parceria para que o controle social seja disseminado de forma eficaz. “Nós, que trabalhamos no controle, sabemos que os recursos são escassos e, se não estivermos abraçados nesse processo, não conseguiremos transformar esse Brasil no que precisamos. Devemos transformar o controle em uma grande plataforma em que todos possam contribuir para que, de fato, possamos vislumbrar um futuro melhor”, salientou. Durante o encontro, os participantes assistiram a palestras sobre o trabalho dos Observatórios Sociais no acompanhamento dos recursos públicos; a importância dos órgãos de controles como facilitadores do controle social; e,

“Quando falo em cidadania não estou dizendo apenas sobre o exercício do voto. Este deve ser o primeiro passo para uma longa caminhada, que inclui fiscalização ao trabalho dos eleitos e cobrança ao cumprimento de compromissos e metas... Precisamos ter a consciência de que não existe outro caminho para o Brasil que não seja a presença da população no auxílio da gestão, buscando efetividade da administração e justiça social. Até que ponto eu cumpro o meu papel de cidadão?”

também, a importância da ética nesse processo.

TERESINA

Para fechar o ano com chave de ouro, o projeto Abraçando o Controle Social ganhou mais um estado do Nordeste: Piauí.

Teresina foi palco para o lançamento da iniciativa que busca conscientizar os profissionais da contabilidade, membros dos organismos institucionais de controle da gestão pública e os cidadãos sobre o seu papel para o funcionamento dos mecanismos de controle social, combatendo, assim, a corrupção e garantindo a eficácia dos gastos públicos.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Breda, ressaltou a importância do controle social para uma gestão pública mais efetiva e justa. No entanto, ele lembrou que é preciso exercer a cidadania para que a sociedade esteja ativamente envolvida no desenvolvimento do País.

“Quando falo em cidadania não estou dizendo apenas sobre o exercício do voto. Este deve ser o primeiro passo para uma longa caminhada, que inclui fiscalização ao trabalho dos eleitos e cobrança ao cumprimento de compromissos e metas. Precisamos ter a consciência de que não existe outro caminho para o Brasil que não seja a presença da população no auxílio da gestão, buscando efetividade da administração e justiça social. Até que ponto eu cumpro o meu papel de cidadão?”, comentou.

O governador do estado, Wellington Dias, também participou da abertura do encontro e parabenizou a classe contábil pela iniciativa. “Precisamos criar um ambiente de confiança, harmonia, sintonia e interação entre a sociedade e o Governo. Ninguém faz nada sozinho.

É por isso que projetos como o Abraçando o Controle Social são louváveis pela possibilidade do trabalho em conjunto”. Para o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRCPI), Josafam Bonfim Moraes Rego, o combate à corrupção passa pela parceria entre os órgãos de controle, a sociedade e com profissionais, tais como os contadores. “Para a fiscalização dos recursos públicos, é preciso mais transparência dos dados. Por isso, precisamos estar juntos nessa empreitada. Queremos um país com menos corrupção e mais justiça para o desenvolvimento próspero do Brasil”, afirmou.



Quintas do Saber e 3ª Expo Abracicon foram realizados no dia 5 de dezembro

A Abracicon realizou, no dia 5 de dezembro, mais uma edição do projeto Quintas do Saber.

Esta edição abordou a Reforma Tributária, um tema de alta relevância. O evento aconteceu no Auditório do Conselho Federal de Contabilidade (CFC),

em Brasília. Além da Reforma, a ocasião ainda serviu de palco para a 3ª edição da Expo Abracicon, um momento para conhecer os lançamentos e publicações dos acadêmicos das academias de Ciências Contábeis.

Participaram o palestrante César Roxo,

vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da Anfp; e o debatedor Paulo Henrique Feijó, graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduado em Contabilidade e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e analista de Finanças do Tesouro Nacional desde 1993.



Abracicon dá posse a seis acadêmicos

A Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) realizou, no dia 5 de dezembro, solenidade de posse de seis novos acadêmicos. Na ocasião, os acadêmicos foram recebidos pela

presidente da Academia, Maria Clara Bugarim. Foram eles: Henrique José Fernandes Luz (Cátedra de n.º 59); Lucilene Florêncio Viana (Cátedra de n.º 15); Paulo Henrique Feijó (Cátedra de n.º 28); Sandra Maria de Carvalho

(Cátedra de n.º 2); Vidigal Fernandes Martins (Cátedra de n.º 17); e Walter Coelho de Moraes (Cátedra de n.º 5). A solenidade foi realizada no Auditório do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



Abracicon realiza Assembleia Geral e Reunião de Diretoria

Aconteceu no dia 4 de dezembro, na sede da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), em Brasília (DF), a décima oitava Assembleia Geral e também a décima quarta reunião de diretoria com a participação da presidente Maria Clara Bugarim e dos demais diretores e acadêmicos da Abracicon, José Martonio Alves Coelho; Valcemiro Nossa; Gardênia Maria Braga de Carvalho; Antônio Carlos Nasi; José Antônio de França; Diva Maria de Oliveira Gesualdi e Clovis Belbute Peres. Em discussão, estiveram as atividades realizadas em 2018 pela Academia e também os novos rumos para o ano de 2019.



A IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO CONTÁBIL

A contabilidade sempre procurou se adaptar às mudanças que ocorreram na história da humanidade.



Os contadores no Brasil entre os anos 20 a 50, eram chamados de “guarda-livros”, não são mais. Os sistemas de análise de custos evoluíram muito desde o início do século passado.

Na década de 80, não havia um curso de Contabilidade que menosprezava a sua parte gerencial. Vieram os computadores revolucionando a escrituração. Hoje além das leis fiscaís, as normas internacionais.

Os instrumentos de contabilidade moderna são avançadíssimos atualmente. Muita coisa mudou. Hoje, o momento é digital.

A tecnologia impacta exatamente o trabalho do profissional da contabilidade. Inúmeras declarações devem ser entregues eletronicamente. Portanto, a Contabilidade está se adaptando regularmente para oferecer formas eficazes e seguras de geração de informações.

O papel desempenhado pelo profissional da contabilidade cresceu, e a antiga visão de um trabalho burocrático deu-lhe espaço para ser uma peça-chave na gestão de uma empresa.

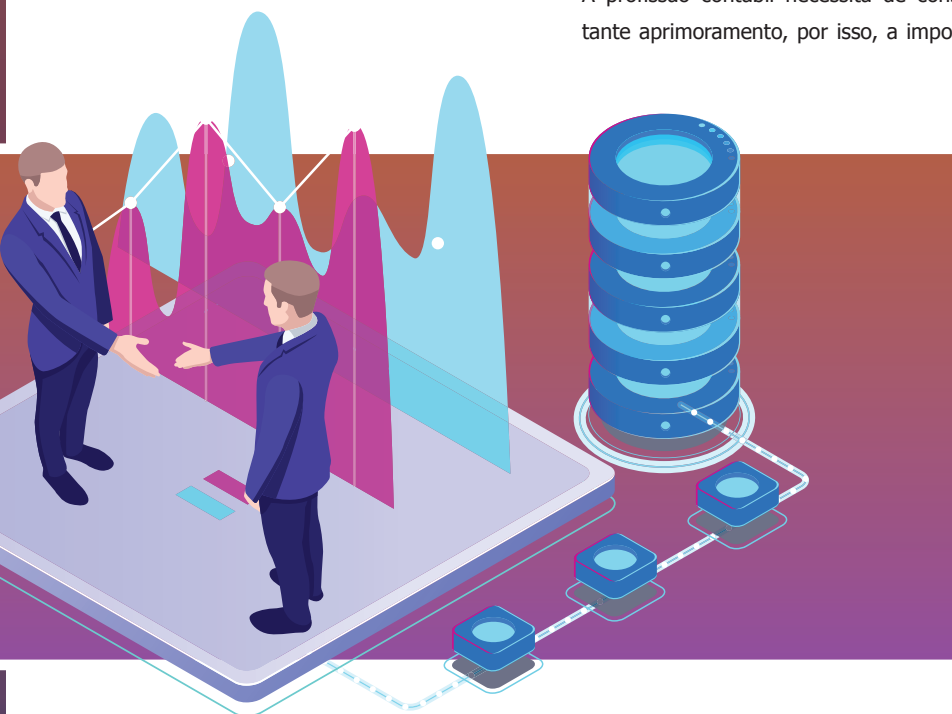
Esse profissional exerce funções fundamentais, como interpretar a legislação trabalhista, tributária, fiscal, societária e previdenciária. Todavia, o papel exercido por esse profissional dentro da empresa pode ir muito além, como orientador do desempenho da vida financeira do empresário, em sua tomada de decisão, num bom planejamento, na avaliação de riscos e de perdas, além de possibilitar as melhores oportunidades de crescimento para o negócio. Uma graduação em Ciências Contábeis proporciona uma estabilidade financeira bem-sucedida e crescimento na carreira. Uma grande vantagem dessa profissão é que qualquer empresa, independentemente do porte, precisa de um contador. Sendo assim, as áreas de atuação do profissional da contabilidade são amplas e proporcionam bons rendimentos.

A profissão contábil necessita de constante aprimoramento, por isso, a impor-

tância da educação continuada, para as suas diversas atuações (perito, auditor contador geral, etc.); igualmente, é fundamental que se tenha um exame que meça a qualidade técnica desse profissional, permitindo a sua credibilidade no mercado de trabalho.

A exigência do Exame de Suficiência para exercício regulamentar da profissão, como requisito para obtenção de registro profissional, é um grande motivo de comemoração para o formando ou estudante que conseguiu demonstrar que os conhecimentos absorvidos em seu curso, e com o seu esforço lhe proporcionaram o registro de aptidão técnica na profissão, dando-lhe mais credibilidade no mercado.

O Brasil vem crescendo em termos contábeis e o mercado se mantém bastante aquecido para este ramo profissional. Novas empresas são criadas todos os dias e empreendimentos se profissionalizam cada vez mais. A procura por consultorias aumenta significativamente. Desta forma, escritórios contábeis e de assessoria abrem novas vagas em todas as áreas, seja no setor privado, público ou no Terceiro Setor. Portanto, o cenário atual da nossa profissão é de completo crescimento.



Cíntia Miranda dos Santos
contadora em Alvinópolis, formada em 2018, pela Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga, situada na cidade de Ponte Nova/MG.

A CONTABILIDADE TRANSFORMANDO VIDAS

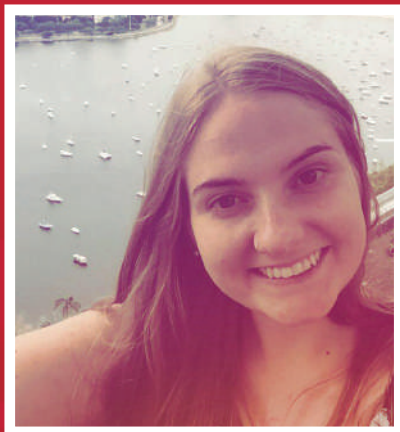
A minha carreira acadêmica iniciou em 2012, quando ingressei no curso de Ciências Contábeis, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC. Entretanto, minha trajetória no universo contábil já havia se iniciado desde 2009, quando meus pais compraram um escritório de contabilidade, no qual deu início ao meu primeiro emprego efetivo. Porém, mesmo com o escritório e inserida no meio contábil, meu sonho na época era cursar Odontologia, mas, por motivos financeiros, meus pais me pediram para que primeiro cursasse Contabilidade.

E assim o fiz, principalmente porque desde o início do meu contato com a Contabilidade e com as empresas, sentia a necessidade que as organizações tinham em assessorias e acompanhamentos contábeis de forma efetiva para o crescimento delas. Quando ingressei na graduação de Ciências Contábeis, logo descobri que o objetivo da Contabilidade era o fornecimento de informações para a tomada de decisões, para o planejamento e o controle, exatamente aquilo que que-

“ Quando ingressei na graduação de Ciências Contábeis, logo descobri que o objetivo da Contabilidade era o fornecimento de informações para a tomada de decisões, para o planejamento e o controle, exatamente aquilo que queria repassar às organizações vinculadas com o escritório do meu pai. ”

ria repassar às organizações vinculadas com o escritório do meu pai. E assim eu engajei de forma mais eficiente na minha vida profissional, de forma a visitar, ligar e explicar aos clientes todas as dúvidas e a importância da Contabilidade para empresas. Na universidade, estava à frente das feiras de curso e outras atividades que eram desenvolvidas pelo curso de Ciências Contábeis. A cada dia o ânimo em demonstrar a real importância da contabilidade aflorava em mim, até que no terceiro ano da faculdade, quando tive o primeiro contato com a disciplina Contabilidade Gerencial e Controladoria. Descobri que gostaria de auxiliar no crescimento das empresas que estivessem sobre minha responsabilidade, mas que queria, especialmente, formar profissionais aptos, eficientes e com o mesmo entusiasmo que eu sentia para transformar empresas, pessoas, negócios e mercado.

Portanto, desde o terceiro ano da faculdade, comecei a participar de eventos científicos e desenvolvi meu primeiro artigo, com base no trabalho de conclusão de curso, assim alimentando o currícu-



Por: Anna Caroline Priebe (Unioeste).

Sou grata imensamente pela transformação que a Contabilidade proporcionou em mim, a qual aconteceu inicialmente pelos meus primeiros professores, que foram meus pais, seguido por todos os mestres e doutores que tive a sorte de encontrar nessa trajetória.

“Hoje busco transmitir aos alunos da graduação um pouco daquilo que cada professor me passou em minha caminhada acadêmica até o momento.”

lo e cumprindo com meus objetivos para ingressar no mestrado e seguir a caminhada profissional por meio da docência. Terminei a faculdade e seis meses depois fui aprovada no processo seletivo do mestrado em Contabilidade na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus de Cascavel. Nesse momento, senti minha vida mudar de forma imediata. As mudanças começaram com a cidade, morar sozinha, seguido das responsabilidades e das cobranças que debrucei sobre mim mesma. No mestrado, mesmo não sendo bolsista, logo fiz amizade com eles e solicitei se podia dividir com eles a sua sala, nos horários extraclasse, pois, como estava morando sozinha em Cascavel-PR, dediquei todo meu tempo ao mestrado.

Confesso que entrei com uma visão de transformar pessoas, e novamente, fui transformada. Posso afirmar que, no decorrer do mestrado, obtive um crescimento em nível de conhecimento indescritível. Conheci, li e me aproximei de forma teórica e prática de teorias e processos contábeis que não conhecia.

O conhecimento transmitido a partir de análises e pensamentos críticos por meio dos *postions*, seminários, elaboração de questões, debates, leituras, artigos e diferentes metodologias, foram os principais responsáveis pelas mudanças que aconteceram em mim, em termos de conhecimento e pensamento crítico. Outra questão importante que aconteceu nesta trajetória de transformação foi a visão de que a pesquisa é a melhor forma de nos aprofundarmos em assuntos que mais nos interessam, e eu tenho o interesse de sempre estar pesquisando e naturalmente colhendo frutos destas pesquisa, em diversas publicações.

Meu professor orientador Udo Strassburg (Unioeste) e minha co-orientadora professora Delci Grapégia Dal Vesco (Unioeste) foram os outros dois pilares importantíssimos da transformação do meu conhecimento, pois sempre me impulsionaram a buscar algo a mais para as atividades que desenvolvia.

Com isso, decidi em conjunto com meu

orientador, que trabalharia em minha dissertação a Contabilidade Comportamental. E a professora coorientadora me motivou a desenvolver um modelo teórico do conteúdo tratado. Com a realização do mestrado, foram surgindo oportunidades diversas, principalmente na área acadêmica, em que tive a oportunidade de assumir algumas aulas em uma universidade privada, mesmo antes de defender e repassar um pouco daquilo que eu já havia aprendido sobre a Contabilidade. Isto foi muito gratificante, pois consegui alcançar, em curto espaço de tempo, mais um objetivo de minha carreira, que era a docência. O dia 10 de dezembro de 2018 foi uma data muito esperada, quando defendi a dissertação, na qual fui aprovada mestra em Contabilidade.

Vale ressaltar que a banca examinadora foi composta por meu orientador, coorientadora e pelo membro externo, Prof. Dr. Vicente Pacheco (UFPR). Hoje, busco transmitir aos alunos da graduação, um pouco daquilo que cada professor me passou em minha caminhada acadêmica até o momento.

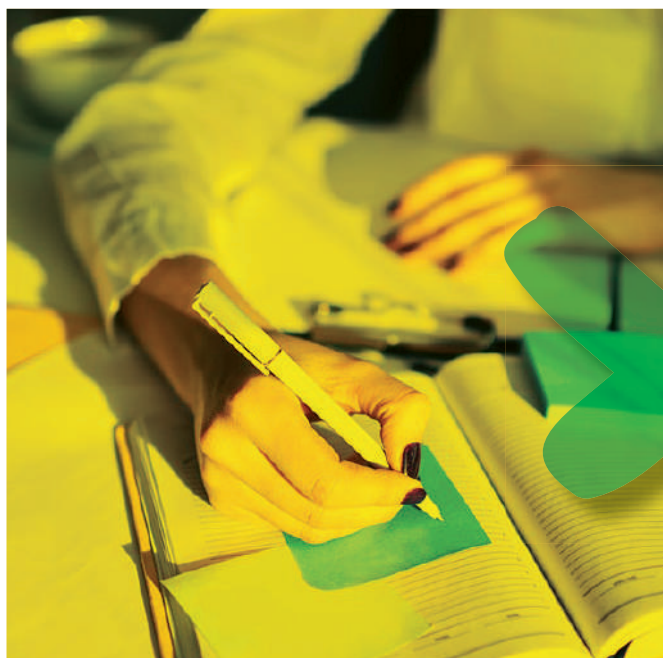
PRATICANDO A TEORIA X TEORIZANDO A PRÁTICA

Por: Ivan Echeverria



Entre as concepções do filósofo e educador norte-americano John Dewey (1859–1952), é encontrada a necessidade de valorizar a capacidade de pensar dos estudantes, preparando-os para questionar a realidade, de problematizar e, especificamente, unir a teoria e prática; foi dele a inspiração da Escola Nova no Brasil, liderada pelo educador Anísio Teixeira, o qual colocou a atividade prática e a democracia como importantes ingredientes da educação. É o aprender fazendo. (PATRÍCIO, 1995; FERRARI, 2018). A gestação desta escrita ocorreu mediante pesquisa bibliográfica, pelo método dedutivo, exprimindo por palavras e exemplos aplicados no dia a dia em sala de aula do curso de Ciências Contábeis.

Palavras-chave: Teoria. Prática. Educação. Ciências Contábeis.



INTRODUÇÃO

O primeiro elã ao ler o título acima é o ensinamento pela educação, pois, nos quatro ícones, ora definidos pelo lexicográfico Aurélio: “praticando–expressando por palavras”, “teoria–conjunto de–princípios fundamentais duma ciência”, “teorizando – fundamentando com teorias”, e “prática –saber provindo da experiência técnica. Aplicação da teoria”.

Influenciado pelo empirismo, Dewey criou uma escola-laboratório ligada à universidade onde lecionava para testar métodos pedagógicos. Ele insistia na necessidade de estreitar a relação entre teoria e prática, pois acreditava somente terem sentido as hipóteses teóricas no dia a dia. Entende-se ser o tema magistral, relativo a mestre, professor ou docente e como nos legou Guimarães Rosa em sua célebre frase “mestre não é quem sempre ensina, mas

quem de repente aprende” e, ainda, Leonardo da Vinci ressaltou: “Sempre a prática deve ser edificada sobre a boa teoria.” Portanto evidenciou, já no século XVI: “Aqueles que se enamoram da prática sem a ciência, são como o navegador que entra no navio sem timão ou bússola, que jamais tem certeza de onde se vai” (ECHEVERRIA, 2015).

Os primeiros passos para os neófitos nas Ciências Contábeis, estudantes de hoje e contadores do amanhã se desenvolvem com a aplicabilidade da teoria e da prática da Contabilidade Geral em sala de aula.

DESENVOLVIMENTO

A Contabilidade é a ciência dos fenômenos patrimoniais das empresas, pois ela estuda, pratica as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos da administração econômica em

entidades com fins lucrativos ou não. A função administrativa da Contabilidade é controlar o patrimônio e a função econômica é apurar o resultado, o qual pode ser lucro ou prejuízo. O Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, com fins lucrativos ou não. A divisão patrimonial é o ATIVO – representando a parte positiva do patrimônio – formado pelos bens e direitos, e o PASSIVO – contemplando a parte negativa do patrimônio – com as obrigações para com terceiros (dívidas) e com o proprietário (capital próprio).

Depois dessas explicações e de responder a todos os questionamentos apresentados, os alunos são orientados para elaborar o seu patrimônio pessoal, qualitativa e quantitativamente por seus BENS, quais seriam: dinheiro, saldo bancário, telefone celular, motocicleta, veículo, computador, casa e

outros, somando-se os valores; DIREITOS, sendo: salário a receber, consórcio a sortear, dívidas de outrem, com a respectiva soma; apresentando, assim o total do ATIVO; na sequência, as OBRIGAÇÕES: prestações de veículo a pagar, salário a pagar, impostos a pagar, empréstimos bancários, financiamento do imóvel, cartão de crédito e outros, com a soma respectiva; para completar o PASSIVO, neste caso de estudo, representando o total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO, teríamos o total do ATIVO (-) menos o PASSIVO, obtendo-se o Capital Próprio ou a Situação Líquida. Caso o valor do PASSIVO ultrapasse o ATIVO, apresentando resultado negativo denomina-se por PASSIVO A DESCOBERTO.

Com essas informações práticas, passam a entender a equação considerada como básica na Contabilidade: (Bens + Direitos) – (Obrigações) = Patrimônio Líquido. O estudo apresentado pode ser transportado para uma Sociedade Empresária ou Empresa Individual, levando-se em conta a necessidade de CAPITAL para iniciar um empreendimento.

Em decorrência, sendo a atividade comercial, têm-se as INSTALAÇÕES, representada por balcões, prateleiras, maquinário e há a aquisição de MERCADORIAS à vista e a prazo, empréstimos bancários e as vendas. Numa equação simples, o custo das mercadorias deduzido do valor das vendas resulta no LUCRO da empresa; há os impostos governamentais também; é óbvia a existência de outras despesas de funcionamento, em especial com empregados registrados na forma da legislação com essas informações, e diante do estudo anterior apresentado de seu patrimônio individual, orienta-se a formação de grupos de até cinco estudantes para elaborarem e apresentarem a si-

tução patrimonial de uma empresa comercial, podendo ser inclusive de uma empresa real de algum membro do grupo de estudo. Todas as pessoas têm seus nomes; na Contabilidade tem-se o Plano de Contas, destinado a registrar os atos e fatos administrativos para obter-se o resultado econômico da sociedade. Há a divisão das CONTAS em PATRIMONIAIS e DE RESULTADO, as primeiras destinadas a apresentar o Balanço Patrimonial e as

outras a Demonstração do Resultado do Exercício e, ambas, nas demais Demonstrações Contábeis exigidas por norma do Conselho Federal de Contabilidade, ou seja, a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em especial os itens 54, 81A, 81B e 82. Na oportunidade fazer a apresentação da precitada norma aos estudantes, orientando-os a obter uma cópia do documento para estudos.

Lançamento de Diário nº 1

Cuiabá, 2 de julho de 2018.	DÉBITO	CRÉDITO
DÉBITO: CAIXA	50.000,00	
CRÉDITO: CAPITAL SOCIAL		50.000,00
Histórico:		
Integralização do Capital, conforme contrato		
TOTAL	50.000,00	50.000,00

Lançamento de Diário nº 2

Cuiabá, 2 de julho de 2018.	DÉBITO	CRÉDITO
DÉBITO: MERCADORIAS	25.000,00	
CRÉDITO: CAIXA		5.000,00
CRÉDITO: FORNECEDORES		20.000,00
Histórico:		
Compra de mercadorias para revenda.		
TOTAL	25.000,00	25.000,00

Lançamento de Diário nº 3

Cuiabá, 2 de julho de 2018	DÉBITO	CRÉDITO
DÉBITO: MÓVEIS E UTENSÍLIOS	35.000,00	
CRÉDITO: CAIXA		17.500,00
CRÉDITO: CONTAS A PAGAR		17.500,00
Histórico:		
Compra de móveis e utensílios.		
TOTAL	35.000,00	35.000,00

Lançamento de Diário nº 4

Cuiabá, 3 de julho de 2018.	DÉBITO	CRÉDITO
DÉBITO: CAIXA	4.000,00	
DÉBITO: CLIENTES	6.000,00	
DÉBITO: CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	7.000,00	
CRÉDITO: VENDA DE MERCADORIAS		10.000,00
CRÉDITO: MERCADORIAS		7.000,00
Histórico:		
Venda de mercadorias à vista e a prazo.		
TOTAL	17.000,00	17.000,00

Eis a transcrição no Livro Razão (para fins didáticos utiliza-se o RAZONETE EM "T"):

De posse de Demonstrações Contábeis divulgadas na mídia, levar cópias para a sala de aula de várias sociedades empresárias, distribuindo-as para estudos em grupo de até cinco integrantes, evitando a participação daqueles estudantes do grupo anterior para, evidentemente, haver maior entrosamento entre eles. Isto feito, distribuir as cópias para as comparações e registro das diferenças observadas com vistas à apresentação por um dos membros de cada grupo, mediante as explicações das ocorrências e divergências da norma.

A Contabilidade hodierna é realizada com o auxílio de planilhas e desenvolvida por intermédio de *softwares* em computadores. Não obstante é necessário o entendimento do DÉBITO, do CRÉDITO e do SALDO (DEVEDOR OU CREDOR). As movimentações são realizadas no DIÁRIO, como o próprio nome diz: diariamente; e no RAZÃO, distribuindo os valores monetários pelas contas existentes para a movimentação e preparação das demonstrações contábeis ao final do período necessário (diariamente, semanal, mensal, semestral ou anual). Para saber-se a posição da empresa em dado momento, é feito o Balancete, com todas as contas patrimoniais e de resultado. Assim, sempre temos em cada lançamento contábil pelo menos um débito e um crédito, um débito e dois créditos, dois débitos e um crédito, dois débitos (ou mais) e dois créditos (ou mais); respectivamente, são lançamentos contábeis de primeira fórmula, segunda fórmula, terceira fórmula, quarta fórmula ou fórmula complexa. A COMERCIAL PFALTZGRAFF, sediada em Cuiabá, iniciou suas operações em 02/07/2018,

CAIXA	
débito	crédito
(1) 50.000,00	
	5.000,00 (2)
	17.500,00 (3)
(4) 4.000,00	
54.000,00	22.500,00
31.500,00	

MERCADORIAS	
débito	crédito
(2) 25.000,00	
	7.000,00 (4)
18.000,00	

MÓVEIS E UTENSÍLIOS	
débito	crédito
(3) 35.000,00	
35.000,00	

CLIENTES	
débito	crédito
(4) 6.000,00	
6.000,00	

CAPITAL SOCIAL	
débito	crédito
	50.000,00 (1)
	50.000,00

FORNECEDORES	
débito	crédito
	20.000,00 (2)
	20.000,00

CONTAS A PAGAR	
débito	crédito
	17.500,00 (3)
	17.500,00

VENDA DE MERCADORIAS	
débito	crédito
	10.000,00 (4)
	10.000,00

CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	
débito	crédito
(4) 7.000,00	
7.000,00	

com o Capital de R\$50.000,00, integralizado totalmente em dinheiro. Foram compradas Mercadorias para revenda no valor de R\$25.000,00, sendo R\$5.000,00 à vista e o restante para o pagamento a prazo; adquiriu, para uso da empresa, Móveis e Utensílios diversos pelo total de R\$35.000,00, sendo pagos

50% (cinquenta por cento) à vista e o restante a prazo. No dia seguinte, o total da venda de Mercadorias foi de R\$10.000,00, cujo custo representava 70% (setenta por cento), sendo pago 40% (quarenta por cento) à vista e o restante a prazo. Proceder no registro das operações e elaborar um Balancete.



COMERCIAL PFALTZGRAFF				
Balancete em 03 de julho de 2018				
CONTAS	MOVIMENTAÇÃO		SALDO	
	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREADOR
A T I V O				
CIRCULANTE				
CAIXA	54.000,00	22.500,00	31.500,00	
MERCADORIAS	25.000,00	7.000,00	18.000,00	
CLIENTES	6.000,00		6.000,00	
NÃO CIRCULANTE				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	35.000,00		35.000,00	
P A S S I V O				
CIRCULANTE				
FORNECEDORES		20.000,00		20.000,00
CONTAS A PAGAR		17.500,00		17.500,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CAPITAL SOCIAL		50.000,00		50.000,00
CONTAS DE RESULTADO				
VENDA DE MERCADORIAS		10.000,00		10.000,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	7.000,00		7.000,00	
T O T A L	127.000,00	127.000,00	97.500,00	97.500,00

O balancete poderia ser apresentado sem a movimentação, ou seja, tão somente com os saldos devedores e credores das contas, as quais poderiam ser apresentadas sem as denominações do grupo a que pertencem; há vários modelos de balancete. Não foram calculados os impostos governamentais por se tratar de estudo inicial dos lançamentos, suas transcrições e levantamento de saldos para fins didáticos, os quais se entende de melhor interpretação pelos neoestudantes das Ciências Contábeis. Com esta apresentação do Livro Diário, Livro Razão e Balancete, complementa-se o estudo relativo ao exercício proposto.

CONSIDERAÇÕES

A matéria não se encerra nestas poucas linhas, aliás, elas são fontes para novas pesquisas, para a aplicabilidade em sala de aula, para outras inferências.

A norma sobre a Apresentação das Demonstrações Contábeis, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, citada linhas atrás é riquíssima para os estudos e desenvolvimento dos trabalhos do mestre em sala de aula. Em "PRATICANDO A TEORIA X TEORIZANDO A PRÁTICA", há de se vir a existência do currículo oculto, com os trabalhos em sala de aula de valores, ética, bons costumes e, ainda, se recebe dos próprios estudantes para socializar com a classe eventuais problemas surgidos voltados à profissão contábil. O tema nos leva a ensinar pelo exemplo, o qual teoricamente trará repercussões mais salutares em lugar de meras palavras.

REFERÊNCIAS

ECHEVERRIA, Ivan. Contabilidade Geral, Custos & Análise Contábil. Cuiabá: KCM, 2015.

FERRARI, Marcos. Anísio Teixeira, o inventor da escola pública no Brasil. Disponível em: <https://novaescola.org.br>, Acessado em 29 jun.2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Eletrônico Aurélio: versão 6.0. Anjos, Margarida; Ferreira, Marina Baird (coord. e ed.). Curitiba: Positivo Informática, 2009.

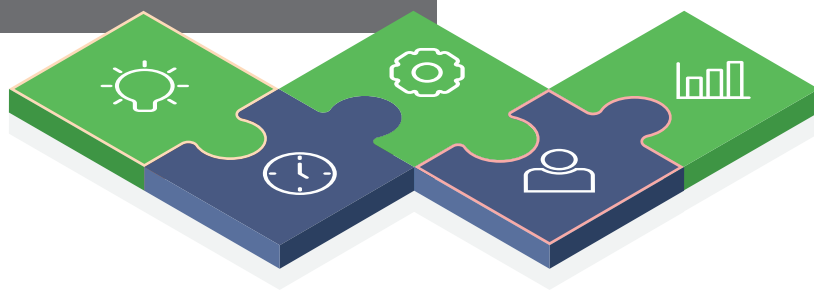
PATRÍCIO, Manuel Ferreira. A questão metodológica à luz da Escola Cultural. In: Novas Metodologias em Educação. Org. Adalberto Dias de Carvalho. Porto: Portugal, 1995.

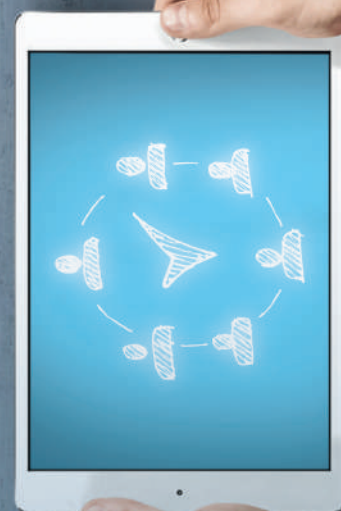
PFALTZGRAFF, Rogério. Testes Contábeis: Contabilidade Geral, Industrial, Superior e de Análise de Balanço. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, s/d.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica Fácil. 29. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.



Ivan Echeverria
Presidente da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Amacic)





CUSTOS APLICADOS AO SETOR PÚBLICO: A PERCEPÇÃO DE GESTORES DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO

Por Tatiane Hlatchuk Stolf e Kátia Regina Hopfer

Em um contexto de pressão por transparência dos gastos públicos, a administração pública tem buscado desenvolver ferramentas que propiciem e facilitem o controle por parte dos gestores públicos, dos órgãos de controle e da sociedade, bem como estabelecer medidas de desempenho da atuação governamental. Um dos métodos de controle capazes de promover essa transparência e auxiliar os gestores públicos na tomada de decisão é a gestão de custos. Uma ferramenta já há muito utilizada no ambiente empresarial, seu surgimento remonta ao século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, quando surgiu a necessidade de se avaliarem os estoques das indústrias (BEUREN, 1993). Entretanto, trata-se de um tema relativamente novo no setor público, que vem se desenvolvendo lentamente devido às dificuldades ainda existentes na área, como a resistência às mudanças, afalta de qualificação dos recursos humanos envolvidos e o tradicionalismo

administrativo. Ao longo desse trabalho serão abordados os instrumentos legais e normativos que versam sobre o tema, evidenciando a evolução gradativa de sua utilização.

Esforços têm sido envidados pelo Governo federal para promover o desenvolvimento da temática de custos na administração pública. Nesse sentido, foi criado, em 2011, o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal. Esse sistema utiliza informações dos sistemas estruturantes já utilizados pela administração pública a nível federal. Apesar disso, o que se verifica é que a grande maioria dos órgãos públicos ainda não utiliza nenhum sistema de apuração de custos, seja pela dificuldade de implantação, seja pela resistência cultural dos gestores ou por falta de profissionais capacitados (RAMOS, 2013). A UTFPR, como a maioria das entidades públicas, até o momento, não adotou um procedimento que permita a determinação dos custos de suas

atividades. Por este motivo, é de grande relevância que se analise a praticabilidade da implantação do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal na instituição. Para isso, primeiramente é necessário que se estabeleça um panorama dos anseios da gestão acerca da adoção dessa nova ferramenta de tomada de decisões.

Diante dessa concepção, surge a seguinte questão orientadora deste estudo: **Qual o nível de percepção dos principais gestores dos câmpus da UTFPR sobre a importância da implantação de um sistema de custos no âmbito da instituição?** Sendo o objetivo da pesquisa investigar a percepção dos gestores da universidade acerca da temática de custos, surgem objetivos específicos que auxiliarão nessa tarefa: verificar o nível de aceitação de uma nova ferramenta para a tomada de decisão; verificar a existência de conhecimento prévio sobre a temática de gestão de custos; e verificar a compreensão dos gestores sobre a importância da sistemática de apuração de custos.

O estudo justifica-se pela necessidade de se descobrir qual o nível de conhecimento dos gestores sobre a temática de gestão de custos e a receptividade diante de uma possível determinação, pela Reitoria da universidade, da adoção de uma sistemática de custos. Este trabalho é composto de cinco seções, sendo esta introdução a primeira delas. Na segunda seção, será apresentado o referencial teórico, abordando a evolução do tema de custos ao longo do tempo, por meio do estudo das leis e normas relativas ao assunto, bem como uma breve descrição da instituição objeto desta pesquisa. A terceira seção trata da metodologia do trabalho. Na quarta serão expostas a apresentação e análise dos dados. Por fim, as considerações finais são abordadas na quinta e última seção.



2. CUSTOS NO SETOR PÚBLICO

A obrigatoriedade da apuração de custos na administração pública surgiu, inicialmente, com a Lei n.º 4320/1964, em seus artigos 85 e 99, os quais mencionam a necessidade de determinação dos custos industriais. Posteriormente, o Art. 79 do Decreto-Lei n.º 200/1967 reforça que os custos dos serviços devem ser apurados para que se evidencie os resultados da gestão. Mais recentemente, a Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), estabelece a obrigatoriedade da implantação de sistemas de custos nos órgãos públicos, como destaca o parágrafo 3º do Art. 50: "A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial". Com o advento da nova administração pública, desencadeada no mundo a partir da década de 1980, e com a institucionalização do princípio da eficiência pelo Art. 37 da Constituição Federal brasileira de 1988, surgiu a exigência de uma gestão responsável por parte do Estado, bem como a demanda por um novo modelo de informação financeira. Essas características têm na contabilidade de custos um mecanismo de apuração de resultados e de comparação da competitividade das atividades governamentais (PIGATTO et al, 2010).

A nova administração pública também é mencionada por Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010), que destacam a busca por uma maior eficiência por meio do estímulo a um ambiente competitivo e da adoção de elementos de gestão típicos do setor privado, como é o caso dos sistemas de apuração de custos.

A esse respeito, Alonso (1999) afirma que só recentemente a eficiência adquiriu *status* de princípio constitucional, sendo um conceito "estranho ao setor

“A nova administração pública também é mencionada por Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010), que destacam a busca por uma maior eficiência através do estímulo a um ambiente competitivo e da adoção de elementos de gestão típicos do setor privado, como é o caso dos sistemas de apuração de custos.”

público”. Culturalmente, a Administração Pública busca apenas o cumprimento da lei, porém é necessário melhorar seu desempenho, focando na economia de recursos e na satisfação dos usuários dos serviços. Nesse contexto, o autor salienta os custos como “principais indicadores de desempenho das organizações” (ALONSO, 1999, p. 46).

Além da exigência legal do levantamento de custos no setor público, existe também a questão da utilidade da informação. Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010, p. 964) apontam algumas razões para a adoção de procedimentos que permitam a determinação dos custos na administração pública, tais como: melhorar a qualidade do gasto público, reduzindo desperdício, conferir transparência ao gasto público e possibilitar “um melhor controle democrático sobre as prioridades no uso dos recursos públicos e a qualidade dos serviços prestados”.

Mas a razão mais importante, segundo os autores, é “que sem que se conheçam os custos das políticas e programas executados pelo setor público é impossível saber se o dinheiro do contribuinte está sendo bem utilizado” (REZENDE, CUNHA e BEVILACQUA, 2010, p. 964). A ferramenta de custos, ainda de acordo com os autores, permite avaliar se os resultados das diversas ações governamentais podem ser melhorados ou alcançados com um emprego otimizado de recursos humanos, materiais e financeiros. Além disso, a evidenciação de custos tem a capacidade de promover e aprimorar a *accountability*, ou seja, a prestação de contas das ações do governo e a transparência na administração (SILVA, 2011); promover uma alocação eficiente de recursos (ALONSO, 1999); e prover informações úteis à tomada de decisão do gestor público e ao controle e avaliação da eficiência, eficácia e efetividade dos programas do governo (MACHADO, 2002).

Fernandes e Slomski (2011), investigaram a relação existente entre a utilização de algum método de custeio e da contabilidade de custos e a melhoria da qualidade de produtos e serviços, em 16 organizações da administração direta e indireta, vinculadas a qualquer um dos três Poderes do Estado. Os autores evidenciaram “importantes indícios da ligação existente entre o desenvolvimento da gestão de custos nessas organizações e a efetividade de seus programas de melhoria da qualidade” (FERNANDES e SLOMSKI, 2011, p. 2).

Por todos esses fatores, fica claro que a evidenciação dos custos das atividades no setor público é extremamente importante, mesmo que até recentemente não se tenha observado um esforço efetivo por parte da administração pública no sentido de atender à legislação.

Diante do descumprimento da legislação por parte dos órgãos federais, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu o Acórdão n.º 1.078/2004. Esse documento determinou à Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento da administração pública, a adoção urgente de providências para implantação de um sistema de custos para a administração pública federal. O intuito desse sistema seria acompanhar e avaliar a gestão orçamentária e financeira de responsáveis pela guarda e administração de bens públicos, assim como evidenciar e distinguir o montante gasto com despesas administrativas do montante despendido com as ações finalísticas (TRIBUNAL..., 2004).

Em vista disso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com o Ministério da Fazenda e a Controladoria-Geral da União, expediu a Portaria Interministerial n.º 945, de 26 de outubro de 2005, que constituía Comissão Interministerial de Custos. O objetivo da Comissão era “propor diretrizes, métodos e procedimentos para subsidiar a implantação de Sistemas de Custos na Administração Pública Federal” (COMISSÃO..., 2005, p. 1). A referida Comissão apresentou um relatório final estabelecendo as diretrizes e os objetivos centrais da política de custos:

1. Implantar sistemas de custos em toda a administração pública federal em cumprimento às determinações da legislação vigente.
2. Otimizar o desempenho dos órgãos e entidades da administração pública federal, assim como dos programas que integram o plano plurianual.
3. Fomentar uma cultura de cus-

“Acórdão n.º 1.078/2004...
Esse documento determinou à Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento da administração pública, a adoção urgente de providências para implantação de um sistema de custos para a administração pública federal.”

tos na administração pública federal (COMISSÃO..., 2005, p. 3).

Após isso, em 9 de março de 2011, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) expediu a Portaria n.º 157, que criou o Sistema de Custos do Governo Federal (SIC), após anos de esforços envolvendo a Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria do Tesouro Nacional e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Tal Portaria evidencia a importância desse sistema, que objetiva “proporcionar conteúdo informacional para subsidiar as decisões governamentais de alocação mais eficiente de recursos e gerar as condições para a melhoria da qualidade do gasto público” (BRASIL, 2011).

Já em 25 de novembro de 2011, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC n.º 1.366, aprovou a NBC T 16.11, que “estabelece

a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público” (CONSELHO..., 2012, p. 46). Esse documento faz parte das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Pode-se observar que só recentemente a temática de custos começou a ser efetivamente inserida nas rotinas do Governo federal, com a criação de um sistema que permite a apuração dos custos das atividades realizadas pelo Poder Público e a edição de norma específica pelo Conselho Federal de Contabilidade. Já no âmbito das universidades federais, a temática caminha a passos lentos, como pode ser verificado na subseção seguinte.

2.1 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE CUSTOS NA UNIVERSIDADES FEDERAIS

Santos, Costa e Voese (2016) propuseram um levantamento da situação das universidades federais quanto à implementação de sistemas de custos. Os autores constataram, por meio de informações obtidas nos Relatórios de Gestão do ano de 2015 de 80 Instituições Federais de Ensino Superior, que apenas 4 utilizavam algum tipo de sistema de apuração de custos. As principais justificativas para a não utilização são de que a instituição está aguardando o desenvolvimento do SIC, apresenta dificuldades operacionais, utiliza modelos parciais ou está desenvolvendo plataforma própria. De qualquer forma, de acordo com os referidos autores, existe a sinalização da maioria das Ifes de estarem caminhando em direção à utilização de um sistema de custos para melhorar gestão dos recursos públicos, embora seja necessária uma determinação do TCU para que haja efetivamente uma implementação. Depreende-se então que, no geral, as

instituições conseguem compreender a importância da temática de custos, porém, encontram algumas dificuldades com relação à implementação.

2.2 IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INVESTIGADA

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), é uma instituição com 109 anos de história e que, durante sua trajetória, apresentou-se sob várias denominações: Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, Liceu Industrial do Paraná, Escola Técnica de Curitiba, Escola Técnica Federal do Paraná, e Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – Cefet-PR, até se transformar na primeira Universidade Tecnológica do Brasil, no ano de 2005 (UTFPR, 2017).

A instituição conta com 13 campi, além da Reitoria, distribuídos pelo Estado do Paraná, nos municípios de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo. Possui estruturas acadêmicas e administrativas organizadas de forma descentralizada. Nesse sentido, a gestão orçamentária e financeira é realizada dentro de cada câmpus, sob responsabilidade dos Diretores-Gerais e dos Diretores de Planejamento e Administração, os quais são coordenados e orientados pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (UTFPR, 2017).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa, pela forma de abordagem do problema, tem natureza quantitativa na forma de apresentação dos dados e qualitativa na análise dos resultados, envolvendo a interpretação dos fenômenos e atribuição de significados aos dados coletados.

Desse modo, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois busca descrever as características da população escolhida e estabelecer relações entre variáveis.

Utilizou-se a observação direta extensiva, realizada por meio do emprego de questionário, enviado por e-mail aos participantes. O questionário foi estruturado no Google docs e contou com nove questões fechadas. Foram utilizadas questões de múltipla escolha e algumas com uma adaptação da escala Likert, retirando-se a opção neutra. Antes de sua aplicação, foi realiza-

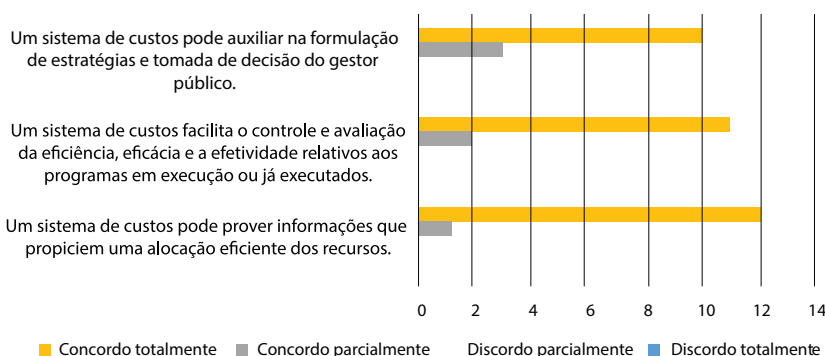


Gráfico 1: Concordância dos participantes com as vantagens da utilização de sistemas de custos. Fonte: Autoria própria

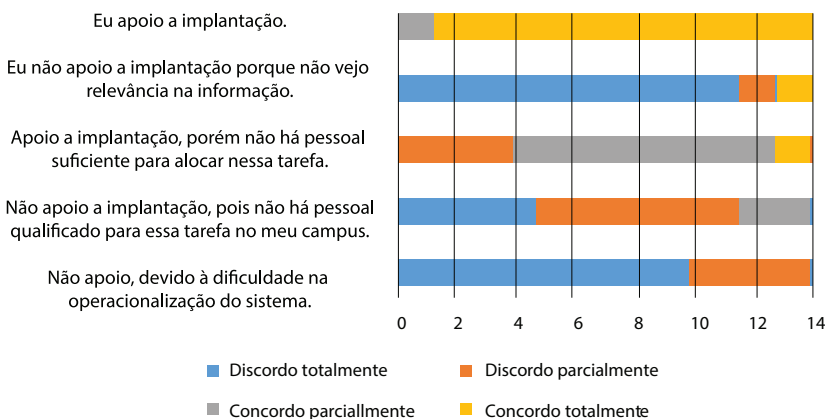


Gráfico 2: Apoio dos gestores à implantação de um sistema de custos no seu câmpus. Fonte: Autoria própria

“ De qualquer forma, de acordo com os referidos autores, existe a sinalização da maioria das Ifes de estarem caminhando em direção à utilização de um sistema de custos para melhorar a gestão dos recursos públicos. ”

do um pré-teste do questionário com o Assessor de Orçamento e Finanças da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração da universidade, visando evidenciar possíveis falhas na elaboração das perguntas e dificuldades na interpretação delas.

O estudo foi realizado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, uma instituição de ensino que sinaliza a intenção de adotar um sistema de custos. Nesse contexto, torna-se importante descobrir qual a percepção dos possíveis usuários da informação a respeito do assunto. Os dados utilizados na pesquisa foram coletados junto aos diretores-gerais e diretores de Planejamento e Administração dos 13 campi, totalizando 26 indivíduos. Na seleção da população, optou-se pelos gestores ao invés dos contadores, pois são aqueles que poderão utilizar a informação de custos para a tomada de decisões.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dos 26 servidores selecionados para a pesquisa, 13 responderam ao questionário, representando 50% do total. Dessa forma, o resultado ficou acima da média, caracterizando um percentual de devolução satisfatório.

As primeiras questões aplicadas objetivaram traçar um perfil profissional dos participantes. Primeiramente, os servidores foram questionados sobre sua formação acadêmica, para verificar se possuem conhecimento contábil ou em áreas afins. Apurou-se que 15% são formados em Ciências Contábeis, 23% em Administração, 8% em Economia e 54% em outras áreas. Assim, 46% dos respondentes possuem uma formação que possibilita um certo conhecimento prévio sobre a temática de custos.

A pergunta seguinte buscou apurar o tempo de atuação dos respondentes na instituição. De acordo com as respostas, 38% dos servidores questionados possuem menos de 10 anos de trabalho na instituição, 31% entre 10 e 20 anos, 23% entre 20 e 30 anos e 8%, mais de 30 anos. Percebe-se um percentual significativo de servidores com ingresso relativamente recente na universidade, ocupando os cargos de diretor-geral e diretor de Planejamento e Administração. Quanto à função ocupada, dos respondentes, 46% são diretores-gerais e 54% são diretores de Planejamento e Administração, o que denota uma distribuição regular entre as duas categorias de participantes.

“ Os dados utilizados na pesquisa foram coletados junto aos diretores-gerais e diretores de Planejamento e Administração dos 13 campi, totalizando 26 indivíduos. Na seleção da população, optou-se pelos gestores ao invés dos contadores, pois são aqueles que poderão utilizar a informação de custos para a tomada de decisões. ”

Arguidos sobre o nível de conhecimento sobre a temática de “gestão de custos”, apenas um participante afirmou não conhecer nada e um afirmou conhecer muito bem; 38% afirmaram conhecer pouco; e 46% declararam que conhecem. O respondente que declarou não conhecer nada tem formação em outras áreas, que não a das Ciências Sociais Aplicadas, elencadas na questão. Já aquele cuja afirmação foi de que conhece muito bem, possui formação em administração.

A próxima pergunta dizia respeito às ferramentas utilizadas pelos gestores para a tomada de decisões relativas ao orçamento e finanças dentro da universidade. Os respondentes deviam assinalar uma ou mais opções dentre Siafi, Siorg (Sistemas Corporativos), Tesouro Gerencial, planilhas eletrônicas e “outras”. A título de conceituação, Siafi é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, utilizado em toda a esfera federal para registrar, acompanhar e controlar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo; Siorg é um módulo dos Sistemas Corporativos da UTFPR, utilizado para acompanhamento da gestão orçamentária, internamente à instituição; e Tesouro Gerencial é um sistema utilizado para geração de relatórios mais completos a partir dos dados do Siafi. Observou-se que, no geral, os gestores utilizam mais de uma dessas ferramentas para auxiliar na tomada de decisões, sendo que 100% deles utilizam planilhas eletrônicas, 62% utilizam o Siafi, 77% fazem uso do SIORG, 8% utilizam o Tesouro Gerencial e 15%, outras ferramentas.

Questionados se essas ferramentas são suficientes para a tomada de decisão, 46% responderam que sim, 46% que não e 8% não souberam responder. Dessa forma, as opiniões se dividiram quanto à necessidade de se ter outra

opção de ferramenta gerencial dentro da instituição.

Na questão seguinte, foi solicitado que os participantes assinalassem seu grau de concordância com algumas afirmações, referentes às vantagens que podem ser obtidas por meio da utilização de sistemas de apuração de custos. Os resultados podem ser visualizados no Gráfico 1.

Todos os participantes concordaram, em maior ou menor grau, com as afirmativas. Assim, percebe-se que os gestores têm a compreensão de que um sistema de custos tem a capacidade de auxiliar na tomada de decisões, facilitar o controle dos programas e propiciar uma alocação eficiente dos recursos, consistindo uma ferramenta útil para a gestão pública. A vantagem que demonstrou ser mais proeminente entre os gestores foi a que menciona a melhoria na alocação dos recursos, com 92% de concordância total.

Na sequência, os participantes foram inquiridos sobre o apoio que concederiam à implantação de um sistema de custos em seu câmpus. Todos os respondentes declararam apoio à implantação, sendo que apenas um concordou parcialmente com a afirmação. Já a afirmação "Eu não apoio a implantação porque não vejo relevância na informação" obteve apenas uma manifestação de concordância, porém o mesmo participante declarou também que apoia a implantação, invalidando suas respostas.

A última questão dizia respeito ao conhecimento prévio dos gestores sobre o fato de que o governo federal já possui um sistema de informação de custos próprio desde 2011. Apurou-se que apenas uma pessoa possuía conhecimento prévio, concordando totalmente com a afirmativa. 38% afirmaram

“ Assim, percebe-se que os gestores têm a compreensão de que um sistema de custos tem a capacidade de auxiliar na tomada de decisões, facilitar o controle dos programas e propiciar uma alocação eficiente dos recursos, consistindo numa ferramenta útil para a gestão pública. A vantagem que demonstrou ser mais proeminente entre os gestores foi a que menciona a melhoria na alocação dos recursos, com 92% de concordância total. ”

desconhecer totalmente essa circunstância, enquanto que 54% podem ter tido contato, em algum momento, com a informação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gestor público tem o papel de administrar os recursos públicos de maneira a atingir o máximo de eficiência e eficácia possível. Para isso, é importante que esteja aberto a acompanhar a evolução dos métodos e práticas de gestão. A contabilidade

de custos é um instrumento que está emergindo como um importante instrumento dentro da gestão pública, facilitando também a questão do controle e da mensuração de desempenho da gestão. Desse modo, o objetivo do presente trabalho foi investigar qual a percepção dos gestores da UTFPR acerca da importância da implantação de um sistema de apuração de custos no âmbito da instituição. O foco foi avaliar se os gestores possuem algum grau de conhecimento sobre a temática de gestão de custos e sobre as vantagens que a ferramenta pode proporcionar, bem como se estão dispostos a adotar um sistema de custos para facilitar a tomada de decisão.

A partir dos dados obtidos por meio do questionário, pôde-se perceber que, de modo geral, os gestores da UTFPR são favoráveis à implantação dessa ferramenta e têm a percepção da importância e necessidade da apuração de custos para a promoção de uma boa gestão dos recursos públicos.

Considerando que quase a totalidade dos respondentes mostrou-se favorável à implantação de um sistema de custos na instituição, assim como a compreensão das vantagens que podem ser obtidas com a apuração dos custos das atividades no setor público, pode-se perceber que o ambiente está propício à inserção dessa ferramenta no âmbito da UTFPR.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Marcos. Custos no serviço público. Revista do Serviço Público, Brasília, Ano 50, n. 1, p. 37-63, jan-mar, 1999. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/99-Alonso50\(1\).pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/99-Alonso50(1).pdf)>.

Acesso em: 24 mai. 2017.02468101214 BEUREN, Ilze Maria. Evolução histórica da con-

tabilidade de custos. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 61-66, 1993. BRASIL. Decreto Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Seção 1, Sup. p. 4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017. _____. Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 mai. 2000, Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 25 abril. 2017. _____. Lei nº. 4320/64, de 17 de março de 1964.

Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1964, Seção 1, p. 2745. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017. _____. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria n. 157, de 9 de março de 2011. Dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2011. Seção 1, p.40. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=40&data=10/03/2011>>. Acesso em: 25 abr. 2017. _____. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 1.078/2014. Plenário. Relator: Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha. Sessão de 26/6/2014. Disponível em: <http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CRELAC%5C20051206%5CGERADO_TC-43154.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2017. COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE CUSTOS. Relatório Final.

Brasília, DF, Brasil, 2005. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/publicacoes_tecnicas/publicacoes/Relatorio_Final_da_Comissao_de_Custos.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2017. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC).

Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. (Re-

soluções nº. 1.128 a 1366.) Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2017. FERNANDES, Júlio C. C.; SLOMSKI, Valmor. A gestão de Custos no Contexto da Qualidade no serviço público: um estudo entre organizações Brasileiras.

In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8., 2011, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos112011/473.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2017. MACHADO, Nelson.

Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. 2002. 233 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fNelson_Machado_Tese_Doutorado.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017. PIGATTO, José A. M. et al. A importância da contabilidade de competência para a informação de custos governamentais.

Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 821-837, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a04.pdf>>.

Acesso em: 24 mai. 2017. RAMOS, André L. M. Gestão de custos aplicada ao setor público: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. 2013. 87 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Potiguar, Natal, 2013. Disponível em: <http://www.pos.unp.br/administracao/dissertacoes_2013/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20MESTRADO%20ANDR%C3%89%20MAGALH%C3%83ES.pdf>.

Acesso em: 25 abr. 2017. REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando; BEVILACQUA, Roberto. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 959-92, jul.-ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a09.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2017. SANTOS, Marcos Roberto dos; COSTA, Flaviano; VOESE, Simone Bernardes.

Causas da (não) utilização de sistemas de apuração de custos pelas instituições federais de ensino superior. In: CONGRESSO BRASILEIRO

DE CUSTOS, 23., 2016, Porto de Galinhas. Anais eletrônicos... Porto de Galinhas: ABC, 2016. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4130>>. Acesso em: 30 mai. 2017. SILVA, Lino Martins da.

Diretrizes para a elaboração de indicadores de custos no governo federal. Brasília, nov. 2011. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/Sistema_Informacao_custos/downloads/Diretrizes_Elab_Indic_Custos_LinoMartins_VF.pdf>. Acesso em 30 mai. 2017. SISTEMA de Informações de Custos do Governo Federal. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema_Informacao_custos/apresentacao.asp>. Acesso em: 29 mai. 2017. UTFPR - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Relatório de Gestão do Exercício de 2016.

Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao>>. Acesso em: 9 jul. 2017.



Tatiane Hlatchuk Stolf, Contadora, Mestree Adm. Pública-UTFPR e Servidora Técnica (UTFPR).



Kátia Regina Hopfer, Contadora, Dr^a em Administração –UFPR e docente do DAGEE/PGP/UTFPR.

TEORIA DA DIVULGAÇÃO: UM ESTUDO COM AS EMPRESAS BENEFICIADAS COM OS INCENTIVOS FISCAIS PROMOVIDOS PELA LEI DO BEM

Valéria Bezerra da Silva Dantas, Thaiseany de Freitas Rêgo



Resumo:

A denominada Lei do Bem, Lei de Inovação ou Lei n.º 11.196/2005, trata sobre políticas de incentivo fiscal direcionadas para as empresas de Lucro Real que atuam ou desenvolvem atividades que promovem a inovação.

Nesse contexto, o presente estudo avalia quais elementos de inovação são divulgados pelas empresas beneficiadas com incentivos fiscais promovidos pela Lei do Bem. Para tanto, procedeu-se com a pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, por meio da análise documental.

Para a coleta dos dados, aplicou-se a técnica da análise de conteúdo nas Notas Explicativas (NE) de empresas multissetoriais contidas no Relatório Anual de Utilização dos Incentivos Fiscais, Ano Base 2013 e 2014, e com ações negociadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3) totalizando uma amostra de 53 companhias. Com base na literatura e na Instrução Normativa n.º 1.187 da Receita Federal do Brasil (RFB), base para a aplicação da Lei, elaboraram-se nove categorias de análise, que possibilitou a composição do índice de divulgação relacionado aos elementos de inovação previstos na Lei do Bem. De maneira geral, constata-se que as empresas multissetoriais não evidenciam, com clareza, a aplicação dos recursos destinados à inovação. Ademais, as informações evidenciadas podem não corresponder às estratégias de inovações dessas organizações. Essa diferença entre a necessidade de informações pelo mercado de capitais e o *disclosure*, torna as empresas mais suscetíveis à assimetria de informações e conflitos de agência.

Palavras-chave: Incentivos fiscais. Inovação tecnológica. Teoria da Divulgação. ABSTRACT:

The well-known Lei do Bem, Lei de Inovação or Law no. 11.196/2005 deals with tax incentive politics directed to Lucro Real companies that act on or develop activities which promote innovation. In this context, the present study evalua-

tes which innovation elements are disclosed by the companies benefited from the tax incentives promoted by the Lei do Bem. For this purpose, a descriptive research with qualitative approach was proceeded through the documental analysis. For the data collection, the content analysis technique was applied in the explanatory notes, Notas Explicativas (NE), of multissetorial companies included in the Annual Report on the Use of Tax Incentives, base year 2013 and 2014, known as Relatório Anual de Utilização dos Incentivos Fiscais, Ano Base 2013 e 2014, and with actions negotiated in Brasil, Bolsa, Balcão (B3), totalizing a sample containing 53 companies. Based on the literature and Receita Federal do Brasil (RFB)'s Instrução Normativa n.º 1,187, which is the basis of the Law's application, nine category analysis were elaborated to allow the composition of the disclosure index for innovation elements established by Lei do Bem. Overall, it is seen that the multissetorial companies don't highlight clearly the application of the resources destined to innovation. Furthermore, the highlighted information cannot correspond to the innovation strategies of these organizations. The difference between the need for the information by the capital market and the disclosure makes these companies more susceptible to the asymmetry of the information and agency conflicts.

Key words: Tax incentive. Technologic Innovation. Disclosure theory.

Aluna da pós-graduação em Contabilidade e Planejamento Tributário da UFERSA (valeriabdantas@gmail.com). Orientadora e Professora da UFERSA (thaiseany@ufersa.edu.br).

1 Introdução

Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exerce, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, como expressa a Constituição Federal (1988). O peso da tributação estimula as

“ A denominada Lei do Bem, Lei de Inovação ou Lei n.º 11.196/2005, trata sobre políticas de incentivo fiscal direcionadas para as empresas de Lucro Real que atuam ou desenvolvem atividades que promovem a inovação. ”

empresas nacionais a buscarem meios que lhes permitam amenizar o impacto sobre suas contas, como o que se promove com a elisão fiscal. De acordo com Fabretti (2009), entende-se por planejamento tributário uma atividade preventiva que busca maior economia fiscal comparando as melhores formas de tributação e estudando as consequências econômicas e jurídicas das operações, sempre utilizando preceitos legais.

Quando se trata de políticas de incentivo fiscal, a Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, também conhecida como Lei do Bemou, Lei de Inovação Tecnológica, chama atenção por estimular o desenvolvimento de softwares ou prestação de serviços de tecnologia da informação para exportação. Dentre os principais incentivos à inovação tecnológica, destacam-se benefícios fiscais para a atividade inovadora, isenção tributária de insumos estratégicos, linhas de financiamento, formação de recursos humanos, dentre outros como destaca o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (CGEE/ANPEI, 2009). Segundo Freeman e Soete (2008), a inovação e o uso de novos conhecimentos pode gerar um novo produto ou

serviço diferenciado. De modo geral, a abertura de novos mercados e a capacidade de ampliar a participação nos já existentes dá ao processo de inovação uma posição estratégica em um ambiente competitivo (SENNES, 2011). Logo, com o incremento de ações de inovação tecnológica, além dos gestores

poderem se beneficiar com a Lei do Bem, também podem adotar medidas de diversificar os produtos e serviços oferecidos às partes interessadas, como os clientes e investidores. Essas políticas públicas representam um grande passo para a criação de um ambiente favorável ao investimento, inovação tecnológica e

valor agregado aos produtos ou serviços oferecidos.

Seguindo essa lógica, os relatórios produzidos pela Contabilidade são essenciais para habilitar as organizações aos requisitos básicos para o pleito e adesão dos benefícios que a Lei do Bem (2005) con-

Quadro 1. Categorias, tipos e finalidade dos incentivos fiscais

Categoria	Tipo	Finalidade
Controle orçamentário	Subvenções	Incentivar atividades que normalmente não seriam empreendidas e de transferir recursos públicos para entidades privadas que realizem um fim específico determinado pela concedente
	Subsídio	Estimular a produtividade de indústrias instaladas no país com efeito de corrigir distorções no mercado, reduzir desigualdades sociais e incentivar a exportação.
Operar sobre receitas	Isenção	Dispensar legalmente o pagamento de tributo. É uma modalidade de não incidência estando diretamente ligada ao princípio da capacidade contributiva.
	Remissão e anistia	Estimular a prática de certas atividades econômicas ou meio de pacificação social, sendo que a anistia se aproxima das características de incentivos fiscais, enquanto a remissão é um ato de liberdade do legislador.

Fonte: adaptado de Pires (2007).

Quadro 2. Incentivos Fiscais: Benefícios e Recuperação Fiscal

Benefícios	Detalhamento	Gasto	Recuperação
Exclusão Adicional 60% a 100%	Exclusão do Lucro Real e da base da CSLL dos dispêndios com atividades de Inovação	Despesas Operacionais	20,4/5 a 34%
Exclusão Adicional 50% a 250%	Exclusão do Lucro Real e da base da CSLL dos dispêndios com atividades de Inovação a serem executadas por Institutos de Ciências e Tecnologia	Serviço de Inovação Ciência e Tecnologia	10% a 51%
Redução do IPI	Redução de 50% do IPI incidente sobre máquinas e equipamentos utilizados para PD&I	Máq. E Equipamentos para PD&I	50%
Depreciação Integral	Depreciação integral o próprio período da aquisição de máquinas e equipamentos utilizados para PD&I	Máq. E Equipamentos para PD&I	Benefício Financeiro
Amortização Acelerada	Amortização acelerada o próprio período da aquisição de máquinas e equipamentos utilizados para PD&I	Benefícios Intangíveis para PD&I	Benefício Financeiro
Redução a Zero do IRRF	Redução a zero do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre remessas ao exterior para manutenção de marcas e patentes.	Remessas para manutenção de marcas e patentes	100%

Fonte: Adaptado de Soly (2014).

cede ao fomentar a inovação empresarial com a concessão de incentivos fiscais sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), como destaca Imoniana, Santos e Pereira (2012) e Almeida, Pereira e Kock (2017).

Nesse sentido, a adoção de práticas Contábeis que culminem com a elaboração de relatórios que convergem para a *compliance* e se fundamentam na teoria da Divulgação reduz problemas de assimetria informacional. Tsalavoutas (2009) argumenta que o cumprimento das divulgações obrigatórias em conformidade com as normas e, embora não seja objeto do presente estudo, também reduz os custos de agência decorrentes de assimetrias de informação e reforça a reputação da gestão. A *compliance* considera a aderência entre a ética individual e a coletiva, cujo cerne está no agir de acordo com uma regra, um pedido ou um comando.

De modo geral, a *compliance* representa o dever de cumprir, de estar em conformidade e fazer cumprir regulamentos internos e externos impostos às atividades da instituição (MORAIS, 2005). As práticas contábeis, portanto, devem aliar os elementos de *disclosure* ao conjunto de disciplinas voltadas à *compliance*, convergindo assim com adivulgação de relatórios mais transparentes e em conformidade com as políticas e diretrizes legais (LOPES; BEUREN; DAMETTO, 2016).

A aplicação desses conceitos às normas estabelecidas para a utilização dos benefícios concedidos pela Lei do Bem também pode minimizar disfunções relacionadas com a assimetria informacional, bem como desvios e fraudes (IMONIANA; SANTOS; PEREIRA, 2012). Lopes, Beuren e Damatto (2016) argumentam que, apesar de a Lei do Bem não ser suficiente para promover a inovação, a divulgação de informações sobre incentivos fiscais é essencial para as organizações, o que pode ser realizado em Notas explicativas (NE).

3. Destaca-se que o uso de mecanismos

Quadro 3. Tipos de Pesquisa Tecnológica e Inovação Tecnológica

ATIVIDADE	FINALIDADE
Inovação tecnológica	A concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resulta em maior competitividade no mercado.
Pesquisa básica ou fundamental	Consiste em trabalhos experimentais ou teóricos realizados principalmente com o objetivo de adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos dos fenômenos e fatos observáveis, sem considerar um aplicativo ou uso em particular.
Pesquisa aplicada:	Consiste na realização de trabalhos originais com finalidade de aquisição de novos conhecimentos, dirigida principalmente para um objetivo ou um determinado propósito prático.
Desenvolvimento experimental	Consiste na realização de trabalhos sistemáticos, baseados em conhecimentos pré-existentes, obtidos por meio de pesquisa e/ou experiência prática, tendo em vista a fabricação de novos materiais, produtos ou dispositivos, processos, sistemas e serviços ou melhorar consideravelmente os já existentes.
Tecnologia Industrial Básica	Consiste em atividades como a aferição e calibração de máquinas e equipamentos, o projeto e a confecção inclusive os ensaios correspondentes, a normalização ou a documentação técnica gerada e o patenteamento do produto ou processo desenvolvido.
Serviços de apoio técnico:	Consiste em atividades que sejam indispensáveis à implantação e à manutenção das instalações ou aos equipamentos destinados exclusivamente à execução de projetos de pesquisa desenvolvimento ou inovação tecnológica, bem como a capacitação dos recursos humanos a eles dedicados.
Pesquisador contratado	O pesquisador graduado, pós-graduado, tecnólogo ou técnico de nível médio, com relação formal de emprego com a pessoa jurídica, que atue exclusivamente em atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

Fonte: Adaptado de OCDE (2013) e IN RFB n.º 1.187/2011

adequados de divulgação sobre inovação tecnológica também estimula a aderência à Lei do Bem e a inclusão da organização no Relatório Anual da Utilização dos Incentivos Fiscais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), bem como assegura às partes interessadas a confiabilidade e seguridade sobre os recursos investidos. Assim, considerando o uso da Teoria da Divulgação e os benefícios fiscais promovidos pela Lei do Bem, o presente estudo levanta a seguinte questão de pesquisa: "Quais elementos de inovação são divulgados pelas empresas beneficiadas com incentivos fiscais promovidos pela Lei do Bem?". Ante o exposto, o estudo tem como objetivo geral investigar quais elementos de inovação são divulgados pelas empresas beneficiadas com incentivos fiscais promovidos pela Lei do Bem. Para tanto, tem-se como objetivos específicos:

- 1) identificar as empresas beneficiadas pela Lei do Bem que possuem ações negociadas na Bolsa, Balcão (B3) e divulgam suas Notas explicativas (NE);
- 2) examinar as NEs – quanto à divulgação de elementos de inovação;

3) compor o índice de divulgação relacionado aos elementos de inovação previstos na Lei do Bem. Como destacam Almeida, Pereira e Kock (2017), a adoção de políticas de incentivo fiscal, como as promovidas pela Lei do Bem, são essenciais para o avanço da pesquisa no Brasil por estimular a inovação tecnológica. Sendo assim, estudos que tratem sobre *compliance* e a Teoria da Divulgação revelam como as empresas tornam suas informações simétricas e aptas para a tomada de decisão das partes interessadas. Ademais, como apontam Lopes, Beuren e Dametto (2016), também permite difundir os tipos de benefícios fiscais concedidos pela Lei n.º 11.196/2005 e revela o quanto as empresas com ações negociadas em bolsa divulgam informações que garantem a sua vitalidade e competitividade (LIMA, 2009).

2 Incentivos fiscais à inovação tecnológica

O incentivo fiscal é um conceito da ciência das finanças e se situa no campo da extrafiscalidade, uma vez que implica a

Quadro 4. Categorias de divulgação Contábil

Categoria	Finalidade
Baseada em associação	Investigar a relação ou associação entre a divulgação (como sendo um processo exógeno) e as mudanças no comportamento dos investidores, os quais competem no mercado de capitais na forma de gentes individuais que maximizam a sua riqueza.
Baseada em eficiência	Identificar quais os motivos da divulgação, ou seja, procuram examinar como os gestores e/ou as empresas decidem divulgar determinadas informações.
Baseada em julgamento	Discutir quais os tipos de divulgação mais eficientes, ou seja, aqueles incondicionalmente preferidos

Fonte: adaptado de Verrecchia (2001) e Yamamoto e Salotti (2006).

redução da receita pública de natureza compulsória ou a supressão de sua exigibilidade. Sendo assim, representa um instrumento do dirigismo econômico e visa desenvolver, economicamente, determinada região ou segmento econômico (HARADA, 2011).

Os incentivos fiscais se caracterizam, portanto, como instrumentos governamentais para que, em parceria com a iniciativa privada, sejam realizadas ações de grande interesse público e que contribuam como desenvolvimento intelectual, cultural e econômico. Destaca-se que existem diversas formas para a concessão de benefícios fiscais, mas que não há uma fórmula ou estrutura específica que caracterize todos os incentivos fiscais existentes, sendo que o que define tais instrumentos sob esse conceito é a função que exercem na sociedade e na ordem econômica (FABRETTI, 2009).

Segundo Pires (2007), tudo isso pode ser sistematizado em duas categorias: uma que possibilita um maior controle

orçamentário, subvenções e subsídios e outra que opera sobre as receitas, isenção, remissão e anistia, como ilustrado no Quadro 1. Quando se trata da /inovação tecnológica e os incentivos fiscais, Salerno e Kubota (2008) entendem que a participação do Estado no apoio à inovação não é apenas desejável, mas condição indispensável para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento.

Isso porque o Brasil conta com um importante conjunto de instrumentos de apoio à inovação, tais como: Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), 2011 a 2014; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); e o Plano Brasil Maior. Este último instrumento se destaca por estabelecer uma política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior, embasada no estímulo à inovação e à produção nacional que alavancam a competitividade da indústria (MCTI, 2011).

Segundo Guimarães (2008), a Lei n.º

11.196/2005 representa a retomada do mecanismo como instrumento da política tecnológica no Brasil. Porém, a obtenção de incentivos fiscais está condicionada à execução de Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e Agropecuário (PDTI e PDTA). Para usufruir dos incentivos determinados pela Lei do Bem, a atividade fim da empresa não precisa estar ligada à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), mas ser classificada como determina a Instrução Normativa (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB) n.º 1.187, de 29 de agosto de 2011: a) Pesquisa básica dirigida; b) Pesquisa aplicada; c) Desenvolvimento experimental; d) Tecnologia industrial básica; e) Serviços de apoio técnico.

Calzolaio e Dathein (2012) apontam que o incentivo fiscal pode ser concedido a todas as empresas, pois a princípio não restringe o acesso a nenhuma firma ou setor interessado em aderir-lo. Trata-se, portanto, de uma política horizontal de incentivo fiscal, cujos benefícios estão apresentados no Quadro 2.

Tabela 1. Empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais da Lei do Bem

Número de empresas que (...)	Ano base 2013	Ano base 2014
Solicitaram o benefício da Lei do Bem	1.158	1.206
Beneficiadas pela Lei do Bem	977	991
(-) Não possuem ações na B3	906	921
(=) COM ações na B3	71	70
(-) Não divulgam as NE	6	6
(=) Compõe a amostra	65	64
(-) Perderam ou ganharam o benefício em um único ano	12	11
(=) Permanecem com o benefício nos dois anos	53	53

Fonte: dados da pesquisa.

Outro ponto que favorece a disseminação da política fiscal é sua neutralidade em relação ao mecanismo de mercado, uma vez que a própria firma escolhe a atividade de inovação que será desenvolvida, e não o Governo. Assim, interfere menos no processo produtivo, não distorcendo os resultados de mercado e culminando em mais autonomia do setor privado frente as decisões econômicas.

Via de regra, salienta-se que a Lei do Bem se aplica apenas às empresas que participam do Regime tributário do Lucro Real, no que tange à apuração do IRPJ e CSLL, como destaca a IN RFB n.º 1.187/2011, bem como realizar atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação tecnológica. O benefício de dedução de até 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) se estende às empresas tributadas pelo Lucro Presumido e as subvenções econômicas não são consideradas como incentivos (MCTI, 2011). Além disso, a utilização dos incentivos

fiscais fica condicionada à comprovação da regularidade fiscal da pessoa jurídica (SALERNO; KUBOTA, 2008). A empresa deve comprovar certa regularidade quanto a quitação de tributos federais e demais créditos inscritos em Dívida Ativa da União, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) ou de Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (PIRES, 2007).

3 Inovação tecnológica

Na teoria econômica, o trabalho de Schumpeter (1961) influenciou bastante as teorias da inovação (OCDE, 2004). De acordo com o referido autor, a inovação deve ser enfatizada como experimentos de mercado com vistas a buscar mudanças amplas e extensivas que reestruturam fundamentalmente as indústrias e mercados. Freeman e Soete (2008) apontam que a inovação e o uso de novos conhecimentos podem gerar um novo produto ou serviço. Nessa perspectiva, a

inovação se caracteriza pela inclusão de uma ideia ou comportamento baseado em sistemas, políticas, programas, equipamentos, processos, produtos ou serviços (DAMANPOUR, 1992). A inovação se relaciona diretamente com a introdução de algumas mudanças dentro da organização, podendo ela ser de caráter inclusivo, modificativo ou de aperfeiçoamento de uma atividade, processo ou produto já existente (SALERNO; KUBOTA, 2008).

O conceito de atividades de inovação tecnológica aplicado com a Lei do Bem também é abordado no Manual de Frascati (2013), publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e descreve que representam um “[...]conjunto de diligências científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais, incluindo o investimento em novos conhecimentos que realizam ou destinam-se a levar à realização de produtos e processos tecnologicamente novos e melhores” (OCDE, 2013, p. 23).

Quadro 5. Itens de Inovação.

CATEGORIA	FINALIDADE
Inovação de produto	A concepção de novo produto bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado.
Inovação de processo	A inserção de novo processo de fabricação, bem como a agregação de novos métodos ao processo existente que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade.
Desenvolvimento de pesquisa básica dirigida	Consiste em trabalhos experimentais ou teóricos realizados principalmente com o objetivo de adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos dos fenômenos e fatos observáveis, sem considerar um aplicativo ou uso em particular.
Desenvolvimento de Pesquisa aplicada:	Consiste na realização de trabalhos originais com finalidade de aquisição de novos conhecimentos, dirigida principalmente para um objetivo ou um determinado propósito prático
Desenvolvimento experimental	Consiste na realização de trabalhos sistemáticos, baseados em conhecimentos pré-existent, obtidos por meio de pesquisas e/ou experiência prática, tendo em vista a fabricação de novos materiais, produtos ou dispositivos, processos, sistemas e serviços ou melhorar consideravelmente os já existentes.
Desenvolvimento c/ Tecnologia Industrial Básica	Consiste em atividades como a aferição e calibração de máquinas e equipamentos, o projeto e a confecção de instrumentos de medida específicos a certificação de conformidade, inclusive os ensaios correspondentes, a normalização e a documentação técnica gerada e o patenteamento do produto ou processo desenvolvido.
Serviços de apoio técnico:	Consiste em atividades que sejam indispensáveis à implantação e à manutenção das instalações ou dos equipamentos destinados exclusivamente à execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento ou inovação tecnológica, bem como a captação dos recursos humanos a eles dedicados.
Pesquisador contratado	O pesquisador graduado, pós-graduado, tecnólogo ou técnico de nível médio com relação formal de emprego com a pessoa jurídica, que atue exclusivamente em atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.
Atividades de P&D sem especificação	Engloba atividades de inovação atadas de maneira generalizada, ou seja quando a companhia aponta a realização de atividade inovadora, sem especifica-la explicitamente, e mede que não permita a categorização nas demais classificações utilizadas pela pesquisa.

Fonte: Adaptado de OCDE (2013) e IN RFB n.º 1.187/2011.

Nesse contexto, o referido instrumento trata a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como uma dessas atividades e pode ser realizada em diferentes estágios do processo de inovação, sendo usada não apenas como uma fonte de ideias inventivas, mas também para resolver problemas que possam surgir em qualquer etapa do processo até a sua conclusão.

A P&D é uma atividade exercida em todos os setores de economia. No entanto, ela possui características que a diferenciam tanto da família de atividades científicas quanto de atividades econômicas que compõe (OCDE, 2013). O Sistema de Contas Nacionais (SCN, ONU, 1978) destaca a P&D em termos de finalidade, ou seja, a inovação. Em contrapartida, o Manual de Frascati (OCDE, 2013) destaca a necessidade de produção de novos conhecimentos.

A definição dada pelo SCN é mais próxima daquela dada pelo Manual de Oslo (OCDE, 2005), ao considerar que as atividades inovadoras incluem a formação e instrumentação. No entanto, essas ati-

vidades não se enquadram como P&D e o SCN pode levar o usuário a excluir a pesquisa básica realizada por empresas.

Considerando essa amplitude de definições, o governo, ao criar a Lei do Bem, utilizou-se dos conceitos difundidos no Manual de Frascati (OCDE, 2013) para categorizar as atividades que fazem parte do item P&D. A IN RFB n.º 1.187/2011 disciplina os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei n.º 11.196/2005, como ilustrado no Quadro 3. Considerando que ambos se alinham à forma de concepção e promoção do aparato tecnológico como um todo.

Quando se busca entender o processo de inovação de acordo com a Lei do Bem (Lei n.º 11.196/2005), toma-se como referência de pesquisa no mínimo os seguintes materiais: a) Manual de Oslo (OCDE, 2005); b) Pesquisa de Inovação (PIN-TEC) (IBGE, 2000; 2003; 2005; 2008; 2011); c) Manual de Frascati (OCDE, 2013); e a IN RFB n.º 1.187/2011. Todo esse arcabouço deriva das Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (2003), anunciadas pelo Governo Federal em novembro de 2003. Em logo prazo, o objetivo é transformar a base produtiva brasileira e elevá-la a um patamar de maior valor agregado, via inovação e diferenciação de produtos (SALERNO; KUBOTA, 2008). Desse modo, a sinergia dos dispositivos citados favorece uma melhor compreensão sobre o funcionamento, aplicação e regulamentação da Lei do Bem.

3.1 Teoria da Divulgação

Iudícibus (2004) destaca a evidenciação como um compromisso inalienável da Contabilidade para com os seus *stakeholders* e objetivos organizacionais. De acordo com Cruz e Lima (2010), embora a avaliação feita pelos *stakeholders* dependa de seus antecedentes (experiência ou conhecimento da empresa), a comparação entre organizações pode fornecer bases para medir a sua reputação e a divulgação de informações pode colaborar

para esse processo de avaliação. Hendriksen e Van Breda (1999) comentam que a divulgação de informações relevantes para os potenciais *stakeholders* precisa ser adequada, justa e completa. Isso ocorre porque quando uma informação sem importância ou nitidamente relevante é omitida, pode prejudicar a tomada de decisão.

A teoria da Divulgação trata especificamente das evidenciações de informações pelas entidades, tendo os seus fundamentos pautados nos estudos de Verrecchia (1983) e Dye (1985) sobre disclosure. Verrecchia (2001) inicia a sua pesquisa com argumentos sobre a inexistência de uma teoria unificada de divulgação, afirmando que na literatura da pesquisa sobre divulgação não há nenhum paradigma central, nem uma única noção convincente que dê origem a todas as pesquisas subsequentes. O autor destaca que o objetivo do seu trabalho é mais modesto, pois se trata de um passo pequeno e preliminar em busca de uma teoria abrangente.

Em seu estudo, Verrecchia (2001) realizou um compêndio das pesquisas contábeis publicadas até então e que explicavam fenômenos relacionados à divulgação de informações Contábeis. O autor destaca como propósito de seu trabalho a categorização dos vários modelos existentes, propondo uma taxonomia que abarca três categorias amplas de pesquisa sobre divulgação em Contabilidade: a divulgação baseada em associação (*association based disclosure*), a divulgação baseada em eficiência (*efficiency based disclosure*) e a divulgação baseada em julgamento (*discretionary based disclosure*), como ilustrado no Quadro 4.

Os autores demonstram que, em relação à primeira característica da divulgação, a categoria “eficiência” se diferencia das demais, pois é tratada como *ex ante*, analisando-se qual tipo de divulgação é preferível antes da sua ocorrência. Desse modo, procura-se atingir eficiência máxima divulgando informações preferíveis. Ao assumir que a divulgação já ocorreu, ou seja, *ex post*, o processo de divul-

“ Os autores demonstram que, em relação à primeira característica da divulgação, a categoria “eficiência” se diferencia das demais, pois é tratada como *ex ante*, analisando-se qual tipo de divulgação é preferível antes da sua ocorrência. ”

gação passa a ser a característica que diferencia as categorias “associação” e “julgamento”.

Na primeira, não se discutem os motivos da empresa, isto é, o processo de divulgação é exógeno. Porém, na segunda, esses motivos passam a ser considerados (processo endógeno), e, dessa forma, questiona-se por que a firma divulgará ou não determinada informação (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

Cruz e Lima (2010) apontam o *disclosure* como sinônimo de evidenciação ou divulgação de informações. Por outro lado, Bushman, Piotroski e Smith (2004) o tratam como informações financeiras no contexto da transparência corporativa, definindo-a como a ampla disponibilidade de conhecimentos específicos da companhia para aqueles que estão de fora da organização. Esta disponibilidade de informações ocorre, dentre outras formas, por meio da evidenciação de relatórios

corporativos que podem englobar informações obrigatórias previstas em lei ou normas específicas, bem como voluntárias, quantitativas ou qualitativas, sejam elas positivas ou não.

A informação compulsória provém da obrigatoriedade de *disclosure* determinado por dispositivos legais ou regulamentares. Existem, porém, mecanismos que induzem ao *disclosure* verificados quando as relações e dinâmicas entre empresas e investidores são capazes de forçar as companhias a divulgar as informações, não consistindo necessariamente em uma norma legal (RONEN; YAARI, 2002). Dentre os instrumentos de evidência obrigatórias, as NEs contêm informação adicional em relação à apresentação das demonstrações contábeis e oferece uma descrição narrativa ou segregada dos itens divulgados nessas demonstrações, bem como informações acerca de dados que não se enquadram nos critérios de reconhecimento contábil (IUDÍCIBUS et al., 2010).

A diferença entre a necessidade de informações pelo mercado de capitais e o *disclosure* podem ocasionar o surgimento de práticas de assimetria de informações e de conflitos de agência entre gestores e investidores. Com a criação de requisitos mínimos de divulgação, os reguladores reduzem a lacuna de informação entre os usuários informados e os usuários não informados. Nesse sentido, o objetivo da regulação da divulgação é redistribuir melhor o valor que a informação possui entre os agentes econômicos (HEALY; PALEPU, 2001). Por essa razão, o *disclosure* voluntário e o compulsório desempenham um papel fundamental na redução da discrepância do conhecimento entre quem gera a informação contábil e quem a recebe ou tem acesso a ela.

De acordo com Yamamoto e Salotti (2006), o custo de transação, embutido no processo de divulgação e que inibe o investimento, pode gerar problemas de seleção adversa, sendo inerente à troca de ativos entre investidores que detém graus diversos de conhecimento da informação. Esse custo de transação é cha-

“A diferença entre a necessidade de informações pelo mercado de capitais e o *disclosure* podem ocasionar o surgimento de práticas de assimetria de informações e de conflitos de agência entre gestores e investidores.”

mado de “componente do custo de capital relativo à assimetria informacional” (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006, p. 64), que também representa o desconto efetuado pela empresa para tornar conveniente o problema de seleção adversa. Verrechia (2001) descreve que em consequência à interpretação das informações retidas pelo vendedor, o comprador desconta o valor do ativo até o ponto em que passa a ser de interesse do vendedor revelar as informações retidas, mesmo que desfavoráveis.

Em busca da sua eficiência, a empresa procura reduzir a assimetria informacional como uma forma de reduzir o componente do custo gerado pela seleção adversa. Yamamoto e Salotti (2006) afirmam que uma maneira de atingir a redução da assimetria é o comprometimento da empresa com o nível mais alto de divulgação ao público no momento em que as suas ações são oferecidas. Especificamente, a empresa poderia comprometer-se a preparar as suas demonstrações contábeis usando padrões e procedimentos transparentes. A minimi-

zação deste problema exige maior divulgação e a Auditoria externa garante que as divulgações contábeis tenham maior qualidade (HEALY; PALEPU, 2001).

Para Yamamoto (2006), a assimetria informacional refere-se à diferença entre a informação detida pela gerência e aquela divulgada para o mercado, o que causa um aumento no custo de capital. Gutten-tag (2004) considera que a evidência reduz a assimetria, apesar dos gestores terem acesso a informações privilegiadas sobre a organização que impactam no custo de agência. De acordo com Verrechia (2001), quando há a ausência de custos no processo de divulgação, pressupõe-se que há *full disclosure*, ou seja, a empresa divulga informações favoráveis à imagem da firma.

3.2 Procedimentos metodológicos

O presente estudo se classifica como exploratório e descritivo, uma vez que reconhece como estão sendo divulgadas as informações sobre a aplicação dos recursos em PD&I, por empresas listadas na B3, por meio da+s NE. Segundo Gil (2009, p. 41), o estudo exploratório “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, o que foi considerado ao proceder com a leitura e análise de conteúdo das NE. Já a pesquisa descritiva é apontada por Rampazzo (2005, p. 53) como um estudo que “observa, registra, analisa, correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los, ou seja, sem interferência do pesquisador”.

Considerando esses aspectos, a presente pesquisa investiga quais elementos de inovação são divulgados pelas empresas beneficiadas com incentivos fiscais promovidos pela Lei do Bem, mediante a composição do índice de Evidência de inovação (Evid) fundamentado nos itens de inovação recomendados pela Lei do Bem, por meio do Manual de Frascati (OCDE, 2013) e a IN RFB n.º 1.187/2011, conforme ilustrado no Apêndice A. A coleta de dados considera a utilização de uma escala que mede a presença ou ausência de informação: “1 – presença

de informação” ou “0 – ausência de informação” (MISSIO; JACOBI, 2007). Para tanto, coube proceder com a análise de conteúdo das NE que denotam materiais já escritos e publicados (COLAUTO; BEUREN, 2013).

Para definir as empresas investigadas, fez-se necessário analisar o Relatório Anual de Utilização de Incentivos Fiscais – Ano Base 2014, que é o último relatório disponibilizado pelo MCTIC (2015) até o momento da pesquisa. Em seguida, avaliou-se quais dessas empresas mantinham ações negociadas em bolsa e divulgavam as NE na B3 nos anos de 2013 e 2014, o que resultou em 71 empresas no ano de 2013 e 70 em 2014, como ilustrado na Tabela 1. Contudo, a definição da amostra final também considerou a concomitância de dados nos anos indicados, o que resultou em um total de 59 empresas. Durante a coleta foi verificado que 3 empresas não possuíam relatórios divulgados no período analisado e 3 empresas atuam como *holding* ou controladoras de outras empresas, restando, portanto, um total de 53 empresas aptas para análise.

Após definir os parâmetros, foi possível identificar os itens de inovação publicados e compor o índice de evidenciação de inovação determinado com o auxílio da planilha eletrônica do software Microsoft Excel (Office® 2010). Ademais, também coube observar a proporção entre o número de itens julgados como efetivamente evidenciados nos relatórios e os 8 (oito) elementos indicados no instrumento de coleta adotado pela pesquisa e construído com base na OCDE (2013): Inovação de produto, Inovação de processo, Desenvolvimento de pesquisa básica dirigida, Desenvolvimento de pesquisa aplicada, Desenvolvimento experimental, Desenvolvimento de tecnologia industrial básica, Desenvolvimento de serviços de apoio técnico e Contratação e treinamento de pesquisador, como ilustrado no Quadro 5.

Adicionalmente, foi incluída a subcategoria de “Atividades de P&D sem especificação” para destacar as empresas que evidenciaram itens de inovação, mas sem uma especificação clara, o que resultou

em 9 (nove) itens. Com os dados coletados, a análise observou o uso da estatística descritiva e interpretação dos dados.

3.3 Descrição e análise dos resultados

Ao definir a amostra foi possível identificar as empresas beneficiadas pela Lei do Bem que possuem ações negociadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e que divulgam suas Notas explicativas (NEs), o que resultou em 53 empresas objeto de análise. Dentre as entidades, observou-se a presença de setores diversos, como: Petróleo, Gás e Biocombustíveis (1), Materiais Básicos (3), Bens Industriais (10), Consumo Não Cíclico (2), Consumo Cíclico (12), Saúde, Tecnologia da Informação (2), Telecomunicações (2), Utilidade Pública (14) e Financeiro e Outros (5). Diante disso, e considerando os parâmetros estabelecidos para a definição da amostra, nesta etapa não houve nenhuma alteração quanto ao número de empresas analisadas.

Analisando as NEs quanto a divulgação de elementos de inovação, constatou-se dentre os itens analisados que, no ano de 2013, projetos relacionados à inovação de processos (23) e o desenvolvimento de tecnologia da indústria básica (23) foram abordados por 43,4% das empresas, como ilustrado na Tabela 2.

“ Durante a coleta foi verificado que 3 empresas não possuíam relatórios divulgados no período analisado e 3 empresas atuam como *holding* ou controladoras de outras empresas, restando, portanto, um total de 53 empresas aptas para análise. ”

A dimensão de “Inovação de Processo” considera atividades que envolvem a introdução de melhorias ou novidades na produção, tratamento e distribuição dos produtos e serviços. De acordo com Soly





(2014), essa categoria não gera necessariamente impacto sobre o produto, mas produz benefícios no processo de produção, resultando no aumento significativo de produtividade ou qualidade do produto, bem como na redução de custos. Já a dimensão de "Desenvolvimento de Tecnologia Industrial Básica" identifica-se por conglomerar atividades correlatas e de apoio à atividade objeto da PD&I como inspeção, certificação, patenteamento, aquisição de edifícios ou máquinas, ferramentas e equipamentos necessários à implementação de inovações.

No que diz respeito aos elementos de inovação predominantemente abordados no ano de 2014, destaca-se atividades de P&D sem especificação (30), identificado em 56,6% das empresas. Como visto, essa dimensão engloba a evidência de atividades de P&D sem uma especificação clara que permita a sua identificação nas demais categorias. Essa abordagem mostra que, para fins de evidência nas demonstrações contábeis, as empresas em sua maioria utilizaram termos genéricos, não se preocupando com adequação aos itens descritos pela

Lei do Bem. Deve-se considerar que a evidência dos itens de inovação nos relatórios contábeis em conformidade com a categorização estabelecida pela Lei do Bem não é obrigatória, uma vez que essas informações devem ser apresentadas aos órgãos fiscalizadores através do Formulário para Informações sobre as atividades de pesquisa, tecnologia e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas (FormP&D), ficando a critério das companhias especificá-las nas demonstrações contábeis ou não.

Observando os dois períodos analisados, nota-se um aumento de 37,5% no ano de 2014 em relação ao ano de 2013, onde a dimensão de "inovação de produto" se destacou, podendo ser percebida no aumento de evidência de produtos/serviços tecnologicamente novos ou produto/serviços tecnologicamente aprimorados.

Em contrapartida, pôde-se perceber também uma redução de 12% de 2013 para 2014 no que diz respeito à evidência das inovações como um todo. Podendo-se relacionar com a diminuição das informações nas demais categorias e o aumento significativo do número itens de inovação destacados na categoria de "Atividades de P&D sem especificação" no ano de 2014, aumento este calculado

Tabela 3. Ranking das 10 empresas que mais evidenciam, por ano

Itens de inovação	2013	2014	Evolução ou involução*
Inovação de Produto/Serviço	16	22	37,50%
Inovação de Processo	23	16	-30,43%
Desenv Pesquisa Básica Dirigida	8	7	-12,50%
Desenv Pesquisa Aplicada	17	6	-64,61 %
Desenv Experimental	18	10	-44,44%
Desenv Tecnologia Indust. Básica	23	20	-13,04%
Desenv Serviços de Apoio Técnico	21	19	-9,52%
Contrat/Treinamento de Pesquisador	4	3	-25,00%
Atividade de P&D em especificação	21	30	42,86%

*Nota Evolução ou involução de 2013 a 2014, em percentual.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Fonte: dados da pesquisa (2018).

em 42,9%. A redução pode ser explicada a partir da compreensão de que a aplicação da inovação passa por um progresso, pois para a empresa obter um processo ou um produto novo há necessidade de desenvolvimento de pesquisa e pessoas treinadas.

Quando a empresa não especifica onde estão sendo aplicadas essas atividades de inovação, a ausência dessas informações dificulta a percepção do grau de inovação em desenvolvimento.

Com a identificação dos itens de inovação evidenciados pelas entidades, procedeu-se com a composição do índice de "Evid" relacionado aos elementos de inovação, previstos na Lei do Bem.

A partir da composição do índice, verifica-se que as empresas Cia. de Gás de São Paulo, Lojas Renner S.A., Nortec Química S.A. e Via Varejo, não publicam nenhum dado sobre inovação, como apresentado no Apêndice B. Isto mostra que essas entidades não se adequam à Lei do Bem, o que pode ocorrer em razão de as companhias atenderem somente aos requisitos básicos previstos pelas normas contábeis, não se preocupando em externar para os usuários dos relatórios contábeis as atividades relacionadas à inovação, principalmente no que diz respeito a pesquisa e desenvolvimento de produtos.

Outro fator que pode ser levado em consideração é o fato de a presente pesquisa ter utilizado apenas as NE como base para o estudo, podendo as empresas dispor de informações mais detalhadas em outros instrumentos como o Relatório de Administração.

Avaliando a composição dos índices das demais, verifica-se que as empresas Mahle-Metal Leve S.A. (0,89), Cia. Energética de Pernambuco (0,78), Embraer S.A. (0,78), Natura Cosméticos S.A. (0,78), se destacam pelo alto nível de evidênciação no ano de 2013, como indicado no *ranking* da Tabela 3.

Dentre os itens de inovação persistentes nessas empresas, a companhia Mahle-Metal Leve S.A se destaca em função do

“A Celpe destaca a iniciação do Projeto de Pesquisa de Desenvolvimento (P&D) para geração de energia elétrica a partir do sistema de esgoto da Companhia Pernambucana de Saneamento.”

centro de pesquisas e desenvolvimento, onde, segundo a organização, criam-se processos e produtos para manterem-se na vanguarda e minimizar riscos operacionais. A Celpe destaca a iniciação do Projeto de Pesquisa de Desenvolvimento (P&D) para geração de energia elétrica a partir do sistema de esgoto da Companhia Pernambucana de Saneamento.

A iniciativa tem a finalidade de criar uma tecnologia capaz de transformar resíduos sólidos e efluentes líquidos em biogás.

A Natura S.A se destaca com um bom índice de evidênciação devido às práticas de aperfeiçoamento de determinadas linhas de produtos, capacitação da área de pesquisa e desenvolvimento, otimização das linhas de separação de produtos e implementação de novos centros de distribuição. Além disso, a companhia menciona que possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

Já no ano de 2014, as empresas CPFL Geração de Energia S.A (0,56), Fibria Celulose S.A, Oi S.A. (0,56) e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (0,56) são as entidades com maior índice de "Evid". Isso ocorre, não só em função da representatividade em relação às demais empresas, mas em razão do aumento no número de itens publicados, em comparação com o ano de 2013.

Dentre os itens de inovação persistentes nessas empresas, tem-se na CPFL Geração de Energia S.A a execução de projetos de aumento da capacidade produtiva, inclusive na geração de energia a partir da biomassa. A Fibria Celulose S.A destaca o registro de uma nova patente que corresponde ao desenvolvimento efetuado pela área de pesquisa e processamento de polpa celulósica para um cliente específico.

A Oi S.A chama atenção com a adoção de atividades voltadas à "Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações".

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. descreve o discurso de inovação com a adoção de um convênio de cooperação técnico-científica para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. Tal convênio tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia de caracterização e de modelo preditivo para avaliar o comportamento e envelhecimento de materiais poliméricos utilizados no setor elétrico.

Dentre as 13 companhias que mantiveram o mesmo índice "Evid" nos dois períodos, 10 delas apresentaram índices contínuos abaixo de 0,22.

O fato de evidenciar poucas informações sobre inovação, não significa que as empresas deixaram de executar atividades inovadoras, mas possivelmente deixaram de elencar suas inovações em NE, por não compreenderem que a divulgação desses itens influencia positivamente na imagem das empresas junto aos *stakeholders*, como é o caso das empre-

“Diante do problema proposto, a pesquisa demonstra que, dentro do recorte temporal abordado, os elementos de inovação mais divulgados pelas empresas são respectivamente o de “Atividade de P&D sem especificação”, “Inovação de Processo” e o “Desenvolvimento de Tecnologia Industrial Básica”.”

sas do Segmento de “Utilidade Pública (14)”, mais especificamente do setor de Energia Elétrica, com 13 empresas, das 53 companhias que compõem a amostra.

Além dos requisitos exigidos pela Lei do Bem para a aferição dos benefícios, as empresas desse setor também são obrigadas pela Aneel a destinar 1% de sua receita operacional líquida para programas de reinvestimentos em Eficientização Energética e programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), apesar disso, a maior parte das empresas desse setor apresentaram baixos índices de evidência sobre inovação, excetuando-se a Cia Energetica de Pernambuco e CPFL Geração de Energia S.A.

Há outros casos como a Whirlpool S.A. (0,67) e Indústrias Romi S.A (0,56) que seguiram a mesma linha de divulgação nos dois períodos, permanecendo com um índice estável.

Percebe-se que das 53 empresas que compõem a amostra, 21 apresentaram

uma queda no índice “Evid”, em comparação ao ano anterior. O caso mais notório é o da Cia Brasileira de Distribuição, que apresentava um índice de 0,56 em 2013 que foi reduzido para 0,11 das inovações apontadas em 2014. Outras empresas, que também apresentaram significativa diminuição no valor do Índice foram a Alpargatas S.A e as Lojas Americanas S.A, com uma redução de 0,34 no valor do índice em relação ao período anterior.

Outro caso a ser considerado, é o da empresa Braskhem que possuía um índice “Evid” calculado em 0,33 no ano de 2013 e em 2014 não apontou nenhuma atividade de inovação em suas NE.

Imoniana, Santos e Pereira (2012) apontam que o nível de evidência de informações pelas empresas está sob forte influência das normas tributárias, e parte destas atende aos elementos de divulgação requeridos pelas atuais normas contábeis (CPC 07 – Subvenções e assistência governamental), o que pode explicar os baixos níveis de divulgação voluntária relacionadas a destinação de recursos para Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação.

Diante do problema proposto, a pesquisa demonstra que, dentro do recorte temporal abordado, os elementos de inovação mais divulgados pelas empresas são respectivamente o de “Atividade de P&D sem especificação”, “Inovação de Processo” e o “Desenvolvimento de Tecnologia Industrial Básica”.

Esses dados denotam a grande incidência de relatos nos quais as empresas explicitam o termo ‘inovação’ sem, entretanto, detalhar o evento, dificultando com isso a classificação adequada, uma vez que a declaração se repete nas NEs do ano subsequente. Assim, nesta pesquisa não foi possível ser classificada nas categorias específicas, o que sugere a necessidade de um maior comprometimento da empresa com a preparação de suas demonstrações contábeis, usando padrões e procedimentos transparentes.

Contudo, a minimização deste problema exige uma divulgação mais qualitativa

(HEALY; PALEPU, 2001), na qual as práticas contábeis devem aliar os elementos de *disclosure* ao conjunto de disciplinas voltadas a *compliance*, convergindo assim com a divulgação de relatórios mais transparentes e em conformidade com as políticas e diretrizes legais, ao mesmo tempo em que minimiza disfunções relacionadas a assimetria informacional, desvios e fraudes.

4. Considerações finais e Recomendações

A adoção de políticas de incentivo fiscal, como as promovidas pela Lei do Bem, é essencial para o avanço da pesquisa no Brasil por estimular a inovação tecnológica. Sendo assim, estudos que tratem sobre *compliance* e a Teoria da Divulgação revelam como as empresas tornam suas informações simétricas e aptas para a tomada de decisão das partes interessadas.

Logo, considerando o propósito de avaliar quais elementos de inovação são divulgados pelas empresas beneficiadas com incentivos fiscais promovidos pela Lei do Bem, procedeu-se com a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. A pesquisa procedeu com exame das NEs disponibilizadas pelas companhias quanto a divulgação de elementos de inovação previstos na Lei, o que subsidiou a construção do indicador de evidênciação.

A partir da coleta dos relatórios disponibilizados pelas empresas no sítio eletrônico da B3, procedeu-se com o exame das NEs quanto a divulgação de elementos de inovação. Tal análise observou as orientações previstas na IN n.º 1.187/2011 da RFB e da literatura base para a Lei do Bem. Logo, ao proceder com a avaliação, nota-se que a maioria das empresas pesquisadas não evidenciaram com clareza a aplicação dos recursos destinados à inovação, uma vez que a categoria que mais obteve destaque foi a de “Atividade de P&D sem especificação”.

Cabe ressaltar que as informações identificadas nas NEs são voluntárias e que, ao prestarem contas ao MCTIC, fica a critério da empresa divulgar ou não as

atividades de PD&I realizadas no período em seus relatórios contábeis que são publicados. Contudo, evidenciá-las pode resultar em desenvolvimento de competitividade, conquista de novos clientes e investidores, demonstrar confiança aos clientes e, por fim, apresentar à sociedade que o processo de inovação está acontecendo em âmbito empresarial.

O escopo de aplicação dos incentivos fiscais abarcados pela Lei do Bem é extremamente abrangente.

A referida Lei não beneficia apenas as empresas de Lucro Real que pleiteiam a redução da carga tributária. Indiretamente, esse dispositivo busca integrar Micro e Pequenas Empresas que possam prestar serviços relacionados a P&D dentro das grandes corporações, unindo universidades e centros de pesquisa para a promoção da inovação tecnológica, ao passo em que contribui com as discussões acerca da temática, com a inclusão do item sobre "Atividade de P&D sem especificação", para reconhecer qual a postura de inovação das empresas, mesmo que não alinhadas ao que preceitua a Lei do Bem.

Sugere-se a realização de novos estudos voltados à inovação, bem como às práticas de *disclosure* e *compliance*, considerando as empresas listadas nos relatórios mais recentes do MCTIC. Ademais, recomenda-se a adoção de outros relatórios no processo de análise, como o Relatório de Administração e o FormP&D, para uma visualização mais completa das ações de inovação promovidas pelas empresas.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. M.; PEREIRA, I. M.; KOCK, D. Reflexos da utilização de incentivos fiscais à inovação tecnológica da lei do bem no resultado econômico das empresas catarinenses. *Qualitas Revista Eletrônica*, v. 18, n. 3, p. 113-134, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei n.º 11.196, de 21 de novembro

de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; [...] e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 nov. 2005.

_____. Instrução Normativa 1.187 de 29 de agosto de 2011. Disciplina os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 ago. 2011. BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D.; SMITH, A. J. What determine corporate transparency. *Journal of Accounting Research*, v. 42, n. 2, p. 207-252, maio 2004.

CALZOLAIO, A. E.; DATHEIN, R. Políticas fiscais de incentivo à inovação: uma avaliação da Lei do Bem. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2012.

CGEE/ANPEI. Os novos instrumentos de apoio à inovação: uma avaliação inicial. Brasília, CGEE, 2009.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, I. M. (Org). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil*, v. 6, n. 1, p. 85-101, 2010.

DAMANPOUR, F. Organizational Size and Innovation. *Organization Studies*, v. 13, n. 3, p. 375-402, 1992.

DYE, R. A. Disclosure of nonproprietary information. *Journal of Accounting Research*, v. 23, n. 1, p. 123-146, 1985.

FREEMAN, C; SOETE, L. A economia da inovação industrial. Campinas: Unicamp, 2008.

FABRETTI, L. C. Contabilidade tributária. 11.

ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, E. A. Políticas de inovação: financiamento e incentivos. In: NEGRI, J. A.; KUBOTA L. C. (Eds). *Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil*. Brasília: IPEA, 2008.

HARADA, K. Incentivos fiscais: limitações constitucionais e legais. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. 94, 2011. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10645. Acesso em: 14 abr. 2018.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, n. 1-3, p. 405-440, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. *Teria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

IMONIANA, J. O.; SANTOS, R. N.; PEREIRA, A. C. Incentivos fiscais de inovação tecnológica: disclosure e reconhecimento contábil nas companhias abertas no Brasil. In: CONTECSI, 9., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo, FEA/USP, 2012.

IUDICIBUS, S. et al. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC*. São Paulo: Atlas, 2010

IUDÍCIBUS, S. *Teoria da Contabilidade*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMA, E. M. Análise comparativa entre o índice de disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições filantrópicas de ensino superior no Brasil: uma abordagem da teoria da divulgação. 2009. 201f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LOPES, I. F.; BEUREN, I. M.; DAMETTO, I. R. B. Evidenciação dos recursos aplicados em pesquisa, desenvolvimento & inovação e da redução de carga tributária por empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Contexto - Revista*

do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Contabilidade da UFRGS, v. 16, n. 32, p. 53-76, 2016.

MCTIC. Ministério Da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Relatório anual da utilização dos incentivos fiscais - Ano base 2011. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/>. Acesso em: 17 mai. 2018.

MCTIC. Ministério Da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Relatório anual da utilização dos incentivos fiscais – Ano Base 2014. Brasília, 2014 – DF, dezembro de 2015.

MISSIO, F.; JACOBI, L. F. Variáveis dummy: especificações de modelos com parâmetros variáveis. *Ciência e Natura*, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 111-135, jun. 2007.

MORAIS, E.J. Controles internos e estrutura de decisão organizacional: o caso da Contadoria do Banco do Brasil. 149 fls. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

OCDE. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento. Manual de Oslo. Finep – tradução português, 2005.

OCDE. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Manual de Frascati: proposta de práticas exemplares para inquéritos sobre investigação e desenvolvimento experimental. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. A System of National Accounts [SNA-68]. New York: UN, 1968.

PIRES, A. R. Ligeiras reflexões sobre a questão dos incentivos fiscais no Brasil. In: MARTINS, I. G. S. et al. (coord.). *Incentivos Fiscais: questões pontuais nas esferas federal, estadual e municipal*. São Paulo: MP, 2007, p. 15-35.

RAMPAZZO, L. Metodologia científica. São Paulo: Loyola, 2005.

RICYT; OEA; CYTEC; COLCIENCIAS; OCYT. Manual de Bogotá: normalización de indicadores de innovación tecnológica en América Latina y el Caribe. 2001. Disponível em: www.ricyt.org/manuales/doc_view/5-manual-de-bogot. Acesso em: 19 jun. 2018.

RONEN, J., & YAARI, V. L. Incentives for voluntary disclosure. *Journal of Financial Markets*, v. 5, n. 3, p. 349-390. 2002.

SALERNO, M. S.; KUBOTA, L. C. Estado e inovação. Em J. A. De Negri; L. C. Kubota (Eds). *Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil*. Brasília: IPEA, p. 13-64, 2008.

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SENNE, R. Inovação no Brasil: políticas públicas e estratégias empresariais. 2011. Disponível em: http://www.techoje.com.br/bolttools_techoje/files/arquivos/inovabrasil.pdf. Acesso em: 08 maio 2018.

SOLY, B.; PAIXÃO, F.; TAVARES, L.; AZEVEDO, P.; SOUZA, P. Os incentivos fiscais à inovação tecnológica. In: GARCIA, C. (org.). *Lei do Bem: como alavancar a inovação com a utilização dos incentivos fiscais*. São Paulo: Editora Pillares, 2014. pp. 39-78.

SUZART, J. A. S. Índices de evidenciação: quando um mais zero não é igual a um. *CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, Monte Carmelo, v. 3, n. 1, p. 52-70, jan./jun. 2016.

TSALAVOUTAS, I. The adoption of IFRS by Greek listed companies: financial statement effects, level of compliance and value relevance. 368 fls. 2009. Thesis (Doctor of Philosophy), The University of Edinburgh, Edinburgh, Reino Unido, 2009.

VERRECCHIA, R. E. Discretionary Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 5, p. 179-194, 1983.

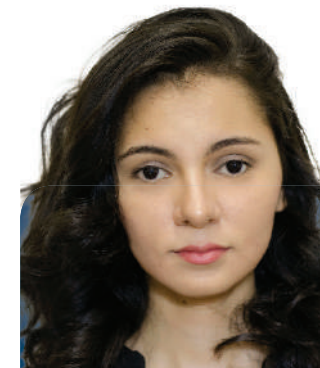
VERRECCHIA, R. E. Essays on Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. *Informação Contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais*. São Paulo: Atlas, 2006.



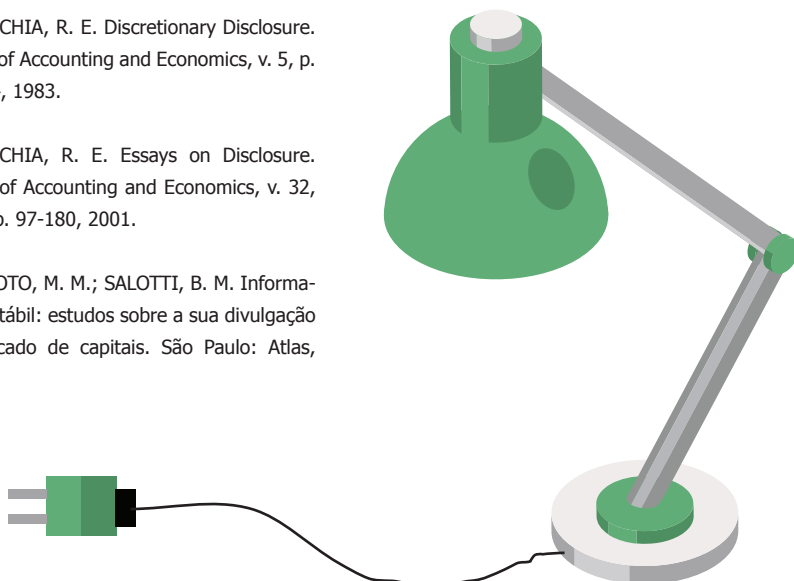
Thaiseany de Freitas Rêgo

Orientadora e Professora da UFRSA



Valéria Bezerra da Silva Dantas

Aluna da Pós-graduação em Contabilidade e Planejamento Tributário da UFRSA



Walter Rossevelt Coutinho

Nasceu em 21/8/1948, em Santo Antônio do Gramma, pequena cidade no interior de Minas Gerais e veio para Belo Horizonte com apenas um ano de idade.

Filho de Walter Bartolomeu Coutinho e Ordália Bitarães Netto Coutinho. Tinha quatro irmãos, sendo ele o filho mais velho do casal.

Casado há 42 anos com Ana Emilia Wanderley Roosevelt Coutinho, teve duas filhas: Ana Flávia e Juliana e três netos: Raphaël, Eduardo e Émilie.

“O Walter, antes de partir, conversando com os médicos que o assistiam, falou de nós – sua família – com o carinho e amor que todos gostariam de ouvir um dia. Falou ainda de sua realização profissional na profissão que escolheu. Disse ter trabalhado muito, mas que isto nunca representou um peso para que ele, porque sempre trabalhou fazendo o que mais gostava”. (Por: Ana Emilia Wanderley Rossevelt Coutinho).

Walter Coutinho foi coautor do livro Contabilidade de Custos – Temas Atuais. Editora Juruá. Curitiba 2009; foi responsável pela coluna “Praticando a Teoria X Teorizando a Prática” da Revista Abracicon Saber; teve diversos trabalhos aprovados em congressos e publicados em revistas científicas, tais como: 6º congresso USP de Contabilidade e Controladoria; Congresso Interamericano – CLADEA 2004 – República Dominicana; 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade 2004- Santos -SP, Revista Mineira de Contabilidade; Revista Catarinense de Ciência Contábil; Re-



vista Abracicon Saber e diversos artigos publicados no Jornal Fecomércio, Jornal do CRCMG e outros.

Foi orientador de mais de 60 monografias para conclusão de curso na graduação e pós-graduação, nas Faculdades Milton Campos, Centro Universitário UMA e no Ceajufe e ainda participou de mais de 30 Bancas para avaliação de monografias para conclusão de curso de graduação e pós-graduação nas Faculdades Milton Campos e Centro Universitário UNA.

Como profissional e amante de sua profissão, atuou como professor, palestrante em Faculdades, Convenções, Congressos e eventos promovidos por Conselhos Regionais de Contabilidade tais como: Prolatino, UNIBH, Centro Universitário UMA, Convenções Mineiras de Contabilidade, Facisa, PUC, Unilest, e 1º, 2º e 4º congresso Nacional de Peritos, etc.

O querido professor Walter Rossevelt

Coutinho considerou ter no CRCMG encerrado a sua trajetória na luta em que se empenhou pela valorização da profissão e pela harmonia entre aqueles que compartilhavam os mesmos ideais.

Assim, encerrou sua trajetória nesse mundo em 10/11/2018, como um homem realizado e muito feliz, em que a missão com a família e o trabalho foi cumprida. Deixa muita saudade e agora segue como imortal da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e a Academia Mineira de Ciências Contábeis (Amicic).

O nosso muito obrigado, Professor Walter Rossevelt Coutinho.

Confira o currículo na íntegra, no CNPq

Acesse o
QR Code



A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS ESCRITÓRIOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO INTERIOR DE SERGIPE

Resumo: O objetivo do presente estudo é verificar a inserção de Pessoa com Deficiência (PcD) no mercado contábil do interior de Sergipe. Sabe-se que tais cidadãos constituem uma parcela da população historicamente esquecida, ao mesmo tempo que a profissão contábil está em constante crescimento. Assim, é relevante verificar se há espaço para portadores de deficiência neste mercado. Para o alcance do desiderato da pesquisa adotou-se uma metodologia qualitativa, aplicando-se um questionário aberto com proprietários de escritório contábil localizados no agreste e sertão do Estado de Sergipe. Os principais resultados apontam que os respondentes estavam em sua maioria abertos para inserir profissionais PcD nas atividades contábeis, acreditando que a deficiência física demandaria um menor número de adaptações no escritório. Os entrevistados se mostraram preocupados na contratação de pessoas com outras limitações pois seria necessário um ajustamento maior na estrutura organizacional sendo que as instituições poderiam não estar preparadas para isto. Espera-se que este estudo possa promover empatia entre empregadores da área contábil para com estes novos profissionais que estão, aos poucos, se inserindo no mercado. Ao mesmo tempo é esperado que os órgãos de classe criem campanhas para promover uma conscientização entre os profissionais contábeis sobre a integração de PcD no ambiente de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O contexto atual do mercado de trabalho exige que o profissional esteja a todo tempo atento às mudanças, quer nas legislações, nas práticas empresariais, na tecnologia, etc. No entanto, as diversas demandas sociais também afetam o novo perfil dos candidatos, sendo que uma dessas reivindicações está relacionada com a inserção de Pessoas com Deficiência (PcD) no âmbito laborativo.

A limitação dessas pessoas é definida segundo o Decreto n.º 3298/1999, em seu Art. 3º como: “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. Esses cidadãos antes não eram vistos com potencial de trabalho, no entanto, essa nova perspectiva social tem levado instituições públicas e privadas a refletirem sobre o novo desafio de agregar essas pessoas que historicamente estavam esquecidas e excluídas (CARVALHO, 2007).

Porém, contratar PcD é um ato que ajuda não apenas do ponto de vista econômico, gerando empregos, por exemplo, mas principalmente na valorização do ser humano, na dignificação destes indivíduos, promovendo suas habilidades e competências. Dentro dessa perspectiva, sabe-se que o mercado contábil vive em constante expansão, pois o surgimento de novos sistemas, plataformas, obrigações fiscais, faz com que as empresas demandem muito mais a prestação dos serviços dos profissionais da contabilidade, o que pode gerar uma maior empregabilidade neste setor (ITO, 2018).

Por isso, torna-se relevante verificar como está a inserção de PcD nesse mercado.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é verificar a inserção de PcD no mercado contábil do interior de Sergipe, cuja localidade foi escolhida por conveniência de acesso. Espera-se, com isso, conscientizar cada vez mais empregadores sobre a possibilidade de admissão desses profissionais. Assim, por meio de uma pesquisa de campo, será possível responder ao seguinte questionamento: Como está a inserção de Pessoas com Deficiência nos escritórios contábeis do interior de Sergipe? Esta pesquisa será útil para a academia, visto que há falta de literatura sobre o tema focado na área contábil. Ao mesmo tempo, discute o papel social da contabilidade, conscientizando empregadores do ramo a perceberem esse novo perfil de profissionais que está adentrando ao mercado.

O estudo está subdividido em cinco seções, sendo esta uma introdução apresentando o contexto da pesquisa, seu problema e objetivo. A seguir será discutida a questão da contratação de pessoas com deficiência, suas implicações legais e gerenciais. A terceira seção apresenta a metodologia empregada para realização da pesquisa. Em seguida, são apresentados os resultados do estudo, na quarta seção. E a quinta parte finaliza o trabalho com as conclusões alcançadas.

2 CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

De acordo com o Decreto n.º 3.298/1999, deficiência é “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999). O Art. 4º do mesmo regulamento categoriza as deficiências em: física, auditiva, visual, mental e múltipla. Com a crescente demanda social por inserção desses indivíduos, surgem regulamentos que procuram traçar diretrizes sobre a contratação de profissionais portadores de deficiência nas organizações.

Representativa neste aspecto é a Lei n.º 8.213, de 1991, que estabelece a quantidade mínima de PcD que devem ser contratadas tendo em vista o número de funcionários da empresa. A legislação supracitada aponta que devem ser obedecidos os seguintes percentuais:

- até 200 funcionários..... 2%
- de 201 a 500 funcionários..... 3%
- de 501 a 1.000 funcionários..... 4%

Sabe-se que, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência (BRASIL; 2016). Com isso entende-se que existe um vasto campo de pessoas que precisam ser inseridas no mercado profissional.

No que tange à contratação de PcD, Anache (1997) já dizia que o emprego se é relevante no processo de adaptação e inclusão dessas pessoas na sociedade. No entanto, empregadores tendem a não ter uma noção completa sobre a capacidade de trabalho desses indivíduos (CARREIRA, 1997, p. 24), o que pode levar a uma dificuldade na contratação dessas pessoas (CARVALHO, 2007). Mas, Cândido e Salles (2014) aconselham que, ao contratar um PcD, o gestor deve ter em mente suas competências e habilidades, ou seja, nada tão diferente do que seria analisado em uma contratação corriqueira. Ainda se destaca que, apesar da legislação brasileira que exige a contratação de PcD ser avançada, ela ainda é falha em sua aplicação, pois requer toda uma mudança não só no comportamento da comunidade, mas também nas adaptações físicas das empresas, para que haja um ambiente propício para a entrada das pessoas que possuem alguma deficiência (BOTINI; 2002), o que pode acarretar em custos que as organizações não estejam dispostas a incorrer.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa para alcance do objetivo proposto no presente trabalho. Os dados foram obtidos através de entrevistas com questionários abertos. O instrumento de coleta de dados foi avaliado por dois doutores em educação, que propuseram alterações as quais foram acatadas para uma melhor apresentação do formulário.

Com o questionário validado procedeu-se à coleta de dados entre os meses de julho e agosto de 2018, onde foram entrevistados oito proprietários de escritório, conforme a disponibilidade de acesso aos mesmos. As entrevistas foram gravadas em um aplicativo de áudio de um smartphone e transcritas para o Word. No momento da entrevista foi entregue um termo de compromisso de sigilo e ética para com o nome dos contadores e empresas participantes da pesquisa. Tal termo foi assinado pelos pesquisadores, que se comprometeram a não divulgar informações pessoais dos entrevistados. O Quadro 1 apresenta as questões abordadas no questionário.

Os dados obtidos por meio das respostas foram estudados com base na técnica de análise de conteúdo. Esta metodologia consiste na análise, interpretação,

inferência e exploração do material, ao mesmo tempo que compara os dados das entrevistas com a literatura sobre o tema, visando alcançar uma conclusão para o problema proposto trazendo uma maior compreensão sobre o tema abordado (BARDIN; 2004). Utilizou-se também a técnica de nuvem de palavras, para melhor visualizar termos recorrentes e assim categorizar de forma mais eficiente as colaborações esperadas.

Estas foram elaboradas por meio de um site online. Com estas etapas foi possível alcançar o objetivo proposto na pesquisa, cujos resultados são apresentados e discutidos a seguir.

4 RESULTADOS

Todos os oito escritórios entrevistados estavam situados no interior do Estado de Sergipe, mais especificamente nas regiões do agreste e sertão. A instituição com maior tempo de funcionamento estava no mercado há 37 anos até o momento de realização da pesquisa. Mas, havia uma instituição que estava no seu primeiro ano de funcionamento. Destacou-se que um dos escritórios tinha tido um dos sócios que era PcD, mas este já havia se aposentado. Outra instituição já teve em seu quadro de funcionários um empregado portador de deficiência, mas que não estava mais na empresa por ter conseguido outra oportunidade de trabalho.

As demais organizações nunca tinham contratado PcD. Questionou-se se aos entrevistados se como proprietários de escritório eles contratariam uma pessoa com deficiência. Evidenciou-se que a maioria respondeu positivamente. A Figura 1 apresenta as palavras que ficaram em destaque para esta primeira pergunta.

Verificou-se um destaque para as expressões "sim", "contrataria", as quais evidenciam a abertura dos respondentes para contratar deficientes, palavra também em realce sob as expressões "deficiente" ou "deficiência".

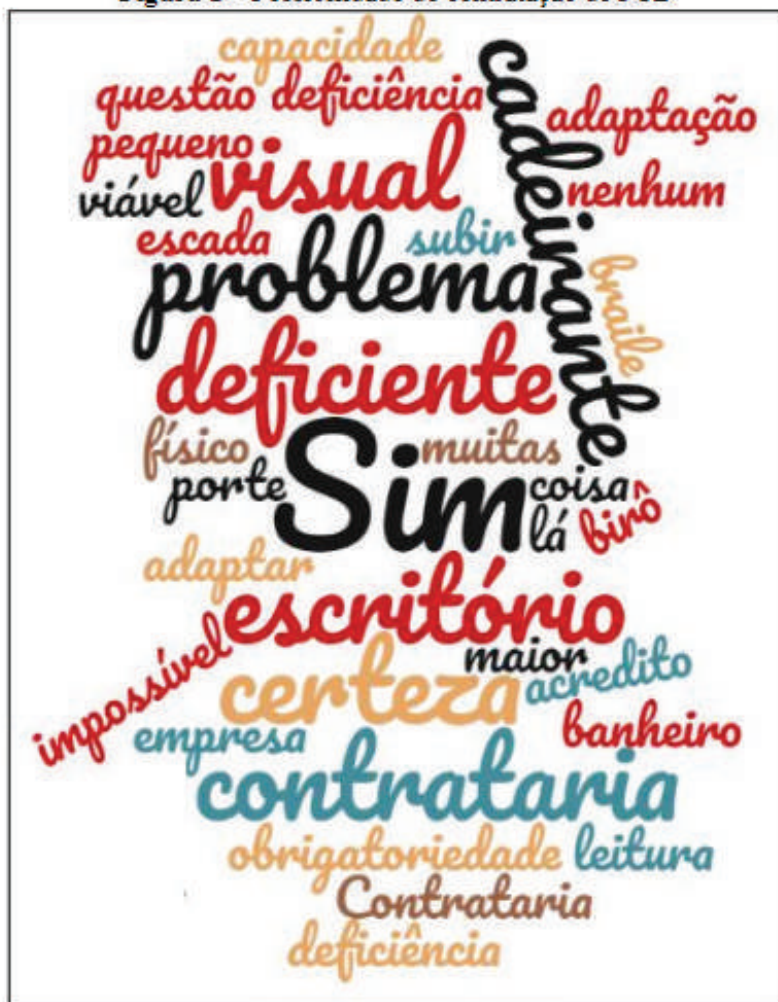
Ênfase também para a palavra "cadeirante", citada em algumas falas como um tipo de limitação que não teria tantos problemas na 'adaptação', quesito este comentado na fala dos entrevistados. Esta adequação por parte do 'escritório' (palavra também em relevo) pode ser exemplificada nos termos 'escada', 'subir', 'banheiro', que também estavam em evidência, os quais demonstram cômodos, móveis e situações que necessitariam de ajustamento. Por outro lado, na percepção dos respondentes, a deficiência visual exigira uma maior mudança na estrutura organizacional. Apenas um escritório destacou que não contrataria, sendo que só o faria se houvesse uma obrigatoriedade em lei, tal como é transcrito a seguir:

Quadro 1 – Resumo do questionário.

Temática	Questionamentos
Possibilidade de contratação	Como proprietário de escritório contábil você contrataria um profissional PcD? Se <u>não</u> , quais os motivos? Se <u>sim</u> , aceitaria contratar um PcD com que tipo de deficiência e para quais atividades?
Remuneração	A remuneração para um profissional PcD seria a mesma de um funcionário sem deficiência?
Investiduras de PcD no mercado de trabalho	Algum PcD já procurou o escritório para deixar currículo? Se <u>sim</u> , você o contratou? Se <u>não</u> , por que não fez a contratação?
Preparação do PcD para o exercício da profissão	Você acredita que os PcD ingressam no mercado de trabalho tão preparados quanto os não deficientes?

Fonte: Elaboração própria.

Figura 1 – Possibilidade de contratação de PCD



Fonte: Dados da Pesquisa

"Sem a obrigatoriedade, acredito que não, por conta do porte da empresa que teria que se adaptar a muitas coisas. Por exemplo, nesse escritório não tem banheiro lá em baixo, seria impossível um deficiente físico subir a escada." Acredito que só se for um caso extremo. Sobre isso, Baptista et al. (2012) evidenciaram que a contratação de PcD não deveria ser motivada apenas para o cumprir a legislação ou por ser uma atitude politicamente correta, mas, sim, pelo entendimento que esse indivíduo pode ser capaz de trabalhar, tal como qualquer outro.

Destaca-se ainda, sobre essa pergunta que um dos escritórios deixou claro que não contrataria caso a deficiência fosse

mental. Este fato é comprovado também no estudo de Felizardo et al. (2016), pois, segundo o autor, há uma ideia de que estes indivíduos não são tão capazes de exercer atividades profissionais. Transcreve-se a seguir o comentário do entrevistado.(...) dependendo da deficiência, desde que não seja mental e declarada não tem problema nenhum. Em seguida, foram questionadas quais deficiências seriam aceitas e para quais atividades. Foi percebida uma certa dificuldade em contratar surdos, deficientes visuais e mentais, pois, segundo os respondentes, exigiria uma adaptação maior da empresa. Resultado semelhante foi encontrado no estudo de Silva et al. (2016), sendo que realizado no ramo da construção civil.

No entanto, os respondentes do presente trabalho mostraram uma certa abertura para contratação de cadeirantes. Sobre as atividades que poderiam ser exercidas, os respondentes estavam abertos, em sua maioria, para delegar qualquer atividade contábil, sem diferenciação por conta da deficiência. A Figura 2 mostra quais as expressões em destaque na resposta dos respondentes. Destaque novamente para a palavra 'cadeirante', denotando que esta seria uma limitação que facilmente se encaixaria no 'escritório' palavra também bastante citada, principalmente no que se refere à estrutura física. A palavra 'atividade' também foi comentada, sempre destacando que as funções exercidas seriam as mesmas que a dos demais funcionários. Percebe-se ainda

“ Resultado semelhante foi encontrado no estudo de Silva et al. (2016), sendo que realizado no ramo da construção civil. No entanto, os respondentes do presente trabalho mostraram uma certa abertura para contratação de cadeirantes.”

que a expressão 'digitação' foi bastante recorrente, pois os entrevistados compreendem que a parte contábil não requer tanto esforço físico, pois é executada, em sua maioria, por meio do computador, no uso dos sistemas de informações. No entanto, ainda assim, na visão dos respondentes, haveria algumas deficiências que demandariam mais ajustes por parte da empresa, tal como transcrito a seguir.

"Como o trabalho aqui, pelo menos no escritório, ele é mais em frente ao computador, um cadeirante ele facilmente poderia usar um computador."

Uma pessoa que fosse surda, mas que soubesse utilizar o sistema, por exemplo. Só que nesse caso entrariam as condições que eu teria que oferecer para essa pessoa. Por exemplo, eu teria que saber LIBRAS para poder me comunicar com ela, até porque eu vou precisar me comunicar com ela. No caso de um cadeirante, eu

teria que oferecer um espaço adequado, acessível para que essa pessoa possa se locomover tranquilamente, assim como uma pessoa que não seja cadeirante.

Para um deficiente visual acredito "que teria que adequar um computador para essa pessoa, então poderia sim também contratar, dando todas as condições que eu acho que para um deficiente visual seria essencial. No mínimo um computador que tivesse um software que falasse, se comunicasse com ele para poder executar as atividades e assim o permitir trabalhar."

Em seguida, foi perguntado se a remuneração seria a mesma. Para esta indagação, todos os entrevistados responderam positivamente. Destaca-se que este comportamento está alinhado ao que traz o Art. 7º, inciso 31 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a proibição da discriminação no que diz respeito a

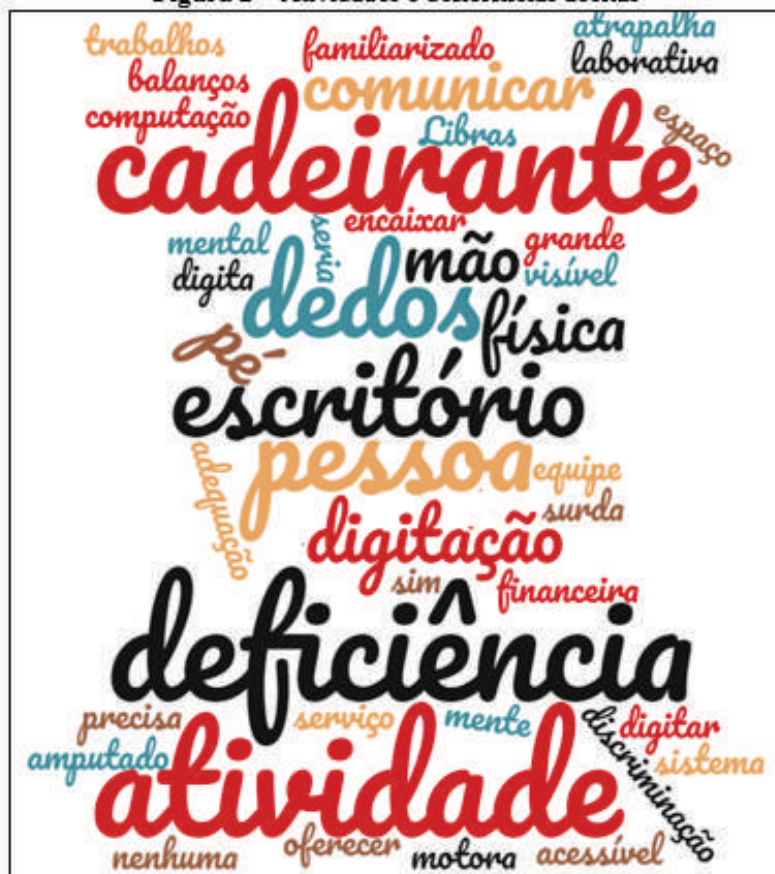
salários ou contratação de pessoas com deficiência. Salienta-se que nenhum dos respondentes conhecia tal determinação. Logo após foi questionado se a empresa tinha recebido algum currículo de PcD. Apenas um escritório tinha recebido currículos de pessoas com deficiência, sendo que houve a contratação de um, que já não fazia mais parte do quadro de funcionários da empresa por ter conseguido uma outra oportunidade, e outros currículos recebidos não se encaixavam no perfil da organização. Um outro escritório, tal como já comentado, evidenciou que tinha em seu quadro de sócios um PcD, os demais nunca tinham recebido currículos de deficientes. Nota-se então uma baixa investidora por parte de PcD no mercado contábil dessa região.

Por fim, foi questionado se os respondentes acreditavam que os profissionais PcD ingressam no mercado tão bem preparados quanto aqueles que não possuem deficiência. As respostas destacadas evidenciam que esses empregadores acreditam, em sua maioria, que a pessoa com deficiência ingressa com as aptidões necessárias e que isto se dá pelo fato destes indivíduos se dedicarem ainda mais por uma questão de superação. A Figura 3 apresenta as principais palavras citadas na resposta. Novamente a palavra 'deficiência' é destacada, pois os respondentes sempre fazem referência à 'pessoa' que possui tais limitações. A expressão 'dedicando' é enfatizada, pois os entrevistados acreditam que tais indivíduos buscam, sim, uma qualificação. A seguir é transcrita a fala de um dos respondentes que resume bem este aspecto.

"Sim, sim com certeza. Porque eu acho que as vezes até acabam se dedicando até mais que as outras pessoas, devido a sua deficiência. Eles buscam se aprimorar mais para ter mais chance como é difícil pra eles, às vezes não são aceitos. Eu acho que isso faz com que acabem se dedicando mais para ver se consegue aquela vaga tão almejada por eles. É isso que eu penso."

Apenas um entrevistado apresentou uma percepção diferente sobre este aspecto,

Figura 2 – Atividades e deficiências aceitas



Fonte: Dados da Pesquisa

pois em sua opinião profissionais PcD não possuem as mesmas oportunidades de preparação e capacitação que as pessoas sem deficiência, tal como transcrito a seguir:

"Eu acredito que não. Eles não têm o acesso que a pessoa sem deficiência tem. Por isso eu acredito que eles não estejam tão preparados quanto, mas isso não quer dizer que não possam se preparar." Complementa-se isto ao fato de duas expressões terem sido destacadas, conforme ilustrado na figura 'políticas' e 'públicas'. Isso se dá, pois os respondentes acreditam que é necessário um olhar governamental para estimular e dar oportunidades para que o profissional PcD se qualifique, tal como é apontado na fala transcrita a seguir:

"Não. Eu acredito que parte de dois princípios: às vezes a própria pessoa se restringe e se acomoda naquela condição dela e não busca seu melhoramento profissional e pessoal, ou então parte também das políticas públicas de não ter tanto auxílio quanto necessário, porque fazer com que grandes empresas coloquem pessoas com deficiência em seu quadro de pessoal é um avanço, mas não é tudo, precisa de mais. Precisa de escolas que atendam crianças, adolescentes com deficiência.

A gente precisa de mais, muito mais incentivo. Então, tanto as pessoas, quanto o governo, as políticas públicas precisam ter mais essa consciência." Com isso, entende-se que os proprietários de escritório da região investigada mostram-se abertos para contratação de PcD, fazendo algumas restrições principalmente no que se refere ao tipo de deficiência, pois estes se preocupam com a questão das adaptações que precisariam ser realizadas, principalmente do ponto de vista da estrutura física.

Machado et al. (2014) constatou que é justamente essa uma das maiores dificuldades que as empresas, de uma forma geral, apresentam na contratação de PcD. Com o alcance do objetivo da pesquisa alcançado, segue-se para a seção de con-

clusão da pesquisa, em que os principais resultados são resumidos, são direcionados estudos futuros, bem como destacadas as principais limitações da presente pesquisa.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi verificar a inserção de PcD no mercado contábil do interior de Sergipe. Para o alcance dela, adotou-se uma abordagem qualitativa, com entrevistas realizadas por meio de um questionário aberto.

A maior parte dos respondentes estava aberta à contratação de pessoas com deficiência, colocando apenas algumas restrições para deficientes mentais, visuais e auditivos, pois, segundo os entrevistados, exigiria uma maior adaptação da estrutu-

ra da empresa. Notou-se uma maior abertura para os deficientes físicos, principalmente os cadeirantes. Ao mesmo tempo, foi percebido que há pouca investidora de PcD no mercado de trabalho contábil, visto que a maioria dos entrevistados informou que nunca recebeu um currículo de profissionais com tais características.

O estudo tem suas limitações, pois abrangeu uma área geográfica limitada, ao mesmo tempo que a pesquisa qualitativa não permite uma generalização dos dados. Mas, entende-se que os resultados apontados fornecem uma reflexão sobre uma realidade existente, bem como podem despertar empresários do ramo contábil a se conscientizarem sobre a alocação de PcD em suas entidades. Espera-se também que órgãos da classe contábil possam olhar para os resultados do pre-

Figura 3 – Capacitação do PcD



Fonte: Dados da pesquisa.

sente estudo e criarem mecanismos de promoção para discussão da inserção de pessoas com deficiência, criando políticas de incentivo e valorização desses profissionais.

Como sugestão para pesquisas futuras, destaca-se a aplicação deste questionário em outras regiões para comparação dos resultados, bem como a criação de instrumentos de coleta para análise quantitativa, divulgando para um número maior de respondentes e assim obter dados de maior abrangência.

REFERÊNCIAS

ANACHE, A. A. O deficiente e o mercado de trabalho: concessão ou conquista? Integração, Brasília, v.7, n.18,, p. 4-8, 1997.

BAPTISTA, I.P.C; RAMOS, P.D.A; SOUZA, R.R; SILVA, C.E. A inserção de profissionais portadores de deficiência nas empresas. IX Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Resende, Rio de Janeiro, 30 de outubro a 01 de novembro de 2012.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 3. ed. rev. e atual. Lisboa: Ed. 70, 2004.

BOTINI, J. Deficiência e competência: programa de inclusão de pessoas portadoras de deficiência nas ações educacionais do SENAC. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2002.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm > acesso em 25/05/2018.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L8213cons.htm> acesso em: 25/05/2018.

CÂNDIDO; F.; SALLES; M. 3 razões para contratar pessoas com deficiência. Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios. Publicado em: 27/05/2014. Disponível em: < <https://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2014/05/3-razoes-para-contratar-pessoas-com-deficiencia.html> > acesso em: 24/07/2018.

CARREIRA, D. A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. In: MAN-

TOAN, M. T. E. (org.). A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memonn, 1997. p. 95-114.

CARVALHO; M.N. A Inserção de Pessoas com Deficiência em Empresas Brasileiras: Um Estudo Sobre As Relações entre Concepções de Deficiência, Condições de Trabalho e Qualidade de Vida no Trabalho. Doutorado em Administração (Tese) Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2007a.

FELIZARDO, P.S.D; RONCHI, F.S; ROBAINA, G.A.R; PAIVA, E.C.C. Inclusão de pessoas com deficiência nas organizações e impacto no clima organizacional (CO). Revista FAE, volume 1, edição especial, páginas 159-176, 2016.

GOVERNO DO BRASIL. Cresce número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal. Publicado em: 27/09/2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/cresce-numero-de-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-formal>> acesso em 05/06/2018.

ITO; V. Segunda fase do eSocial marca novo ciclo de crescimento na contabilidade. In: Conselho Federal de Contabilidade (Online) Publicado em 11 de julho de 2018. Disponível em: < <https://cfc.org.br/noticias/segunda-fase-do-esocial-marca-novo-ciclo-de-crescimento-na-contabilidade/> > Acesso em 17 de dezembro de 2012.

MACHADO, J.R; FRANCO, C; MUNHÃO, E.E; FARIA, S.M. A pessoa com deficiência física e o mercado de trabalho: estudo empírico no município de tangará da Serra-MT, dos afiliados da Astandef e empresas inseridas no regime de cotas conforme lei 8.213/91. Revista UNIMAT de contabilidade, v. 3, n. 5, p. 131-158, 2014.

SILVA, P.M.M; NETO, M.P.R; BRITO, L.M.P; BARRETO, L.K.S; GURGEL, F.F. Os desafios para a inclusão de pessoas com deficiência em organizações da construção civil. Anais do Congresso Internacional de Administração. Natal, Rio Grande do Norte, 13 a 16 de setembro.



Gabriel Santos de Jesus

Graduando em ciências contábeis pela Universidade Federal de Sergipe



Vitor de Souza Santos

Graduando em ciências contábeis pela Universidade Federal de Sergipe



Dionei de Souza Lessa

Mestra em Ciências Contábeis pelo Centro de Pesquisa e Pós-graduação Visconde de Cairu. Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe, campus de Itabaiana.



Nadielli Maria dos Santos Galvão

Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Assistente da Universidade Federal de Sergipe, campus de Itabaiana. Membro Acadêmico da Academia Sergipana de Ciências Contábeis.

O desafio da inovação em firmas públicas e privadas

Em contexto de mercado, firmas podem ser classificadas como públicas e privadas. Firma pública é a que, pelos marcos legais (Brasil, Lei n.º 6404/1976), tem capital negociado na bolsa de valores e por isso é denominada Firma de Capital Aberto.

Firma privada é a que não tem capital negociado na bolsa de valores e nessa condição é denominada Firma de Capital Fechado. Pelo lado da evolução uma firma pode ter característica inovadora ou não inovadora.

A firma que tem característica inovadora se diferencia da que não tem essa característica pela capacidade de melhorar ou criar produtos ou processos que lhes permitam obter diferencial de qualidade, produtividade e agregação de valor. Neste sentido inovação, como

“Firma privada é a que não tem capital negociado na bolsa de valores e nessa condição, é denominada Firma de Capital Fechado. Pelo lado da evolução, uma firma pode ter característica inovadora ou não inovadora.”

uma evolução tecnológica, desafia o conceito tradicional de produção que tem como principais insumos o capital e o trabalho. Esse desafio foi percebido por Solow (1957) ao constatar que, em parte da primeira metade do século XX, somente 10% do crescimento da economia americana poderia ser explicada pelo aumento da relação capital/trabalho. Esse processo inovador se desenvolve por estágios em que podem ser identificadas as fases de pesquisa básica, pesquisa aplicada e desenvolvimento.

O desenvolvimento surge como consequência do sucesso da pesquisa com viabilidade de mercado. Nesses estágios a inovação tanto pode ser utilizada em produto como em processos, como percebido por Schumpeter (1913). Mas esse processo

inovador parece impor maior desafio às grandes corporações em função do componente incerteza que pode incorporar riscos de diversas naturezas, como impacto não positivo na reputação, restrição de financiamento a outros projetos lucrativos e perda de rentabilidade dos acionistas, como argumenta Holmstrom (1989).

Já para pequena firma esses riscos são mitigados pelo fato de a firma poder se dedicar apenas a um projeto e ter menor cobrança (ou não ter cobrança) de acionistas por eventual insucesso. Como percebido por Manso (2011), o processo inovador exige tolerância a erros e por isso a motivação é um instrumento importante na continuidade da ação de pesquisa.

Ainda que paradoxal pareça, um fracasso precoce não deve levar a uma desmotivação nem interromper recompensas, ainda que assimetrias possam existir entre capitalista e executivo (principal e agente) com relação aos interesses em determinado projeto. Assim, compensação e tolerância são atributos essenciais para obtenção de sucesso em projeto inovador delongoz prazo.

Ainda que a inovação seja admitida como importante fator de produtividade que faz a diferença entre a firma que inova e a firma que não inova, mensurar o efeito inovação é uma difícil tarefa em termos empíricos como comenta Griliches (1990).

Essa dificuldade poderia ser mitigada se as firmas divulgassem de forma objetiva todos os custos com o processo de inovação, patenteada e não patenteada, bem-sucedida ou não. Mas como pequenas firmas não são públicas e as firmas públicas tem restrições para



capitalizar esses custos, em função das normas de contabilidade, as pesquisas empíricas também sofrem de restrição de acesso aos dados do custo da inovação. Este texto tem a pretensão de motivar pesquisas que possam investigar, empiricamente, se as firmas públicas que promovem inovação são melhor avaliadas pelo mercado do que as firmas não inovadoras, utilizando indicadores de desempenho produzidos a partir das demonstrações financeiras padronizadas para usuário externo.

REFERÊNCIAS

- GRILICHES, Zvi. (1990). Patent statistics as economic indicators: A survey. *Journal of Economic Literature*. v. 28. n. 4 (Dec), pp. 1661-1707. HOLMSTROM, Bengt. (1989). Agency Costs and Innovation. *Journal of Economic Behavior and Organization*, v. 12, p. 305-27. MANSO, Gustavo. (2011). Motivating Innovation. *The Journal of Finance*. v.LXVI, n. 5. SCHUMPETER, Jose-

ph A. (1913). Schumpeter's economic system (Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung). *The Quarterly Journal of Economics*. v. 27, n. 3.(May). Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1883376?seq=1#page_scan_tab_contents.

Acesso: 15/01/2019. SOLOW, Robert M. (1957). The technical Change and the Aggregate Production Function. *The Review of Economics and Statistics*. v. 39, n. 3 (Aug). Pp. 312-320.

Professor Doutor José Antonio de França

Contador e Economista, Doutor em Ciências Contábeis e Doutorado em Economia

Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília - UnB

EFEITOS DA DIVULGAÇÃO DO RELATO INTEGRADO E DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOBRE O DESEMPENHO DE COMPANHIAS ABERTAS NO BRASIL

RESUMO

Este estudo tem o propósito de investigar os efeitos da divulgação do Relato Integrado e dos Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI sobre o preço das ações e sobre o custo de capital das companhias abertas brasileiras. O presente estudo se justifica pela evidenciação do papel e da relevância do *disclosure* voluntário de informações socioambientais através do Relato Integrado e Relatórios de Sustentabilidade, em decorrência dos possíveis benefícios externos que podem ser refletidos no desempenho das organizações, bem como na relação com os seus *stakeholders*. Assim, foi analisado durante o período de 2010 a 2016 o desempenho de empresas que fazem esse tipo de divulgação, comparando com aquelas que não o fazem, que aderiram à iniciativa "Relate ou Explique" da BM&FBOVESPA, compreendendo uma amostra de 100 (cem) companhias e um total de 2800 observações. O modelo empírico utilizado foi o Difference-in-Differences de Múltiplos Períodos, que reduz o viés causado pela adoção endógena. Ademais, foram realizados testes de robustez sugeridos na literatura com a finalidade de comprovar a significância dos principais resultados, acerca do efeito do tratamento sobre as variáveis dependentes. Os resultados confirmaram a hipótese de que empresas que adotam o Relato Integrado ou Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI obtêm valorização no preço de suas ações. Por outro lado, foi rejeitada a hipótese de que a divulgação dessas informações contribui para a redução do custo de capital das empresas.

Palavras-chave: Relato Integrado. Relatórios de Sustentabilidade. Difference-in-Differences. Custo de capital. Preço das ações.

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno de questões ambientais e sociais, crescente nos últimos anos, tem provocado a necessidade dos investidores por informações que possibilitem avaliar o grau do risco socioambiental e de responsabilidade ao qual as companhias estão suscetíveis.

O esperado pelas partes interessadas é que as empresas, além de atuar com responsabilidade socioambiental, divulguem com transparência informações a respeito de suas práticas sustentáveis. Diante disso, houve um crescimento nas demandas dos usuários por informações que ultrapassam as publicadas nas demonstrações contábeis, mesmo não sendo obrigatória a divulgação de informações de natureza ambiental e social.

Assim, nas últimas décadas, aumentou a quantidade de empresas que começaram a divulgar relatórios das atividades relacionadas a questões sustentáveis. No Brasil, em 2011, a BM&FBOVESPA criou uma iniciativa denominada "Relate ou Explique" como forma de estimular as empresas a divulgarem informações não financeiras, de cunho social, ambiental e de governança que foram cada vez mais sendo demandadas pelos investidores.

Essa iniciativa foi recomendada para que as empresas aderissem a ela voluntariamente e foi sendo efetivada no mercado de capitais do Brasil, até que em 2016, segundo Favaretto (2016), foi verificado que "medidas voluntárias via autorregulação em sustentabilidade no mercado de capitais brasileiro funcionam". Nesse sentido, investir em empresas que divulgam Relato Integrado e Relatórios de

“Investir em empresas que divulgam Relato Integrado e Relatórios de Sustentabilidade pode ser uma forma de incentivar práticas sustentáveis que geram valor tanto para as organizações.”

Sustentabilidade pode ser uma forma de incentivar práticas sustentáveis que geram valor tanto para as organizações, com reflexo em seu desempenho, quanto para os seus usuários e consequentemente para o mercado de ações. Baboukardos e Rimmel (2016) identificaram indícios de que o *disclosure* voluntário de informações de sustentabilidade afeta diretamente o valor de mercado de uma empresa, e indiretamente a relevância dos ganhos e do valor contábil dela. A incerteza dos investidores sobre o desempenho da empresa provoca a exigência de um prêmio quando há um risco elevado, que, por sua vez, aumenta o custo de capital (CHIU, 2016; CARVALHO; MURCIA, 2016).

Além disso, a assimetria de informação entre a gestão e os investidores cria problemas como seleção adversa e risco moral, afetando a liquidez do mercado e conduzindo a um custo de capital mais elevado. Com o objetivo de reduzir essa assimetria, o processo de

comunicação integrado promovido por esse tipo de divulgação desencadeia o desenvolvimento do mercado financeiro nos lugares onde é justificada a sua instituição e adesão voluntária, o que propicia um maior *disclosure* voluntário a seus usuários, incentivando a evidenciação de informações não divulgadas nos relatórios anuais tradicionais (FRÍAS-ACEITUNO et al., 2013).

Assim, a adoção de um modelo de negócios sustentável e uma redução da assimetria informacional e maior transparência são dois fatores responsáveis pelos efeitos da relação negativa esperada, de que tal prática de sustentabilidade deve reduzir o custo da dívida da empresa em médio e longo prazos (CARVALHO; MURCIA, 2016).

Romolini, Fissi e Gori (2017) enfatizam o crescente número de estudos que utilizam métodos de pesquisa quantitativa e a oportunidade para futuras pesquisas, relacionando Relato Integrado e variáveis quantitativas como desempenho financeiro e valor. Estudos sobre a divulgação corporativa e custo de capital e pesquisas prévias acerca da sustentabilidade e custo de capital revelam que empresas sustentáveis tendem a ser mais valorizadas pelo mercado financeiro (CARVALHO; MURCIA, 2016). No entanto, Zhou, Simnett e Green (2017) evidenciam a necessidade de estudos empíricos que embasem os benefícios do Relato Integrado.

Uma vez que o relatório integrado ainda é uma área relativamente nova, há ampla margem para futuras pesquisas (BUITENDAG; FORTUIN; DE LAAN, 2017). Na visão de Carvalho e Murcia (2016), estudar os efeitos econômicos do Relato Integrado é relevante e as pesquisas acadêmicas têm desenvolvido o

papel de auxiliar na sua promoção, tendo em vista que os decisores racionais só irão abraçar plenamente essa prática quando perceberem benefícios ao fazê-lo.

Assim, buscando contribuir para a construção do conhecimento nessa área, torna-se viável a esse estudo investigar a existência de correlação positiva entre o desempenho no mercado de ações das empresas e a divulgação do Relato Integrado e dos Relatórios de Sustentabilidade, bem como a questão empírica evidenciada por Carvalho e Murcia (2016), acerca da necessidade de demonstrar a relação negativa esperada entre Relato Integrado e custo de capital. Neste contexto, é a partir da identificação desta lacuna que este trabalho visa contribuir com os estudos acerca das consequências do *disclosure* voluntário e a sua relação com o desempenho das empresas no mercado financeiro, objetivando responder à seguinte questão de pesquisa: Quais os efeitos da divulgação do Relato Integrado e dos Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI sobre o preço das ações e sobre o custo de capital das companhias abertas brasileiras?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente seção versa sobre os seguintes itens: divulgação voluntária, relatórios de sustentabilidade, relato integrado, teorias relacionadas ao *disclosure* voluntário, e estudos relacionando sustentabilidade com custo de capital e preço das ações.

2.1 DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA

A divulgação de informações voluntárias foi impulsionada pela demanda crescente dos investidores por informações não financeiras, cujo processo ainda é falho quanto à forma de evidenciação do

modelo de negócios e estratégias que explicitem a geração de valor sustentável, devido às distintas formas de divulgação dessas informações, tornando as empresas incomparáveis entre si (ERNST & YOUNG, 2014). É nesse contexto que a divulgação voluntária, quanto ao *disclosure* de informações socioambientais, se intensificou e tem sido destaque devido a iniciativas de órgãos nacionais e internacionais, que evidenciam e debatem de forma recorrente questões ligadas à sustentabilidade (COSTA et al., 2017).

2.1.1 Relatórios de Sustentabilidade

A divulgação de relatórios socioambientais teve início em companhias e setores de expressivos impactos socioambientais e foi deslocando-se gradativamente para empresas e setores em que o impacto é menos explícito (KPMG, 1999). Embora tenha iniciado na metade da década de 1990, foi nos últimos anos que a divulgação de informações socioambientais, estas que, geralmente, são evidenciadas em relatórios independentes dos financeiros, apresentou um crescimento.

O *disclosure* ambiental pode ser feito voluntariamente, em que as informações podem ser baseadas em orientações predefinidas por órgãos institucionais, como a *Global Reporting Initiative* (GRI), ou sem uma base definida, conforme critério adotado pela empresa, ou obrigatoriamente, quando há alguma exigência legal para a divulgação.

A GRI é uma organização internacional independente, fundada em 1997, e precursora no relatório de sustentabilidade (GRI, 2017). Composto o corpo de trabalho do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), é responsável por elaborar diretrizes

que são tomadas pelas empresas como base para a elaboração dos relatórios não financeiros. Neste sentido, Christofi, Christofi e Sisaye (2012) ressaltam que apesar de tais relatórios serem voluntários, é necessário observar as diretrizes em prol de uma contínua melhoria do desempenho corporativo ao longo do tempo.

Os Relatórios de Sustentabilidade da GRI possuem uma estrutura feita para alcançar uma "linguagem comum", pondo as empresas em um mesmo patamar, que proporciona a discussão e a comparabilidade entre os respectivos desempenhos de sustentabilidade (GRI, 2012). A elaboração e a divulgação do Relatório de Sustentabilidade (RS) por parte das empresas se dão devido à demanda advinda dos *stakeholders* por informações que não são supridas pelos relatórios financeiros.

Dessa forma, é através desse relatório que as organizações buscam manter a sua legitimidade perante a sociedade como um todo, podendo o mesmo configurar como um instrumento que transforma a realidade social (PHILLIPS; LAWRENCE; HARDY, 2004). Assim, a tendência de que a empresa divulgue esse tipo de relatório aumentará à medida que ela sinta ameaçada a sua legitimidade. Os resultados do estudo de Madalena et al. (2016) mostraram uma evolução na divulgação dessas informações em comparação a estudos anteriores.

2.1.2 Relato Integrado

O Relato Integrado (RI) surgiu de uma discussão, em 2009, a nível internacional sobre pensamento corporativo integrado, com o objetivo de integrar informações financeiras e não financeiras em um único relatório.

A partir disso, foi formada uma coalizão global denominada *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, com o fim de evidenciar como a empresa gerou valor no passado e como ela pretende agir futuramente, configurando-se como uma nova fronteira dos relatórios corporativos do século XXI.

Como forma de desenvolver o RI, o IIRC criou um programa piloto, contando com a participação de empresas de diversos países e setores, no qual as empresas integrantes são precursoras e diligentes na prática de divulgação de informações não financeiras, disponibilizando-se voluntariamente para divulgar seus relatórios conforme as diretrizes sugeridas pelo IIRC para Relato Integrado (ABREU et al, 2015).

No Brasil, essa prática teve adesão inicial de doze companhias, as quais tornaram-se, portanto, participantes do programa piloto do IIRC, passando a divulgar o RI como forma de agregar em um mesmo lugar informações financeiras e não financeiras.

Para possibilitar a comparação entre desempenhos de uma companhia, de suas concorrentes e demais empresas, o IIRC criou um modelo de estrutura conceitual com o objetivo de tornar compatível os desempenhos financeiros e não financeiros de empresas distintas por meio da elaboração de um RI adequado ao modelo proposto.

O RI ampliou o foco para abranger em um modo integral seis capitais denominados elementos de criação de valor, agregando os capitais não financeiros: Financeiro, Manufaturado, Humano, Intelectual, Social e de Relacionamento e Natural. Para Cheng et al. (2014), o RI é capaz de propiciar um novo ou melhorado conteúdo de informação, sendo útil para

a formação de uma visão balanceada e global do desempenho da empresa.

O IIRC (2013) define um relatório integrado como "um relatório conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização levam à geração de valor a curto, médio e longo prazo". Os resultados do estudo de Kim, Maas e Perego (2017) propõem que a divulgação de um único relatório que contemple informações de sustentabilidade auxilia em uma melhor e mais admitida tomada de decisão dos analistas acerca dos ganhos futuros das empresas.

Do mesmo modo, Zhou, Simnett e Green (2017) identificaram evidências de que o benefício da redução do custo de capital por elaborar relatórios integrados pode ser atribuído a uma melhoria no ambiente informacional para as empresas que divulgam, sendo o RI importante para o mercado de capitais em razão desse benefício.

É nesse contexto que o *disclosure* voluntário de informações socioambientais por meio do Relato

Integrado pode apoiar os investidores e outras partes interessadas a compreender a correlação entre o desempenho no mercado de ações das empresas e a divulgação do RI, e entre RI e custo de capital.

2.2 TEORIAS RELACIONADAS AO *DISCLOSURE* VOLUNTÁRIO

A busca por legitimidade perante a sociedade contribui para que as organizações se engajem cada vez mais na divulgação de informações voluntárias, estratégia que proporciona maior transparência e auxilia na minimização de problemas de relacionamento entre diversos *stakeholders*. Dentre os principais atrativos para os acionistas dessas empresas, estão a redução do custo de capital, e, por conseguinte, uma valorização significativa do preço de suas ações.

No tocante ao nível de divulgação voluntária feita pelas empresas e à melhoria da assimetria informacional entre as partes interessadas, elevando a confiança destas, e proporcionando, com isso, uma potencial redução do custo de capital próprio. A



relação entre empresa e *stakeholders* é fundamentada e reforçada pelas teorias da legitimidade, da sinalização, dos *stakeholders*, da agência e da divulgação voluntária. (VERRECCHIA, 1983; HEALY; PALEPU, 1993; JENSEN, 2001; BRAMMER; PAVELIN, 2006).

Quanto à teoria da Divulgação Voluntária, Martinez (2016) afirma que as empresas que estariam mais propensas a adotar o RI seriam as que possuem melhores relações com seus *stakeholders* estratégicos e que apresentam uma visão estratégica de longo prazo. Zhou, Simnett e Green (2017) encontraram evidências consistentes com a teoria da Divulgação Voluntária na conjuntura do Relato Integrado.

Não obstante, a teoria dos *Stakeholders* proporciona em sua essência substância para a responsabilidade social das empresas e a adoção e divulgação de práticas socioambientais, bem como a influência de cada parte interessada na implantação dessas práticas. Roberts (1992) comprovou empiricamente a abordagem da teoria dos *Stakeholders* sobre os determinantes do *disclosure* socioambiental ao analisar as decisões corporativas dessa natureza.

Ademais, a teoria da Agência dá sustentação a essa relação (empresa e *stakeholders*), a qual pressupõe que, devido à assimetria informacional, o investidor reclamará um prêmio como compensação pelo risco adicional e pelos custos de monitoramento para mitigação, impactando os custos de transação e o custo de capital próprio. Em contrapartida, os gerentes buscam minimizar a assimetria informacional e os custos de monitoramento dos investidores por meio da divulgação de informações (VERRECCHIA, 2001).

“Por sua vez, a teoria da Sinalização consiste em compreender a publicação de informações voluntárias para os investidores como forma de sinalizar que são superiores em comparação a outras empresas, objetivando atrair investimentos e melhorar a sua imagem.”

A partir do momento que a organização almeja que os *stakeholders* estejam satisfeitos, ela atua no sentido de alcançar a legitimidade diante do seu público-alvo, como uma estratégia para fortalecer a imagem da empresa, que pode independer de pressões externas (DEEGAN, 2002).

Baseada na ideia da existência de um contrato social entre a entidade e a sociedade, essa teoria propõe diferentes formas de debater aspectos não financeiros com a finalidade de administrar as impressões dos *stakeholders*, bem como explicitar razões acerca das questões abordadas pela corporação ao se comunicar com os usuários externos (MAGNESS, 2006). Por sua vez, a teoria da Sinalização consiste em compreender a publicação de informações voluntárias para os investidores como forma de sinalizar

que são superiores em comparação a outras empresas, objetivando atrair investimentos e melhorar a sua imagem. O desenvolvimento dessa teoria explicaria um dos motivos pelos quais as empresas divulgam além das informações requeridas pela legislação e normas (CAMPBELL; SHRIVES; BOHMBACH SAAGER, 2001).

Dessa forma, ao divulgar relatórios de sustentabilidade, as empresas sinalizam uma conduta de responsabilidade, que contribui para a sua legitimidade diante dos investidores, gerando uma maior tendência por parte destes em prover capital.

2.3 PESQUISAS RELACIONADAS

2.3.1 Sustentabilidade e Preço das Ações

Por meio da divulgação de informações voluntárias, as empresas podem ser beneficiadas com o aumento da liquidez das ações, a diminuição do custo de capital e a formação de uma imagem ambientalmente correta (ROVER et al., 2008). Eccles, Ioannou e Serafeim (2014) encontraram evidências de que empresas com um nível considerado alto de sustentabilidade superam de forma significativa em longo prazo, suas concorrentes em termos de desempenho contábil e mercado acionário.

No estudo de Cristófalo et al. (2016), não foi possível determinar uma correlação específica entre o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e a valorização das ações ou sua volatilidade.

Por sua vez, Rover et al. (2012) estudaram os fatores que são determinantes para o *disclosure* voluntário ambiental, recebendo destaque a correspondência das expectativas da teoria Positiva

da Contabilidade, teoria focada nas escolhas contábeis que influenciam os *stakeholders* e geram efeitos sobre o valor da empresa.

Tais escolhas são como determinantes de padrões contábeis que as empresas ficam propensas a adotar, sobretudo os que gerarem como resultado uma valorização das ações (WATTS; ZIMMERMAN, 1978). Serafeim (2015) constatou que empresas que integram suas informações atraem investimentos com perspectivas de longo prazo.

Nesse sentido, o aumento de lucro das empresas que negociam ações na bolsa de valores, ocasionado pelo crescimento da economia, reflete em rentabilidade para investidores que detêm estas ações (STEFANI et al., 2014).

Quando há uma valorização das companhias no mercado, elas obtêm lucros que são distribuídos por meio de ações e dividendos.

As ações representam a menor parte do capital social de uma empresa, sendo negociadas com o intuito de adquirir dinheiro para expansão dos negócios e melhoria dos processos, sendo um importante meio de aquisição de recursos para as empresas. Por outro lado, os investidores procuram ações que são rentáveis, analisam as demonstrações financeiras e não financeiras das companhias e as alterações no preço das ações ao longo do tempo.

Dessa forma, a hipótese de que investidores de longo prazo são mais propensos a comprar e deter ações de empresas que fornecem mais informações sobre as suas perspectivas de longo prazo, uma vez que tais informações podem ser úteis tanto

para avaliar o valor da empresa quanto para monitorar a gestão ao longo do tempo, foi confirmada no estudo de Serafeim (2015).

2.3.2 Sustentabilidade e Custo de Capital

O aumento de interesse em aspectos como a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e a sustentabilidade têm motivado a realização de estudos sobre o efeito da divulgação voluntária de informações não financeiras sobre o custo de capital (CHIU, 2016).

Dessa forma, as empresas podem aumentar a divulgação voluntária como forma de reduzir o seu custo de capital (FRANKEL; MC NICHOLS; WILSON, 1995; FRANCIS; NANDA; OLSSON, 2008). Hail (2002) enfatizou a importância do tema, tanto em termos teóricos quanto práticos, que assume uma associação negativa entre ambas as variáveis. No entanto, o autor ressalta ainda a fragilidade da evidência empírica desta relação, devido a fatores como a natureza subjetiva e a dificuldade de avaliar o custo de capital social e a qualidade da divulgação que é prestada.

Outrossim, o estudo de Rover (2013) apontou que o *disclosure* socioambiental impacta de maneira marginal o custo de capital próprio das empresas brasileiras, uma vez que sua influência pode ser verificada apenas com a divulgação do Relatório de Sustentabilidade elaborado de acordo com as diretrizes GRI e com o *disclosure* socioambiental desfavorável.

Chiu (2016) infere que, se há influência na percepção positiva do mercado por parte das empresas que adotam melhores práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade, é esperado que o custo de capital associado a elas seja menor.

Ademais, Francis, Krurana e Pereira (2003) concluíram que as empresas com maiores níveis de divulgação têm um menor custo de capital, evidenciando que as divulgações contábeis voluntárias reduzem a assimetria informacional e o custo de financiamento externo da empresa.

Em um segundo estudo, Francis, Khurana e Pereira (2005) constataram que uma política de divulgação ampliada conduz a uma redução de custo da dívida e de capital próprio. Outros estudos evidenciaram que investimentos em empresas que possuem práticas socialmente responsáveis contribuem para uma redução do custo de capital das empresas, sugerindo uma maior preocupação por parte dos investidores para com aquelas organizações socialmente responsáveis ao longo do tempo.

(EL GHOUL et. al, 2011; WU; LIN; WU, 2014; XU; LIU; HUANG, 2015). Em contrapartida, diversos estudos divergem entre si quanto à relação entre o custo de capital próprio e a divulgação voluntária de informações não financeiras. Nesse sentido, pesquisas realizadas evidenciaram que os aspectos não financeiros não contribuem para a redução do custo de capital próprio. (GEBHARDT; LEE; SWAMINATHAN, 2001; GODE; MOHANRAM, 2003; HOU; VAN DIJK; ZHANG, 2012; LAMBERT; LEUZ; VERRECCHIA, 2012). Além disso, Barthelet al. (2016) encontraram uma relação entre RI e valor de mercado explicada por um aumento nos fluxos de caixa esperados e não por uma redução no custo de capital.

Ainda nesse seguimento, Martinez (2016) constatou uma associação positiva entre o Relato Integrado e o valor de mercado e os fluxos de caixa futuros esperados, entretanto não encontrou associação

entre o RI e o custo implícito de capital.

Diante da literatura exposta, e tendo como fundamento os estudos de Carvalho e Murcia (2016) e Martinez (2016), os quais ratificam a relevância da questão de pesquisa e a necessidade de estudos empíricos que comprovem a existência de benefícios externos advindos da divulgação do RI e de RS, foram formuladas as seguintes hipóteses de pesquisa: As empresas que adotam o Relato Integrado ou Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI obtêm valorização no preço de suas ações. As empresas brasileiras que divulgam Relato Integrado ou Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI possuem menor custo de capital.

3 METODOLOGIA

A presente seção trata da metodologia adotada neste trabalho, segregada nas seguintes subseções: universo e amostra do estudo, variáveis (explicativas e dependentes) e modelo empírico, sendo aplicado o utilizado nos estudos de Biderman, Mello e Schneider (2010) e Beatty e Shimshack (2011).

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA DO ESTUDO

A princípio, foi tomado como base o banco de dados da iniciativa "Relate ou Explique" disponibilizado pela BM&FBOVESPA, com 434 empresas listadas. Nessa fase, foram consideradas para compor o grupo de tratamento do estudo aquelas que, no campo "Qual metodologia seguida na elaboração dessas informações?", trazido para o ano de 2016, utilizaram a metodologia "GRI" ou "IIRC". Para o grupo de controle, foram extraídas todas as empresas que afirmaram não divulgar esse tipo de informação, ou não informaram se divulgavam, ou não, durante o período de 2013 a 2016. Posteriormente, o critério adotado para a composição da amostra do estudo foi a seleção das companhias emissoras de ações ordinárias (ON).

Foram excluídas da amostra as empresas que não possuíam todos os dados necessários para o período considerado. A amostra final compreende o total de 100 (cem) companhias, na qual contou com 52 empresas controles e 48 tratadas no período 13, início do tratamento. Ao final da análise, período 28, foram 41 controles e 59 tratadas. A análise compreenderá o período de 2010 a 2016, 28 trimestres, caracterizando o intervalo anterior e posterior necessário para a

análise Difference-in-Differences, que inclui o período de vigência da iniciativa "Relate ou Explique" da BM&FBOVESPA e o momento inicial da divulgação do Relato Integrado pelas companhias.

3.2 VARIÁVEIS DO ESTUDO

3.2.1 Variáveis Independentes

A variável tratada do estudo corresponde à divulgação ou não do Relato Integrado / Relatório de Sustentabilidade, representada por uma *dummy* que receberá o valor de 1 se a empresa divulga e 0 se não divulga. Ademais, um conjunto de variáveis de controle, dispostas no Quadro 1, foi adotado para a estimação do modelo, visando destacar o efeito da divulgação do Relato Integrado e dos Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI. Foram coletados no banco de dados do software Economatica todos os dados trimestrais referentes a cada variável utilizada.

Quanto à escolha e à relação das variáveis contábeis de controle com o preço das ações, a análise dessas variáveis propicia o entendimento acerca das oscilações no preço das ações, além de que auxilia na avaliação do desempenho de uma companhia,

Quadro 1 - Variáveis de Controle

Variáveis de Controle	Proxy	Autores de estudos
Níveis de Endividamento	Passivo Total / Ativo Total	Fama e French (1992); Lima (2007)
Alavancagem	Passivo / PL	Alencar (2007)
Tamanho da Empresa	LN Ativo Total	Hail (2002); Botosan (1997)
Rentabilidade	ROE médio = LL / PL médio	Francis, Krurana e Pereira (2003)
Retorno sobre o Ativo	Lucro Operacional / Ativo Total	Silveira, Barros e Famá (2008)
Market-to-book	Preço Da Ação / Valor Patrimonial	Alencar (2007)
Governança Corporativa	Dummy Níveis Diferenciados	Chen, Chen e Wei (2003, 2009)
Setores	Dummy Setores	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

contribuindo para reduzir o sentimento de incerteza por parte dos investidores quanto à rentabilidade dos seus investimentos (GONÇALVES; RODRIGUES; SILVA MACEDO, 2014; ZHU; NIU, 2016).

3.2.2 Variáveis Dependentes

3.2.2.1 Preço das Ações

Primeiramente, foi extraído do banco de dados do software Economática o histórico do preço das ações, sendo coletadas as cotações diárias de fechamento no período que compreende os anos de 2010 a 2016. Em seguida, foi calculada a média trimestral do preço de fechamento diário por ação, sendo representada pela média da cotação diária da ação em cada trimestre. (VASCONCELOS; GALDI; MONTE-MOR, 2016).

3.2.2.2 Custo de Capital

O custo de capital foi obtido através da fórmula do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) ou Weighted Average Cost of Capital (WACC). Para o cálculo do custo de capital próprio, foi utilizado o modelo de precificação de ativos de capital, conhecido por *Capital Asset Pricing Model* (CAPM). Foram utilizados dados trimestrais para o cálculo do WACC.

3.2.2.2.1 Modelo Adotado para o Cálculo do Custo de Capital Próprio

Dentre as diversas abordagens de modelos para o cálculo do custo de capital próprio, optou-se por utilizar o modelo CAPM. Apesar das críticas quanto à sua eficiência e à simplicidade, Assaf Neto (2009) reforça a necessidade de reconhecer que importantes estudos e testes empíricos demonstram a utilidade do modelo em fornecer os valores básicos e essenciais para uma tomada de decisão racional em condições

de risco. Não há modelo disponível na literatura que responda a todas as críticas de forma satisfatória (ASSAF NETO; LIMA; ARAÚJO, 2008). Assim, o custo de capital próprio é obtido através da Equação 1: A escolha das referidas proxies para o cálculo do custo de capital próprio baseia-se na utilização delas em estudos anteriores que tiveram como foco o mercado brasileiro.

Desse modo, foram extraídos da base de dados do software Economática os índices trimestrais do Ibovespa e os dados referentes ao valor de fechamento; em seguida, foram calculados os retornos e transformados em percentuais. Já a taxa Selic foi obtida no site do Banco Central do Brasil, considerando os dados referentes à taxa SELIC anualizada para o cálculo da média para cada trimestre e sua transformação em taxa trimestral.

3.2.2.2.2 Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC)

Ao realizar investimentos, os provedores de capital esperam uma remuneração a uma taxa que compense o risco do que foi investido. Esses retornos esperados correspondem, para a empresa, aos custos de financiamento mediante capitais próprios e de terceiros. Tais custos, ponderados pela participação relativa do capital próprio e do capital de terceiros no capital total da empresa, formam o CMPC ou WACC. Esse custo é definido mediante critério de média ponderada representada pela Equação 2:

3.3 MODELO EMPÍRICO

3.3.1 Difference-In-Differences (Diff-In-Diff)

Com o propósito de estimar o efeito da divulgação do Relato Integrado e dos

Equação 1 - Custo de Capital Próprio (CAPM)

$$K_e = R_f + \beta * (R_m - R_f)$$

Sendo:

K_e -custo de oportunidade do capital próprio;

R_f -retorno do investimento livre de risco (taxa SELIC para o período analisado);

β -risco da empresa em relação ao mercado acionário (obtido através da base de

R_m -dados do software Economática, sendo extraídos dados trimestrais);

a taxa de retorno da carteira de mercado (taxa de retorno do Ibovespa - índice Bovespa do intervalo estudado)

Equação 2 - Custo de Capital (WACC)

$$WACC = \left[K_e * \left(\frac{PL}{P+PL} \right) \right] + \left[K_i * (1 - IR) * \left(\frac{P}{P+PL} \right) \right]$$

Onde:

WACC: Custo Médio Ponderado de Capital (Weighted Average Custo of Capital);

K_e : Custo de oportunidade do capital próprio (calculado pelo modelo CAPM);

K_i : Custo de capital de terceiros (passivo oneroso) - Para o cálculo, foram consideradas as contas despesa financeira e as que compõe o passivo oneroso de curto e longo prazo, todas extraídas da base de dados do software e Economática;

IR: Alíquota do imposto de renda (34%);

PL: Capital próprio a valor de mercado (Quantidade de ações emitidas x preço de mercado da ação);

P: Capital oneroso de terceiros (Debêntures, empréstimos e financiamentos);

P+PL: Capital total investido na empresa a valor de mercado;

$\frac{P}{P+PL}$: Participação do capital de terceiros no capital total;

$\frac{PL}{P+PL}$: Participação do capital próprio no capital total.

Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI sobre o preço das ações e sobre o custo de capital, o modelo empírico utilizado foi o Difference-in-Differences, que apresenta um desenho de análise de quase-experimento, baseado em estratégia de diferenças em diferenças que efetua uma comparação entre o desempenho das empresas no período anterior e posterior à intervenção. Conforme Bernardi e Stark (2016), é obtida uma amostra de referência ausente do efeito examinado, replicando o desenho de pesquisa na amostra de referência estudada, de modo que se não for verificado efeito para a amostra em questão, é fortalecido o fato de que pode ser conferido a uma causa específica o resultado da amostra de interesse.

O modelo Diff-in-Diff para dois grupos e dois períodos analisa as tendências diferenciais para as empresas adotantes e não adotantes da divulgação do RI e do RS ao longo do tempo. Para controlar essas tendências, são incluídos efeitos fixos de empresas e tempo. Para validar internamente os estimadores Diff-in-Diff, as tendências paralelas expressam que a variação média nas variáveis

dependentes, na ausência do tratamento em questão, teria sido a mesma para as amostras de tratamento e de controle (ROBERTS; WHITED, 2013; MARTINEZ, 2016). Assim como outros problemas de endogeneidade, essa é uma hipótese pela qual são realizados testes para validar os estimadores Diff-in-Diff (MARTINEZ, 2016).

O viés de seleção está relacionado à escolha do grupo tratado, no caso em que a participação no tratamento esteja correlacionada com alguma característica não observável, que, por sua vez, é capturada pelo termo erro, causando incentivos adicionais ao tratamento que podem influenciar a variável de resultado e que acaba dificultando o isolamento do efeito causal do tratamento. No entanto, a metodologia possui a capacidade de lidar com o viés de seleção, visto que ele é gerado pela correlação das variáveis explicativas com características não observáveis, principalmente aquelas que não variam com o tempo (GHIRADINI, 2015).

O método Diff-in-Diff auxilia na resolução do problema de inserir diferenças não observadas nas características durante

a análise, ao assumir que muitas dessas características são invariáveis ao longo do tempo. Assim, quando calculada a diferença no resultado, o efeito das características, tanto observadas quanto não observadas, que são individuais e que não variam com o tempo, é cancelado (GERTLER, 2016).

3.3.2 Difference-In-Differences:

Múltiplos Períodos

Em uma configuração abrangente, com múltiplos períodos, a abordagem Difference-in-Differences cria uma estrutura maior para o problema, no entanto investiga maiores informações sobre a extensão e o momento exato da adoção da divulgação, quando comparados à versão de 2 grupos e 2 períodos, que é a mais comum, conforme Angrist e Pischke (2008).

O modelo de regressão de múltiplos períodos, de forma geral, para a empresa i no trimestre t pode ser descrito da seguinte forma, com base no estudo de Beatty e Shimshack (2011), demonstrado na Equação 3:

Equação 3 - Modelo de Regressão Diff - in - Diff de múltiplos períodos

$$AÇÃO/WACC_{it} = \sum_{i=1}^I \alpha_i Empresa + \sum_{t=1}^T \lambda_t PERÍODO_t + \beta DIVULGAÇÃO + \pi X_{it} + \xi_{it}$$

Onde:

$AÇÃO WACC$ = corresponde ao preço das ações custo de capital da i -ésima empresa, no período t ;

$DIVULGAÇÃO$ = variável dummy, assumindo valor 1 se a empresa i divulga Relato Integrado ou Relatório de Sustentabilidade no período t . caso contrário, assume o valor 0. Para as empresas que não divulgam, assume apenas o valor 0;

β = Parâmetro testado. No caso do preço das ações, c testado se o referido parâmetro c positivo, ou seja. se a divulgação aumenta o preço das ações das empresas; para o custo de capital, é testado se o β é negativo, se a divulgação reduz o custo de capital das empresas:

α = representa os efeitos fixos das empresas;

$PERÍODO$ = são as variáveis dummies de período (que correspondem a 25 períodos trimestrais de 2010 a 2016)

X = representa o vetor de variáveis de controles, referentes às características das empresas;

ξ = representa o termo de erro padrão idiossincrático.

Apesar de o modelo apresentado descartar toda a variação puramente de *cross-sectione* séries temporais, podem surgir objeções à interpretação causal quando a adoção da política se trata de uma escolha, o que a torna endógena. (BIDERMAN; MELLO; SCHNEIDER, 2010).

Desse modo, considerando os problemas que podem ser gerados pela adoção endógena da divulgação dos relatórios, uma forma de mitigação é o método escolhido, já que o desenho do modelo exerce o controle por toda heterogeneidade constante no tempo entre as empresas.

Ademais, a forma gradual da divulgação possibilita a comparação dos primeiros com os últimos adotantes, o que pode tornar a endogeneidade menor (ANGRIST; PISCHKE, 2008; BEATTY; SHIMSHACK, 2011) tendo em vista que o modelo Diff-in-Diff está suportado pela CIA (Conditional Independence Assumption), suposição básica de independência condicional das observáveis e não observáveis, assume-se que se as variáveis não observáveis não variarem ao longo do tempo, ao tirar as diferenças temporais, elas somem da regressão.

No entanto, vale salientar que o problema da causalidade decorrente da endogeneidade, no tocante à possibilidade de variáveis não observáveis

que não sejam constantes ao longo do tempo, pode não ser resolvido, nesse caso, pelo modelo, como, por exemplo, no caso em que, na adoção da divulgação dos relatórios, uma possível mudança de comportamento da empresa em variáveis não observáveis tenha afetado o preço das ações ao longo do período analisado.

4 RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise e a discussão dos resultados obtidos a partir da revisão de literatura levantada neste trabalho, estando segregada nas seguintes subseções: Principais resultados (o efeito sobre o preço das ações e sobre o custo de capital) e testes de robustez, sendo utilizado o Logaritmo Neperiano (LN) das variáveis para as estimações do modelo.

4.1 PRINCIPAIS RESULTADOS

4.1.1 Efeito sobre o Preço das Ações

Os resultados sugerem que a divulgação do Relato Integrado e dos Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI contribui para a valorização do preço das ações das empresas, mostrando-se robustos com a inserção de variáveis de controles e efeitos fixos de tempo e empresa, mantendo a significância e o sinal positivo do coeficiente, aceitando, assim, a hipótese

1. Os principais resultados das estimações do modelo Diff-in-Diff para múltiplos períodos de divulgação são apresentados na Tabela 1, da qual pode-se depreender que a divulgação do RI/RS aumenta o preço das ações, em média, em 75,93%. Estes resultados convergem para as evidências de estudos anteriores apontadas por Carvalho e Murcia (2016), em que a divulgação de práticas sustentáveis tende a ser mais valorizada no mercado financeiro, propiciando retornos positivos para os investidores. É nesse sentido que o aumento de lucro das empresas que negociam ações na bolsa de valores reflete-se em rentabilidade para os investidores detentores destas ações (STEFANI et al., 2014).

Ademais, pode-se afirmar que os resultados deste estudo são congruentes com a hipótese confirmada no estudo de Serafeim (2015), de que as empresas que integram suas informações atraem investimentos com perspectivas de longo prazo, tendo em vista que os investidores mostram-se mais propensos a comprar e deter ações de empresas que fornecem mais informações, uma vez que estas podem ser úteis para avaliar o valor da empresa e monitorar a gestão ao longo do tempo.

A partir dessas evidências, pode-se inferir que a relação positiva e

Tabela 1 - Efeito da Divulgação do RI/RS sobre o Custo de Capital

Divulgação	Preço das Ações	
		.9658767*** (.428128)
Efeito fixo (Empresa)	Sim	Sim
Efeito fixo (Tempo)	Sim	Sim
Controles	Não	Sim
Observações	2800	2788

Note: *p<0.1;**p<0.05;***p<0.01

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Tabela 2 - Efeito da Divulgação do RI/RS sobre o Custo de Capital

	Custo de Capital	
Divulgação	-1.62399 (1.672722)	.0403105 (1.898267)
Efeito fixo (Empresa)	Sim	Sim
Efeito fixo (Tempo)	Sim	Sim
Controles	Não	Sim
Observações	2800	2788

Note: * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

significante constatada está atrelada aos pressupostos Das teorias da Legitimidade e da Sinalização, tendo em vista que, ao divulgar Relato Integrado ou Relatórios de Sustentabilidade, as empresas sinalizam uma conduta de responsabilidade, que contribui para a sua legitimidade tanto diante dos investidores, gerando uma maior tendência por parte destes em prover capital, quanto dos demais *stakeholders*. (CAMPBELL; SHRIVES; BOHMBACH AAGER, 2001; DEEGAN, 2002; MAGNESS, 2006).

4.1.2 Efeito sobre o Custo de Capital

Foi estimado o efeito da divulgação do RI e RS sobre o WACC, mas os resultados não apresentaram significância, sugerindo que a divulgação do Relato Integrado e dos Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI não contribui para a redução do custo de capital das empresas, rejeitando a hipótese H2. Mesmo com a inclusão de variáveis de controles e efeitos fixos de tempo e empresa, não é revelado um efeito significativo da divulgação sobre o custo de capital. Os principais resultados das estimações do modelo são apresentados na Tabela 2.

Os resultados contrariaram a relação negativa esperada defendida por Carvalho e Murcia (2016) entre a adoção do Relato Integrado e o custo de capital. No entanto, convergem com as evidências encontradas nos estudos de Barth et al.

(2016) e Martinez (2016), de que não houve associação entre a divulgação do RI/RS e o custo de capital. Pode-se inferir que alguns aspectos podem justificar os resultados obtidos: O modelo CAPM utilizado para o cálculo do custo de capital próprio é cercado de críticas voltadas para a sua eficiência e a sua simplicidade, como destacou Assaf Neto (2009), no que tange a premissas difíceis de serem factíveis em economias emergentes, ao fato de envolver aspectos restritivos da realidade do mercado brasileiro, e a fatores como a natureza subjetiva e a dificuldade de avaliar o custo de capital (HAIL, 2002; GARRÁN, 2006; ASSAF NETO; LIMA; ARAÚJO, 2008).

Ademais, ele é marcado pela divergência na literatura quanto a sua aplicação no Brasil, ocasionando resultados empíricos inconclusivos nesse sentido (GAICHI; BORDEAUX-REGO, 2013). Dessa forma, tais justificativas baseadas na literatura convergem para os resultados obtidos neste trabalho, tendo em vista a fragilidade

da evidência empírica da relação entre a divulgação do RI/RS e o custo de capital. Por outro lado, como a adoção das empresas à divulgação de RI e RS baseados na GRI é relativamente recente, obtendo maior ênfase após a recomendação da BM&FBOVESPA em 2011 e com o início da adoção ao RI/RS ocorrida em 2013, pode-se inferir que o efeito sobre o custo de capital pode demandar mais tempo para tornar-se significativo. Carvalho e Múrcia (2016) e Oprisor (2015) confirmam essa inferência ao afirmarem que é através de tal prática que as empresas devem obter uma redução do custo de capital em médio e longo prazos.

4.2 TESTES DE ROBUSTEZ

Com o propósito de averiguar a robustez dos resultados obtidos, foram realizados testes de robustez que comprovaram a significância estatística dos parâmetros estimados com a utilização do LN do preço das ações, assegurando a significância do efeito positivo da divulgação de RI e RS sobre o preço das ações das empresas adotantes.

Tabela 3 - Efeito da Divulgação do RI/RS sobre o Valor de Mercado (Teste de Validação)

	Validação
Divulgação	.6473612 (.0355247)
Efeito fixo (Empresa)	Sim
Efeito fixo (Tempo)	Sim
Controles	Sim
Observações	2788

Note: * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Tabela 4 - Teste de Robustez (Tendência linear e quadrática)

	Tendência Linear	Tendência Quadrática
Divulgação	.7593088*** (.0404386)	.7595088*** (.0404386)
Efeito fixo (Empresa)	Sim	Sim
Efeito fixo (Tempo)	Sim	Sim
Controles	Sim	Sim
Observações	2788	2788

Note: * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

4.2.1 Teste de validação

É por ser provável que a divulgação de RI e RS deva ter impacto sobre outras variáveis de resultados, que o impacto sobre o valor de mercado é medido como exercício de validação.

A escolha dessa variável provém das evidências de que o valor de mercado é uma variável afetada diretamente pela divulgação de informações de sustentabilidade, apresentando uma relação positiva e significativa (BARTH et al., 2016; MARTINEZ, 2016; BABOUKARDOS; RIMMEL, 2016). Assim, é testado se o tratamento teve efeito sobre o valor de mercado das empresas. Para isso, foram extraídos da base de dados do software Economatica os dados referentes ao valor de mercado, sendo considerado

o Logaritmo Neperiano (LN) deste como variável dependente.

A Tabela 3 mostra o teste de validação do modelo através dos resultados dos estimadores de Diff-in-Diff do efeito da divulgação sobre o valor de mercado, evidenciando que o aumento do valor de mercado gerado pela divulgação é, em média, de 64,73%. Tendo em vista que o valor de mercado aumenta, pode-se inferir que este apresenta relação com o preço das ações, influenciando no efeito positivo e significativo identificado.

4.2.2 Tendência linear e quadrática

A Tabela 4 mostra os resultados das estimações do Diff-in-Diff inserindo uma variável relativa à tendência linear, que atribui valores iguais ao ano da observação menos 2010 (período inicial

analisado), e, em seguida, incluindo a tendência quadrática. O intuito desses testes é inserir variáveis que captem o efeito do tempo sobre o preço das ações para verificar se existe uma tendência de aumento dos preços que não esteja ligada ao tratamento. Os testes confirmam as estimações do modelo, ao apresentar coeficientes maiores e significantes evidenciando um aumento do preço das ações gerado pela divulgação, em média, de 75,93%.

4.2.3 Teste de Homogeneidade

A Tabela 5 mostra os resultados das estimações do Diff-in-Diff que foi testado o efeito da divulgação apenas com as empresas pertencentes ao nível diferenciado de governança Novo Mercado. Dentro do Novo Mercado, o efeito do tratamento é ainda maior, confirmando

Tabela 5 - Teste de Robustez (Homogeneidade)

	Homogeneidade
Divulgação	.8771574*** (.05437)
Efeito fixo (Empresa)	Sim
Efeito fixo (Tempo)	Sim
Controles	Sim
Observações	1680

Note: * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

as estimações do modelo, ao mostrar coeficientes maiores e significantes, que corresponde a um aumento do preço das ações, em média, de 87,71%.

4.2.4 Teste de Heterogeneidade

Sendo um dos integrantes sempre presente dos testes de robustez das aplicações do modelo Diff-in-Diff (ROCHA; SOARES, 2015), esse teste consiste em segregar as empresas em grupos distintos para análise, divididas em duas amostras a partir da mediana das empresas, conforme o porte/tamanho delas. Foi analisado o efeito do tratamento sobre as 50 menores e sobre as 50 maiores.

Na Tabela 6, os resultados mostram coeficientes significantes e positivos, indicando que o efeito mais forte é percebido nas empresas de maior porte, quando é evidenciado um aumento do preço das ações gerado pela divulgação, em média, de 88,85%, enquanto nas empresas de menor porte o efeito é de um aumento de 64,69%.

4.2.5 Teste *Leads and Lags*

O objetivo desse teste é averiguar o efeito da divulgação antes de ela ter sido iniciada, ou seja, esse efeito deve ser nulo, assegurando que a efetividade teve início apenas a partir de 2013, além de investigar o seu efeito após o início da divulgação. A ideia é descartar a hipótese de que as empresas poderiam ter adotado alguma política anteriormente e que esta só teve efeito depois, causando o aumento no preço das ações, não conseguindo isolar o efeito da divulgação do RI e RS. Se essa hipótese fosse confirmada, haveria um problema de erro de identificação, em que o grupo de controle acaba misturado com o grupo de tratamento.

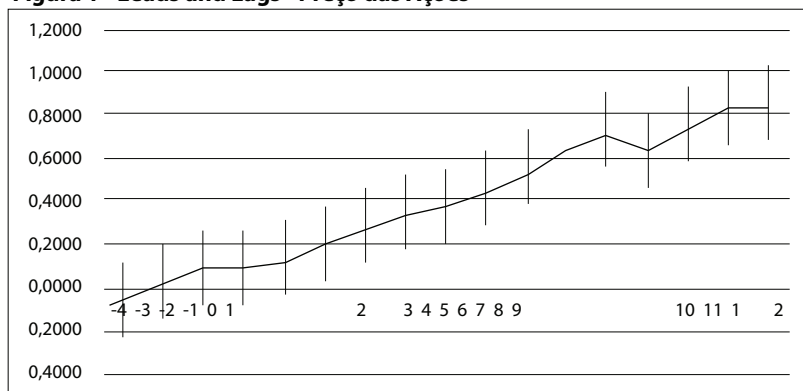
Tabela 6 - Teste de Robustez (Heterogeneidade)

	Primeira mediana (50 menores)	Segunda mediana (50 maiores)
Divulgação	6469544*** (.067237)	8885318*** (.0530391)
Efeito fixo (Empresa)	Sim	Sim
Efeito fixo (Tempo)	Sim	Sim
Controles	Sim	Sim
Observações	1397	1397

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Figura 1 - Leads and Lags - Preço das Ações



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Tabela 7 - Teste de Robustez (Diff - in - Diff - 2 grupos e 2 períodos)

	Diff-in-Diff: 2 grupos e 2 períodos	
	Preço das Ações	
Divulgação	1.409753*** (.2341795)	1.052589*** (.2037276)
Efeito fixo (Empresa)	Sim	Sim
Efeito fixo (Tempo)	Sim	Sim
Controles	Não	Sim
Observações	174	173

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Então, é esperado que o efeito comece a ser positivo apenas no período do tratamento e que ele aumente ao longo do tempo, com expectativa de que seja mais visível em médio e longo prazo. Tendo em vista que o teste *Leads and Lags* consiste em inserir variáveis do tratamento defasadas e avançadas na equação de regressão de múltiplos períodos, foram incluídas 4 variáveis defasadas e 12 avançadas, representando um período de 4 trimestres antes e 12 trimestres após o período de início da divulgação dos relatórios.

Os resultados são mostrados na Figura 1, em que as barras representam o intervalo de confiança para um nível de 95% e aquelas que não contêm o zero

apresentam significância, evidenciando que a divulgação só foi efetivada a partir de 2013, como era esperado, não sendo significativa antes desse período, e o efeito do tratamento é aumentado ao longo do tempo analisado.

4.2.6 Diff-in-Diff-2 grupos e 2 períodos

Foi realizada a estimação do diff-in-diff para dois grupos e dois períodos, considerando duas amostras de empresas: as que iniciaram o tratamento em 2013.1 (trimestre 13) e as que nunca foram tratadas. Para isso, foi criada a variável que capta o efeito do Diff-in-Diff, através da multiplicação entre as dummies de tempo (antes e depois) e

dos grupos (de tratamento e de controle).

Em seguida, é estimado o efeito do tratamento sobre o preço das ações. Os resultados dispostos na Tabela 7 mostram que as empresas que entraram no primeiro momento considerado, quando comparadas àquelas que não entraram em período algum, são significantes a 95% de confiança, possuindo coeficientes positivos e significantes, que representam um aumento total do preço das ações, em média, de 105%.

5 CONCLUSÕES

Este estudo investigou os efeitos da divulgação do Relato Integrado e dos Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI sobre o preço das ações e sobre o custo de capital das companhias abertas brasileiras. Como defendido por Carvalho e Murcia (2016), estudos que investigam os efeitos econômicos do Relato Integrado têm sua relevância atrelada ao papel de auxiliar na promoção do seu desenvolvimento, tendo em vista que a percepção de benefícios ao abraçar essa prática é que alcançará um maior número de decisores racionais. Assim, este estudo buscou contribuir para a construção do conhecimento nessa área através de evidências empíricas sobre essa abordagem emergente de divulgação corporativa, de acordo com a necessidade levantada por Zhou, Simnett e Green (2017).

A metodologia Difference-in-Differences de múltiplos períodos foi adotada para estimar o efeito da divulgação sobre o preço das ações e sobre o custo de capital. Ademais, foram realizados testes de robustez sugeridos na literatura com a finalidade de averiguar a significância dos principais resultados, comprovando um elevado nível de robustez e consistência das análises.

Dessa forma, a hipótese H1 de que empresas que divulgam

Relato Integrado ou Relatórios de Sustentabilidade baseados na GRI obtêm valorização no preço de suas ações foi aceita. Por outro lado, a hipótese H2 de que a divulgação dessas informações contribui para a redução do custo de capital das empresas foi rejeitada.

Como limitação do estudo, pode-se destacar o problema da causalidade decorrente da endogeneidade, no tocante à possibilidade da existência de variáveis não observáveis que não sejam constantes ao longo do tempo (como, por exemplo, na adoção da divulgação dos relatórios, uma possível mudança de comportamento da empresa em variáveis não observáveis que tenha afetado o preço das ações ao longo do período analisado).

Dessa forma, o modelo não resolveria o problema da causalidade, nesse caso, sendo necessário maiores investigações acerca dessas dinâmicas de variação. Para futuras pesquisas, tendo em vista o lançamento, em 2017, de uma nova iniciativa da B3, Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde é recomendado que as empresas informem, anualmente, se elaboram relatório de sustentabilidade ou integrado considerando os ODS, sugere-se que novos estudos sejam realizados tendo como base essa recente iniciativa como forma de investigar os possíveis benefícios para o desempenho das empresas ao aderir.

Sugere-se ainda a ampliação do estudo para uma amostra maior de empresas selecionadas mediante novos critérios, recomendando a utilização da metodologia Diff-in-Diff com a técnica do Propensity Score Matching, bem como a utilização de uma abordagem diferente para o cálculo do custo de capital, a fim de comparar os resultados com os obtidos neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. C. S., et al. Governança corporativa na estrutura conceitual do relato integrado: divulgações das empresas brasileiras participantes do projeto piloto do IIRC. In: CSEAR, 4, Salvador, BA. Anais. (2015). Disponível em: <<http://www.csearsouthamerica.net/events/index.php/csear/CSEAR2015/paper/view/134>>.

Acesso em: 1 out. 2017. ALENCAR, Roberta Carvalho de. Nível de disclosure e custo de capital próprio no mercado Brasileiro. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J. S. Mostly harmless econometrics: an empiricist's companion. Princeton: Princeton University Press, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti; ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de. Uma proposta metodológica para o cálculo do custo de capital no Brasil. Revista de Administração, USP, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 72-83, 2008. BABOUKARDOS, Diogenis; RIMMEL, Gunnar.

Value relevance of accounting information under an integrated reporting approach: A research note. Journal of Accounting and Public Policy, v. 35, n. 4, p. 437-452, 2016. BARTH, Mary E. et al. The economic consequences associated with integrated report quality: early evidence from a mandatory setting. University of Pretoria, unpublished working paper, 2016.

BEATTY, Timothy KM; SHIMSHACK, Jay P. School buses, diesel emissions, and respiratory health. Journal of Health Economics, v. 30, n. 5, p. 987-999, 2011. BERNARDI, C., & STARK, A. W. Environmental, social and governance disclosure, integrated reporting, and the

accuracy of analyst forecasts. *The British Accounting Review*. 2016.

BIDERMAN, Ciro; DE MELLO, João MP; SCHNEIDER, Alexandre. Dry laws and homicides: evidence from the São Paulo metropolitan area. *The economic journal*, v. 120, n.543, p. 157-182, 2010.

BOTOSAN, Christine A. Disclosure level and the cost of equity capital. *Accounting review*, p. 323-349, 1997. BRAMMER, Stephen J.; PAVELIN, Stephen.

Corporate reputation and social performance: The importance of fit. *Journal of Management Studies*, v. 43, n. 3, p. 435-455, 2006. BUITENDAG, Natasha; FORTUIN, Gail S.; DE LAAN, Amber. Firm characteristics and excellence in integrated reporting. *South African Journal of Economic and Management Sciences*, v. 20, n. 1, p. 1-8, 2017. CAMPBELL, D., SHRIVES, P., & BOHMBACH SAAGER, H. Voluntary disclosure of mission statements in corporate annual reports: signaling what and to whom?. *Business and society review*, 106(1), 65-87, 2001.

CARVALHO, Nelson; MURCIA, Fernando Dal-Ri. The Relationship Between Integrated Reporting and Cost of Capital. In: *Integrated Reporting*. Palgrave Macmillan UK, 2016. p. 253-268. CHEN, Kevin CW; WEI, Kuo-Chiang John; CHEN, Zhihong. Disclosure, corporate governance, and the cost of equity capital: evidence from Asia's emerging markets. 2003.

Legal protection of investors, corporate governance, and the cost of equity capital. *Journal of Corporate Finance*, v. 15, n. 3, p. 273-289, 2009. CHENG, M., GREEN, W., CONRADIE, P., KONISHI, N., & ROMI, A. The international integrated reporting framework: key issues and future research opportunities. *Journal of*

International Financial Management & Accounting, 25(1), 90-119, 2014. CHIU, CHIN. *Integrated Reporting: Exploring the effects of Integrated Reporting in South Africa*. Erasmus University Rotterdam. 2015/2016. Disponível em: <https://thesis.eur.nl/pub/34223/M51-Chiu_405821.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2017. CHRISTOFI, Andreas; CHRISTOFI, Petros; SISAYE, Seleshi. Corporate sustainability: historical development and reporting practices. *Management Research Review*, v. 35, n. 2, p. 157-172, 2012. COSTA, I. L. de S. et al.

O Impacto do Disclosure Voluntário: O Valor da Empresa e as Informações Socioambientais nas companhias abertas. 2017. Disponível em: <<http://login.semead.com.br/20semead/arquivos/1049.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

CRISTÓFALO, R. G., AKAKI, A. S., ABE, T. C., MORANO, R. S., & MIRAGLIA, S. G. E. K. Sustentabilidade e o mercado financeiro: estudo do desempenho de empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial (ISE). *REGE-Revista de Gestão*, 23(4), 286-297, 2016. DEEGAN, C. Introduction: the legit imising effect of social and environmental disclosures - a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15 (3), 282-311, 2002.

ECCLES, Robert G.; IOANNOU, Ioannis; SERAFEIM, George. The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance. *Management Science*, v. 60, n. 11, p. 2835-2857, 2014. EL GHOUL, Sadok et al.

Does corporate social responsibility affect the cost of capital?. *Journal of Banking & Finance*, v. 35, n. 9, p. 2388-2406, 2011. ERNST & YOUNG. *Relato Integrado: pensamento,*

estratégia e valor compartilhado. 2014. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/\\$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2017. FAMA, Eugene F.; FRENCH, Kenneth R. The cross section of expected stock returns. *The Journal of Finance*, v. 47, n. 2, p. 427-465, 1992. FAVARETTO, S. C. "Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado: um case brasileiro de sucesso". 2016. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique/> Acesso em: 24 out. 2017.

FRANCIS, Jennifer; NANDA, Dhananjay; OLSSON, Per. Voluntary disclosure, earnings quality, and cost of capital. *Journal of accounting research*, v. 46, n. 1, p. 53-99, 2008. FRANCIS, Jere R.; KHURANA, Inder K.; PEREIRA, Raynolde. Global evidence on incentives for voluntary accounting disclosures and the effect on cost of capital. 2003. _____. Disclosure incentives and effects on cost of capital around the world. *The Accounting Review*, v. 80, n. 4, p. 1125-1162, 2005. FRANKEL, Richard; MCNICHOLS, Maureen; WILSON, G. Peter.

Discretionary disclosure and external financing. *Accounting Review*, p. 135-150, 1995. FRÍAS-ACETTUNO, J. V.; RODRÍGUEZ-ARIZA, L.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M. Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study. *Journal of cleaner production*, v. 44, p. 45-55, 2013.

Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652612006506>>. Acesso em: 01 out. 2017. GAICHI, Daniel Hermdorff Vellozo; BORDEAUX-REGO, Ricardo.

Cálculo do custo do capital próprio no Brasil: análise crítica do laudo de avaliação da Vale Fertilizantes. Relatórios de pesquisa em engenharia de produção, v. 13, n. 3, p. 29-41, 2013.

GARRÁN, Felipe Turbuk. Metodologias em uso no Brasil para a determinação do custo de capital próprio para avaliação de ativos por fluxo de caixa descontado. 2006. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 2006. GEBHARDT, William R.; LEE, Charles; SWAMINATHAN, Bhaskaran. Toward an implied cost of capital. *Journal of accounting research*, v. 39, n. 1, p. 135-176, 2001. GERTLER, Paul J. et al. Impact evaluation in practice. World Bank Publications, 2016. GHIRADINI, Pedro Paulo Bartholo. Regressão diferenças em diferenças: uma análise de fusões no setor hospitalar brasileiro. 2015. 57 f., il. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE -GRI. Relatórios de sustentabilidade da GRI: quanto vale essa jornada?. Series de aprendizagem da GRI, 2012. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resource/library/Portuguese-Starting-Points-2-G3.1.pdf>. Acesso em 30 out. 2017. _____. About GRI. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em 30 out. 2017. GODE, Dan; MOHANRAM, Partha. Inferring the cost of capital using the Ohlson–Juettner model. *Review of accounting studies*, v. 8, n. 4, p. 399-431, 2003. GONÇALVES, J. C.; RODRIGUES, A.; SILVA MACEDO, M. A.

Poder explicativo de variáveis contábeis no preço das ações das companhias elétricas em ambiente de IFRS. *Revista Ambiente Contábil*, v. 6, n. 1, p. 219, 2014. HAIL, Luzi. The impact of voluntary corporate disclosures on the ex-ante cost of capital

for Swiss firms. *European Accounting Review*, v. 11, n. 4, p. 741-773, 2002. HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. The effect of firms' financial disclosure strategies on stock prices. *Accounting Horizons*, v. 7, n. 1, p. 1, 1993.

HOU, Kewei; VAN DIJK, Mathijs A.; ZHANG, Yinglei. The implied cost of capital: A new approach. *Journal of Accounting and Economics*, v. 53, n. 3, p. 504-526, 2012. INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). A estrutura internacional para Relato Integrado. 2013.

Disponível em: <http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2014/04/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017. JENSEN, Michael C. Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function. *Journal of applied corporate finance*, v. 14, n. 3, p. 8-21, 2001. KIM, Suhee; MAAS, Karen; PEREGO, Paolo. The Effect of Publication, Format and Content of Integrated Reports on Analysts' Earnings Forecasts. 2017. KPMG Environmental Consulting. KPMG International Survey of Environmental Reporting. 1999. Disponível em: <http://dare.uva.nl/document/2/121>.

Acesso em: 01 out. 2017. LAMBERT, Richard A.; LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. Information asymmetry, information precision, and the cost of capital. *Review of Finance*, p. rfr014, 2012. LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras. 2007.

Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. MADALENA, Joana Duarte et al. Estudo dos Relatórios de Sustentabilidade

GRI de Empresas Brasileiras. *Electronic Journal of Management, Education and Environmental Technology (REGET)*, v. 20, n. 1, p. 566-579, 2016. MAGNESS, V. Strategic posture, financial performance and environmental disclosure: an empirical test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(4), 540-563, 2006.

MARTINEZ, Carlos Roberto. Effects of Integrated Reporting on the Firm's Value: Evidence from Voluntary Adopters of the IIRC's Framework. 2016. OPRISOR, T. Auditing Integrated Reports: Are there Solutions to this Puzzle?. *Procedia Economics and Finance*, v. 25, p. 87-95. 2015.

Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567115007169>. Acesso em: 09 out 2017. PHILLIPS, N.; LAWRENCE, T. B.; HARDY, C. Discourse and institutions. *Academy of management review*, v. 29, n. 4, p. 635-652, 2004. ROBERTS, R. W. Determinants of Corporate social responsibility disclosure: an application of stakeholder. *Accounting Organizations and Society*, v. 17, p. 596-612, 1992. ROBERTS, Michael R.; WHITED, Toni M. Endogeneity in empirical corporate finance. In: *Handbook of the Economics of Finance*. Elsevier, 2013. p. 493-572. ROCHA, Rudi; SOARES, Rodrigo R. Water scarcity and birth outcomes in the Brazilian semiarid. *Journal of Development Economics*, v. 112, p. 72-91, 2015.

ROMOLINI, Alberto; FISSI, Silvia; GORI, Elena. Exploring Integrated Reporting Research: Results and Perspectives. *International Journal of Accounting and Financial Reporting*, v. 7, n. 1, p. 32-59, 2017. ROVER, Suliani. Disclosure socioambiental e custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil. 2013. Tese de Doutorado.

Universidade de São Paulo. 2013.
ROVER, Suliani et al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, v. 47, n. 2, p. 217-230, 2012. ROVER, Suliani et al. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental.

Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 3, p. 53-72, 2008. SERAFEIM, G. Integrated Reporting and investor clientele. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 27, n. 2, p. 34-51, 2015. STEFANI, Débora Mendes et al. A Bolsa De Valores Sob A Ótica Dos Investidores Francanos: estudo preliminar. *Fórum de Administração*, v. 5, n. 1, 2014. VASCONCELOS, R. de. F.; GALDI, F. C.; MONTE-MOR, D. S. Transações de insiders e impacto na rentabilidade e valor das empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 10, n. 26, 2016. VERRECCHIA, Robert E. Discretionary disclosure. *Journal of accounting and economics*, v. 5, p. 179-

194, 1983. _____. Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001. WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Toward a positive theory of determination of accounting standards. *The Accounting Review*, v. LIII, n. 1, pp. 112-134, 1978.

WU, Shih-weij; LIN, Fengyi; WU, Chia-ming. Corporate social responsibility and cost of capital: An empirical study of the Taiwan stock market. *Emerging Markets Finance and Trade*, v. 50, n. sup1, p. 107-120,

2014. XU, Shan; LIU, Duchij; HUANG, Jianbai. Corporate social responsibility, the cost of equity capital and ownership structure: An analysis of Chinese listed firms.

Australian Journal of Management, v. 40, n. 2, p. 245-276, 2015. ZHOU, Shan; SIMNETT, Roger; GREEN, Wendy. Does integrated reporting matter to the capital market?. *Abacus*, v. 53, n. 1, p. 94-132, 2017. ZHU, B; NIU, F. Investor sentiment, accounting information and stock price: Evidence from China. *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 38, p. 125-134, 2016.



Raimundo Nonato Rodrigues

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Professor associado da Universidade Federal de Pernambuco e líder do projeto CNPq intitulado: Sustentabilidade: Econômica, Social, Ambiental e Governança.



Jaianne Rodrigues de Albuquerque

Mestra em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco -UFPE. Graduada em Ciências Contábeis pela UFPE. Técnica em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco -IFPE.



Yony de Sá Barreto Sampaio

Ph.D. Program Economias Agrária e Recursos Naturais na Universidade de Grenoble. Professor titular da Universidade Federal de Pernambuco.



Gustavo Ramos Sampaio

Doutor em Economia Aplicada pela University of Illinois at Urbana-Champaign. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.



Rodrigo Gomes de Arruda

Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco -UFPE. Professor da Faculdade Nova Roma.

A coluna Conversa Afinada desta edição, traz uma entrevista com Francisco de Assis Galvão Barreto, contador pernambucano, presidente da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon), conhecido pelo trabalho desenvolvido como professor universitário e na educação do estado. Formado em Economia e Ciências Contábeis, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pós-graduado em Controladoria e Administração de Marketing pela Universidade de Pernambuco (UPE); com mestrado em Economia Internacional pela UFPE e curso de Formação de Professores pela Fafire. Atualmente, o acadêmico ainda trabalha na Câmara de Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE).

Para o Sr., qual a importância em fazer parte da história da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon)?

R – Fazer parte da história da Apecicon é algo de muito orgulho. É o sonho de todos os contadores, pois é nela que se atinge o auge acadêmico da profissão em nosso estado. Sou grato por ter escolhido a contabilidade como minha profissão, embora também tenha a formação de economia em meu currículo.

De que forma a Academia contribui para o conhecimento e a preservação da profissão contábil em Pernambuco?

R – A Apecicon contribui imensamente na preservação da profissão contábil, pois seus membros são grandes profissionais da Contabilidade, que atuam em vários segmentos. Pertencer à Academia não é somente se tornar um imortal da Contabilidade, é ser reconhecido como um expoente da profissão na qual se atua.



Em sua opinião, quais os principais desafios e conquistas para os profissionais da Contabilidade, visto o atual cenário brasileiro? O que esperar do futuro da carreira contábil?

R – Esta é uma questão que precisa se dismistificar, em relação à profissão do contador. O cenário brasileiro da atualidade é muito discutido e controverso, face às interpretações que são levantadas, principalmente pelo avanço da tecnologia. Todas as ciências são mutáveis e aí está, por consequência, sua maior valorização. Jamais poderia ficar estagnada; no entanto, é importantíssimo o profissional estar sempre atualizado. O futuro da Contabilidade sempre estará presente.

Para o Sr., qual a importância da manutenção de grupos e entidades que prezam pelo desenvolvimento acadêmico da contabilidade nos dias de hoje?

R – A manutenção dos grupos e/ou entidades contábeis é deveras importante, pois vem consolidando e aperfeiçoando as suas atividades, contribuindo direta ou indiretamente para o viés acadêmico. O importante é se ter a cons-

ciência de que não há dicotomia entre os grupos ou as entidades, pois cada qual, embora independente, é parte do conjunto que representa as Ciências Contábeis. Prestigiá-las é uma obrigação de todos nós.

De que forma o Sr. ingressou na Contabilidade?

R – Foi uma situação inusitada, pois na ocasião eu cursava o Científico no Colégio Salesiano e todos os dias que ia caminhando para o colégio, passava pela Faculdade de Economia, na Rua do Hóspicio, em Recife, e lá estava escrito "Curso Técnico de Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas"; vi ali uma forma de crescimento. Tranquei o colegial e ingressei no curso técnico; em seguida, ainda em busca de crescimento, fiz o curso de Economia, mas não deu certo. Já havia tomado a "vacina" da Contabilidade e fiz o Bacharelado em Ciências Contábeis. Profissão que desempenho com a maior satisfação até os dias de hoje.

Em sua opinião, de que maneira a educação atua como agente transformador nas vidas dos jovens?

R – A educação, e não somente a

escolar, mas desde a infância pela educação dos pais, do colégio e da universidade, é primordial para transformar uma vida. Vale salientar que a educação, em todas as suas formas, é um agente transformador por excelência, principalmente para os jovens, pois é o alicerce de sua existência. Neste processo de troca de saberes entre professores e alunos há uma construção, que nada mais é do que o seu desenvolvimento pessoal.

Por falar em educação, o Sr. é conhecido por ser atuante no ambiente acadêmico, em cursos e palestras. Após esses anos de experiência, como o Sr. enxerga a atual interação entre tecnologia e educação tradicional?

R – Para nós professores o impacto da tecnologia é algo a ser considerado, mas aí está a grande virtude da adaptação. O ambiente acadêmico atual é totalmente diferente daquele de trinta, vinte anos atrás. Nós somos protagonistas pedagógicos dessa interação e temos que lembrar do behaviorismo que é, antes de tudo, uma filosofia do comportamento humano. E este comportamento é bastante variado. Para nós educadores será sempre

um grande desafio.

Já foram realizadas oito edições do Encontro Pernambucano de Contadores com a Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Academicon). Comente sobre este evento.

R – O Academicon, por nós instituído, é um evento anual que congrega os acadêmicos e contadores em geral e que demonstra à sociedade, através de suas atividades e seus palestrantes, a importância da Academia para a profissão contábil. É uma prestação de contas de seu movimento e um incentivo aos contadores em geral, mostrando que aí está o ápice de sua profissão. Neste evento é entregue a Medalha de Mérito Prof. Dr. Francisco Ribeiro Filho, a um profissional de destaque, escolhido anteriormente, por uma comissão específica para tal fim.

Qual a experiência mais enriquecedora que a Contabilidade lhe proporcionou?

R – Diria “experiências mil”, pois foi através da Contabilidade que galghei importantes funções na profissão (Controller, Diretor, Superintendente), em empresas nacionais e multinacionais, como também me deu a oportunidade de atuar

na vida acadêmica, como professor e coordenador, além de contribuir com a experiência, para o Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, o que é muito gratificante.

“ Foi através da Contabilidade que galghei importantes funções na profissão (Controller, Diretor, Superintendente), em empresas nacionais e multi-nacionais, em minha carreira, como também nos deu a oportunidade de atuar na vida acadêmica, como professor e coordenador. ”



O CONSUMIDOR VERDE

INTRODUÇÃO

Recentemente é possível verificar o aparecimento de um outro tipo de consumidor mais atento às questões ambientais relacionadas à gestão empresarial; este, por sua vez, não é mais um consumidor comum, mas alguém que busca consumir produtos fornecidos por empresas que possuam uma política ambiental clara e satisfatória: este é o chamado consumidor verde.

Na visão de Layrargues (2000, p. 85), o consumidor verde é alguém que faz suas escolhas de compra levando em consideração não somente qualidade e preço, mas o fato de ser ambientalmente correto, ou seja, para este consumidor o produto não pode ser prejudicial ao ambiente em nenhuma etapa do seu ciclo de vida, pois acredita-se que o simples ato da compra determina uma atitude de depredação ou preservação.

Assim, transfere-se o ônus da responsabilidade ambiental também para a sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O consumidor verde é, portanto, alguém

que analisa antes da compra, os benefícios ou malefícios que estará fazendo ao meio ambiente em comprar determinado produto, uma vez que os produtos com certificações ISO, selo verde ou outras de caráter ambiental comprovam que a empresa tem ações voltadas à preocupação com a preservação do meio ambiente. Tavares e Irving (2005, p. 89) verificam que produtos como sabonetes, xampus, camisas, perfumes, bichos de pelúcia, dentre tantos outros, podem vir com um novo diferencial: o selo verde de qualidade. Para as empresas, ser ecologicamente correto é uma estratégia de marketing que surge e incentiva diversos atores sociais interessados pelos produtos que formam o mercado verde.

Assim, as relações entre a sociedade e o meio ambiente ganham novos contornos e dimensões, por meio de uma visão de desenvolvimento sustentável, e surge o consumo verde como um novo dispositivo de controle social identificado na pós-modernidade, como uma das possíveis estratégias de produção da sociedade de controle.

Atualmente há dois fatores que merecem destaque. O primeiro está na existência de leis que regulam as práticas das

“ Na visão de Layrargues (2000, p. 85), o consumidor verde é alguém que faz suas escolhas de compra levando em consideração não somente qualidade e preço, mas o fato de ser ambientalmente correto. ”

empresas, havendo a possibilidade de apresentação de denúncias e aplicação de multas para as empresas que transgredem as leis; o segundo se encontra no atendimento a normas e princípios ambientais que se constitui em um diferencial competitivo para as empresas e que levam os consumidores à possibilidade real de escolher um produto certificado por práticas ambientais corretas ou não.

Com as novas tendências econômicas, sociais, políticas e culturais emergindo, os paradigmas inevitavelmente se modificam em todos os ramos do

conhecimento; a partir desse cenário, o ser contemporâneo começa a perceber os riscos apresentados pelos modelos de desenvolvimento vigentes, bem como a sua responsabilidade para o bem-estar das gerações futuras, incluindo entre as suas preocupações questões como a conservação do meio ambiente, sobretudo dos recursos naturais não-renováveis (TAVARES; IRVING, 2005, p. 80) Bandeira-de-Mello et al. (2003, p. 1) notam que a aceitação da formulação de Agendas 21 locais pelos países signatários da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio92) que foi patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU), intensificou a vontade dos países em buscarem políticas de desenvolvimento sustentável. Para atingir este grau de desenvolvimento, as empresas produtivas precisarão demonstrar para a sociedade a sua posição deresponsabilidade social e ambiental, além da viabilidade econômica. Para que isso se torne realidade, muitas organizações estão repensando sua forma de produção e buscando soluções técnicas que respeitem o meio ambiente e aumentem a sua competitividade no mercado. Destarte, nos últimos anos, a preocupação ambiental no Brasil tem crescido e se tornado motivo de pesquisas voltadas às práticas ecologicamente mais corretas. Com a intensa degradação ambiental e as repercussões desta em relação à vida das pessoas, tornou-se necessário buscar formas de preservar o que existe e evitar maiores danos à natureza, uma vez que estes repercutem na vida de todos os seres vivos.

Demajorovic e Sanches (1999, p. 1) notam que, em resposta às novas demandas e necessidades dasociedade e adequando o discurso e a prática empresarial a esta nova realidade,

“Com as novas tendências econômicas, sociais, políticas e culturais emergindo, os paradigmas inevitavelmente se modificam em todos os ramos do conhecimento”

conceitos como ética, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável assumem um papel cada vez mais importante nas estratégias das organizações. Ou seja, o espaço para empresas que se restringem apenas à geração de riqueza estão ficando cada vez menores e devem ser contempladas, cada vez mais, as dimensões social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variável ambiental passa, então, a fazer parte do processo decisório empresarial, deixando assim de ser um fator exógeno e, até, antagonico. Observa-se que, diante das transformações da economia mundial, o desempenho ambiental passou a integrar as exigências de qualidade nos bens e serviços. Logo, as empresas bem-sucedidas serão aquelas que consigam superar os desafios advindos da incorporação da variável ambiental em suas estratégias de longo prazo e que possam aproveitar as oportunidades

que estão surgindo. Portanto, a consciência verde vem como um despertamento incentivado pelos movimentos ambientalistas no sentido de conscientizar pessoas e instituições para a necessidade de preservação ambiental e da superação dos diversos problemas que até então estavam sendo causados à natureza. Hoje, então, mais intensamente se pode notar o gradativo surgimento de mais empresas verdes.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=583>>. Acesso em: 27 dez. 2018. DEMAJOROVIC, J.; SANCH E S, C. S. Aprendizado e indicadores ambientais: perspectivas paraas organizações. Anais do XXII. Encontro Nacional dos Programas de Pósgraduação em Administração –ENANPAD, Foz do Iguaçu, 1999.F TAVARES, MA IRVING –Comum, Rio de Janeiro, 2005.Comum -Rio de Janeiro -v.10 -nº24 -p. 79 a 96 -janeiro / junho 2005. LAYRARGUES, P. P. A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia a poluição. Dissertação (Mestrado) -Eicos/ UFRJ, 2000.



RICARDO DELFINO GUIMARÃES

Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba -CESVALE-PI, especialista em Direito e Gestão de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC-SC. Mestre em administração de empresas pela UNIVALI-SC. Doutorando em engenharia e gestão do conhecimento –UFSC-SC.



PERFIL

Lucilene Florêncio Viana

O Perfil desta edição traz uma das contadoras de atual destaque no cenário brasileiro. Lucilene é acadêmica manauara recém-empossada da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e vice-presidente de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Lucilene também é mestre em Contabilidade e Controladoria, especializada em Administração Pública, Auditoria e Direito Tributário além de atuar como professora.

Qual a importância do Controle Interno na gestão de um conselho tão atuante quanto o CFC? De que forma você tem desenvolvido seu trabalho como vice-presidente?

R – O Controle Interno, em qualquer entidade, representa a segurança do administrador de que tudo está funcionando conforme as normas e diretrizes vigentes, e é fundamental para o gestor público, uma vez que este responde pelos atos que realiza ou delega a terceiros para praticar em seu nome.

Dessa forma, todo administrador deverá se valer de um Controle Interno forte e independente para melhor desempenhar suas funções e

salvaguardar a gestão. O Controle Interno não deve ser visto como “entrave” para a gestão, mas, sim, como um parceiro da administração de qualquer organização. Neste contexto, a Vice-Presidência de Controle Interno, no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tem como atribuição auxiliar a Direção do CFC no planejamento, no controle e na avaliação da execução orçamentária e financeira dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Entre outras funções, compete ainda à vice-presidência coordenar os trabalhos da Câmara de Controle Interno e atuar, por meio de processos de auditoria, em caráter orientativo e preventivo, de forma a contribuir para a melhoria constante da gestão do Sistema CFC/CRCs. Seguindo essas premissas, buscamos desenvolver o nosso trabalho na Câmara de Controle Interno do CFC, auxiliando na gestão, de forma efetiva e preventiva.

Diante do atual cenário de mudanças tecnológicas e sistemáticas, como a Sr.^a enxerga o futuro do profissional da contabilidade brasileira?

R – A evolução dos dispositivos tecnológicos e de sistemas avançados

na Contabilidade, como ferramenta de trabalho, estão transformando não só o método como a profissão tem laborado, mas também como será refletida no futuro, uma vez que trará vantagens ao cliente e ao profissional da contabilidade.

A tecnologia deve ser vista como uma oportunidade de agregar valor aos serviços a serem oferecidos como um diferencial de mercado diante da concorrência, em que o contador poderá se prospectar no cenário empresarial, otimizando processos e facilitando tarefas do dia a dia, tendo mais tempo para as atividades de análise, planejamento e consultoria, contribuindo assim para a tomada de decisão das empresas de forma estratégica. As ferramentas digitais podem contribuir para a educação do empresário quanto as suas responsabilidades de maneira mais diligente. Seu uso proporcionará maior agilidade que o trabalho manual que ele tem hoje de separar documentos para envio à contabilidade, considerando a possibilidade de integração entre os diversos sistemas existentes.

Para a Sr.^a, qual a relevância em integrar a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon)?



R–Integrar o corpo de acadêmicos da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) é alcançar níveis de aspiração e de responsabilidade elevados. Ocupar a Cátedra n.º 15, que tem como patrono José Amado do Nascimento (SE), que com o vigor da sua personalidade e o poder da sua inteligência, deu notoriedade à classe contábil sergipana com reconhecimento no país, é ser duplamente responsável e honrada. Registro o meu eterno respeito, agradecimento e consideração pela confiança em mim depositada, especialmente aos que me indicaram, homologaram e votaram no meu nome.

Reitero que é uma honra ocupar essa cadeira e coloco-me à disposição para juntamente com o seletivo grupo de intelectuais da Abracicon, auxiliar visando à promoção da valorização educacional, cultural, além do desenvolvimento filosófico, científico e tecnológico das Ciências Contábeis.

Comente sobre a condecoração “Mulher destaque na sociedade manauara”.

R – A condecoração “Mulher destaque

na sociedade manauara” é realizada anualmente pela Câmara Municipal de Manaus a mulheres com trabalhos de destaque em prol da sociedade manauara. A escolha do meu nome se deu em razão de minha atuação como Controladora–Geral do Município, implementando ações de Combate à Corrupção, realizando a 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social – Consocial, em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), com o objetivo de promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública; além de contribuir para um controle social mais efetivo e democrático que garanta o uso correto e eficiente do dinheiro público.

De acordo com a sua experiência dentro do Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, de que modo a Sr.ª vê o papel desempenhado pelos Conselhos regionais para os profissionais a Contabilidade?

R – O papel desempenhado pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, é de fundamental importância para o

exercício da profissão contábil, que tem como principal função a fiscalização do exercício profissional no âmbito de sua jurisdição, seguindo as normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Em relação ao seu papel atinente à fiscalização, o CRC é responsável por supervisionar a atuação dos profissionais da contabilidade e garantir que os normativos estejam sendo observados por parte desses profissionais. A fiscalização exercida pelo CRC é de caráter preventivo e, dependendo do grau de infração, poderá ser punitivo, de acordo com o Código de Ética da profissão. Para tanto, a entidade procura divulgar os normativos que regem o exercício da profissão, que disciplinam o relacionamento do profissional com seus clientes. Além da função fiscalizadora, o CRC atua na promoção de programas de educação continuada, a fim de aprimorar a formação dos profissionais da área.

O profissional da contabilidade desempenha importante papel na sociedade na medida em que as informações contábeis por eles geradas

demonstram a situação patrimonial das organizações, que contribuem para o processo decisório dos usuários internos e externos dessas informações.

De que forma a Sr.^a enxerga o papel atual das faculdades de Ciências Contábeis no Brasil? As instituições estão preparadas para ensinar a Contabilidade para as novas gerações?

R – Com a exigibilidade do Exame de Suficiência, aliado à evolução tecnológica, reforça a necessidade de as instituições de ensino oferecerem boa formação por meio do seu corpo de docentes dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, pois para os discentes interessados em exercer a profissão de contador, não bastará ter o diploma, mas será necessária a aprovação no Exame.

Assim, para avançar na formação de profissionais cada vez mais competentes, as instituições precisam se reinventar no processo de ensino-aprendizagem, adequando seus currículos à realidade do mercado, levando em conta as ramificações da Contabilidade. Nesse sentido, observa-se que as instituições de ensino devem estar preocupadas em formar o contador em sua essência, para que saiba pensar os processos e auxiliar as empresas na tomada de decisão, apresentando ferramentas para melhor desempenhar o seu trabalho, por meio de “metodologias ativas”, por exemplo. Ressalto que o exercício da docência é de suma importância para o progresso da sociedade.

De acordo com sua experiência, qual recado daria aos profissionais da contabilidade que estão se sentindo ameaçados no atual mercado de trabalho?

R – O meu recado aos profissionais da contabilidade é que não se sintam ameaçados, pois estamos entre as profissões com maior nível de empregabilidade. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 93% dos profissionais formados em Ciências Contábeis

encontram-se no mercado de trabalho.

Constituímos uma classe com mais de 500 mil profissionais habilitados para desempenhar a profissão. Com isso, o Brasil se destaca no cenário internacional como Case de Sucesso em organizar e disciplinar o exercício da profissão contábil, normatizando diretrizes a serem atendidas em todo o território nacional. Temos a nosso favor o avanço da tecnologia, pois possibilita melhor atender aos nossos clientes, aconselhando e alertando sobre questões do dia a dia, pertinentes ao desempenho e possíveis melhorias na gestão, assessorando as empresas.

Já está pacificado o quanto a tecnologia está a serviço da Contabilidade, auxiliando o profissional com plataformas relacionadas à burocracia presente em nosso país, e quanto mais burocrático for o ambiente, melhor será para quem tem interesse em explorar esse mercado fiscal brasileiro. Sabemos que nas Ciências Contábeis não há burocracia, nota fiscal ou cálculo de impostos. A tendência do novo Governo brasileiro é de simplificar, desburocratizar e dar condições para que todo empreendedor possa, de forma autônoma, se relacionar com o Fisco sem intermediários. Contudo, até que sejam implementadas as ações, os profissionais da contabilidade estarão a postos para contribuir com seus clientes.

Por fim, recomendo que os profissionais da contabilidade fiquem atentos também às novidades tecnológicas fora do universo contábil. Um aplicativo para celular que facilite a comunicação com seu cliente e impulse a produtividade de seus colaboradores, pode ser um diferencial, ou seja, praticar a contabilidade disruptiva apresentando um serviço de qualidade, sair do tradicional, se tornar um parceiro do cliente e entregar mais valor ao serviço, sem cobrar a mais por isso.

Como contadora, qual foi a melhor experiência que a educação lhe proporcionou?

R– A educação é essencial em qualquer profissão, e para mim então que sou contadora e educadora a educação está no “sangue”; considerando a necessidade de contínua atualização às mudanças, ao mercado globalizado. Isso já não se traduz em um grande diferencial competitivo, tornando-se uma condição elementar para qualquer profissional.

Para a nossa profissão, a educação é uma necessidade ainda maior, em razão da enorme complexidade do sistema tributário brasileiro e da quantidade de obrigações acessórias.

Assim, tão importante quanto os números. Nesse sentido, o Conselho Federal de Contabilidade instituiu o Programa de Educação Continuada, por meio da norma NBC PG 12 (R3), que objetiva atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, as habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético dos profissionais da contabilidade que atuam no mercado de trabalho como auditores independentes, responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou que exerçam funções de gerência/chefia na área contábil das empresas reguladas e/ou supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) ou consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/2007.

E, também, as entidades sem finalidade de lucros que se enquadrarem nos limites monetários da citada lei. A melhor experiência que a educação me proporcionou foi o meu desenvolvimento e crescimento profissional. Aliada a isso está a minha satisfação, enquanto educadora, em presenciar o destaque dos meus alunos no cenário contábil, seja como empresários; auditores públicos e independentes; peritos e representantes de nossa classe perante os órgãos públicos e no próprio Conselho Regional de Contabilidade.



Editor: Clóvis Belbute Peres

Nessa edição inauguramos um novo formato para essa seção. Compostemos sempre uma obra recente e instigante com outra mais antiga e consagrada. Esperamos com isso trazer aos leitores não apenas as novidades de sucesso, mas o conhecimento de autores e textos que marcaram tempos passados. Boa leitura!



O fim dos bancos: moeda, crédito e a revolução digital

Autor: Jonathan McMillan

Ed: Portfolio-Penguin

Ano: 2018

Título Original: The End of Banking: Money, Credit and the Digital Revolution

Apesar de ser uma obra recente no Brasil (mesmo a edição original em inglês é de 2014), cheguei até esse livro em um "sebo", durante uma viagem de trabalho a Campinas. Comprei-o sem muito acreditar, quase por impulso. Que grata surpresa! O livro é interessante no estilo da escrita, na proposta ativamente defendida e até mesmo nos detalhes de sua criação.

O estilo é claríssimo. Direto. O autor escreveu para leigos, mas o conteúdo é rigoroso. Inicia diferenciando o sistema financeiro do bancário bem como os bancos das atividades bancárias. Advoga que as atividades – importantes no início da revolução industrial – tornaram-se não apenas anacrônicas, mas fonte de instabilidade e das crises. O texto é uma narrativa bem tramada e deliciosa em especial para o profissional da contabilidade.

O autor utiliza a ideia de Balanço Patrimonial e de partidas dobradas em muitas partes da obra. Inicialmente, para mostrar como moeda é criada no sistema bancário, e como ativos financeiros podem ser diferenciados de ativos não financeiros. Mais, interessante, utiliza-se da contabilidade como ferramenta fundamental na nova economia digital e descentralizada.

A história do livro traz uma magia própria. Jonathan Mcmillan é na verdade um pseudônimo. Quem escreve a obra são dois especialistas em mercado financeiro. Um trabalha diretamente no setor bancário, e, outro é professor, PhD em economia pelo Instituto de Tecnologia de Zurique.

E quanto à proposta de salvação do que se entende hoje por bancos ou o seu fim? Ah, a proposta! Não vou declinar-la aqui. Adianto apenas que é brilhantemente resumida pelo autor, mas deixo a dica: a contabilidade aparece novamente para salvar o dia!



Manual de Ciências das Finanças

Autor: Alberto Deodato

Ed: Saraiva

Ano: 1977 (15ª edição)

Um clássico na forma e no conteúdo, e um best-seller de sua época, como atesta a 15ª edição, revisada pelo autor um ano antes de seu falecimento – Alberto Deodato, Sergipano, político, advogado e catedrático de finanças na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

O livro não é dividido em capítulos ou seções ou mesmo em parágrafos como algumas obras de filosofia. Está estruturado em Pontos. Isso mesmo. Tal qual se dividiam as aulas dos professores da primeira metade do século XX. Tratam os pontos I e II das atividades financeiras do Estado e da Ciência das Finanças. Os últimos pontos, LII e LIII, por sua vez, abordam a execução do orçamento e a fiscalização e controle orçamentários. A leitura de cada ponto traz a imagem vívida

do que deveria ter sido a aula do saudoso mestre. A prosa direta, encadeada, possui uma lógica impecável. É como se o lente estivesse em nossa frente, dissecando os conceitos, mostrando as teorias rivais e sobretudo, explicando e catalogando cada conceito. A taxonomia dos conceitos é, a propósito, um dos fortes da obra. Cada capítulo termina com um esquema de classificação dos conceitos, dividindo-os e ordenando as subclasses em chaves e colchetes, em uma versão pioneira dos textos esquematizados da atualidade.

A estrutura não é casuística. O professor o diz no Prefácio da 15ª edição: "Quero-o [o livro] sempre mero roteiro (...) dizendo as coisas com maior simplicidade (...) Mas quero que o aluno aprenda, neste livro, a estudar Finanças Públicas. Esta é a finalidade a que visio".

Desculpe-me professor. Não li todos os pontos. O prazer é maior em lê-los, saltando-os. Mas obtive, em cada ponto lido, uma surpresa. Em especial nos tempos em que vemos um amplo debate na mídia sobre a essencialidade da disciplina fiscal, e em não se gastar mais do que se arrecada, é surpreendente ver escancarada, no Ponto IV, uma visão contrária; uma defesa Keynesiana categórica do déficit para, verbis, "euforizar a economia". Essa é apenas uma das pérolas das "aulas" do brilhante professor.

TEMA:

COMPLIANCE

SINERGIA QUE EDIFICA
A TRANSPARÊNCIA

Data: 13/3/2019 Horário: 15h às 17h30
Local: Auditório do CFC (SAUS Quadra 05, Lote 03,
Bloco J, Edifício CFC, Brasília-DF)



Você é nosso convidado para mais uma edição do projeto Quintas do Saber ABRACICON.* Neste mês, o evento abordará o tema "Compliance – Sinergia que edifica a Transparência". Participe!



PALESTRANTE: IZABELA FROTA MELO

Procuradora-Geral do Distrito Federal



DEBATEDOR: JOSÉ EDUARDO SABO PAES

Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



PALESTRANTE: GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO


Secretário de Estado da Fazenda de Alagoas



DEBATEDOR: LUIZ FERNANDO NÓBREGA

Conselheiro Consultivo da FBC – Fundação Brasileira de Contabilidade e Empresário da Contabilidade

*SUJEITO A PONTUAÇÃO EPC/CFC.

 Transmissão
ao vivo no **You Tube**

acessando o site da Abracicon

Faça a sua inscrição gratuitamente:
www.abracicon.org.br

Informações: (61) 3314.9443

Realização:

Apoio: